

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

LUIZIANE HELENA DO NASCIMENTO

**As estratégias e alianças da Associação Brasileira de Mantenedoras
de Ensino Superior (ABMES) na definição das políticas públicas para
a educação superior brasileira de 1982 a 2016**

São Paulo

2021

LUIZIANE HELENA DO NASCIMENTO

As estratégias e alianças da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) na definição das políticas públicas para a educação superior brasileira de 1982 a 2016

Versão Corrigida

(Versão original encontra-se na unidade que aloja o Programa de Pós-graduação)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

do Nascimento, Luiziane Helena

As estratégias e alianças da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) na definição das políticas públicas para a educação superior brasileira de 1982 a 2016 / Luiziane Helena do Nascimento; orientador Afrânio Mendes Catani. -- São Paulo, 2021.

142 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação Cultura, Filosofia e História da Educação) -- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Educação superior brasileira. 2. Ensino superior privado. 3. Política educacional. I. Catani, Afrânio Mendes, orient. II. Título.

NASCIMENTO, Luiziane Helena do. **As estratégias e alianças da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) na definição das políticas públicas para a educação superior brasileira de 1982 a 2016.** 142 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Aprovado em: 11/02/2021

Banca Examinadora

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani
Instituição: Universidade de São Paulo (USP)
Julgamento: Aprovada

Prof. Dr. Rubens Barbosa de Camargo
Instituição: Universidade de São Paulo (USP)
Julgamento: Aprovada

Prof.^a Dr.^a Maria Rosimary Soares dos Santos
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Julgamento: Aprovada

Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira
Instituição: Universidade Federal de Goiás (UFG)
Julgamento: Aprovada

Prof. Dr. Wilson Mesquita de Almeida
Instituição: Universidade Federal do ABC (UFABC)
Julgamento: Aprovada

Essa pesquisa é dedicada às pessoas que lutam para que tenhamos no Brasil uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos.

Agradecimentos

Agradecer é reconhecer que esse trabalho foi concluído na companhia de algumas pessoas, sem as quais essa jornada não seria tão prazerosa!

Agradeço ao meu orientador, Professor Afrânio Mendes Catani, os ensinamentos, a confiança, os desafios, a paciência e o carinho.

Agradeço aos professores que participaram da banca examinadora desse trabalho, a disponibilidade e as contribuições: Professor Rubens Barbosa de Camargo, Professora Maria Rosimary Soares dos Santos, Professor João Ferreira de Oliveira e Professor Wilson Mesquita de Almeida.

Agradeço aos meus enteados, Athos e Matheus, e ao meu companheiro de vida, Antonio Estevam, por tomarem como seus os meus sonhos e os meus projetos, e por materializá-los comigo. Amo muito vocês!

Agradeço à minha família que sempre foi a minha base e minha maior força para concretizar todos os meus sonhos.

Agradeço aos funcionários da ABMES que se disponibilizaram a me ajudar na constituição do corpus documental desta pesquisa, levantando dados indisponíveis na página eletrônica da Associação, doando exemplares e me atendendo sempre que foi necessário. Em destaque, agradeço à Sabrina Oliveira.

Agradeço aos funcionários da Secretaria do PPGE da FEUSP, que sempre tiveram muita atenção e carinho comigo, sempre dispostos a solucionar os mais variados problemas que apareceram nesta caminhada.

Agradeço às Assistentes Sociais da SAS/USP, Natália e Neuza, que me acolheram com tanta atenção, e aos amigos que fiz no CRUSP.

Agradeço à Comissão de Bolsas do PPGE da FEUSP e à CAPES, pela concessão da bolsa que tive durante o doutorado.

Em especial, gostaria de agradecer aos meus amigos que sempre me incentivaram a buscar a realização dos meus sonhos e sempre torceram para que tudo desse certo. Tenho certeza de que estão se sentindo realizados junto comigo neste momento!



Fonte: <https://docetimidez.com.br/2015/01/saiba-mais-sobre-as-tirinhas-da-mafalda.html>

Resumo

NASCIMENTO, Luiziane Helena do. **As estratégias e alianças da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) na definição das políticas públicas para a educação superior brasileira de 1982 a 2016.** 142 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

A educação superior brasileira tem vivenciado uma grande expansão, devido às mudanças socioeconômicas ocorridas no país e à forte atuação de algumas associações do setor privado. A ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior), uma destas instituições, é a pioneira na defesa dos interesses da iniciativa privada no ensino superior. Criada por 26 mantenedoras, em agosto de 1982, vem, desde então, estruturando o ensino superior particular para que este ganhe identidade, legitimidade e força política. Essa investigação teve como objetivos analisar as articulações da ABMES e o impacto de sua intervenção nas políticas para a educação superior no período de 1982 a 2016; pesquisar as estratégias e alianças feitas por essa Associação; estabelecer um paralelo entre vitórias e derrotas do setor privado na definição das políticas públicas para a educação superior. A perspectiva epistemológica foi o materialismo histórico dialético, tendo como base formulações gramscianas, que nos permitiu compreender a sociedade como uma construção humana em processo, definida pelas relações sociais presentes no tempo e no espaço social. O corpus documental da pesquisa foi constituído pelos registros elaborados pela ABMES no período citado. Para investigá-lo, foram utilizadas três categorias de análise: “papel do Estado na educação”, “educação e formação humana” e “configuração da educação superior”. Elas nos permitiram compreender as formulações, estratégias e alianças realizadas ao longo da existência da ABMES nas suas três fases, que foram de constituição, ampliação e consolidação. Apreendemos que, para a entidade, o Estado não deve interferir no mercado de ensino, regulando-o minimamente. A educação deve conferir uma formação humana focada nas demandas do mercado de trabalho. O ensino superior deve se configurar pela diversificação dos tipos institucionais, favorecendo o atendimento das demandas do mercado de trabalho e dos alunos. Podemos concluir que a ABMES conseguiu dar organicidade à fração de classe da burguesia de serviços do ensino superior brasileiro e se tornar seu intelectual orgânico coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior brasileira. Ensino superior privado. Política educacional.

Abstract

NASCIMENTO, Luiziane Helena do. The strategies and alliances of the Brazilian Association of Higher Education Maintainers (ABMES) in the definition of public policies for Brazilian higher education from 1982 to 2016.

142 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Brazilian higher education has experienced a great expansion due to the socioeconomic changes occurred in the country and the high performance of some private sector associations. ABMES (Brazilian Association of Higher Education Maintainers), one of those institutions, is the pioneer in defending the interests of private initiative in higher education. Created by 26 maintainers in August 1982, it has since structured private higher education for it to gain identity, legitimacy and political strength. This research aimed to analyze the articulations of ABMES and the impact of its intervention on policies for higher education in the period 1982 to 2016; research the strategies and alliances made by this Association; parallel between victories and defeats of the private sector in the definition of public policies for higher education. The epistemological perspective was dialectical historical materialism, based on gramscian formulations, which allowed the understanding of the society as a human creation on a continuous progress, defined by the social relations present in time and in the social space. The source of the research consisted of the records elaborated by ABMES in the period mentioned. Three categories of analysis were used to investigate it: "The role of the State in education", "The education and human formation" and "The configuration of higher education". This division enable the understanding of formulations, strategies and alliances carried out throughout the existence of ABMES in its three phases, which were constituted, expanded and consolidated. The conclusion is that under ABMES point of view, the State should not interfere with the education market, regulating it minimally. Education should confer human formation focused on the demands of the labor market. Higher education should be configured by the diversification of institutional types, favoring the fulfillment of the demands of the labor market and students. It's possible to conclude that ABMES was able to give organicity to a fraction of the bourgeoisie society class of the Brazilian higher education services and become its collective organic intellectual.

KEY WORDS: Higher education; Higher education entrepreneurship; Educational politics.

Lista de Quadros

Quadro 1: Mantenedoras fundadoras da ABMES	40
Quadro 2: Membros da Primeira Presidência da ABMES	44
Quadro 3: Revistas Estudos publicadas até abril de 1992	52
Quadro 4: Membros da CNRES	55
Quadro 5: Composição da Presidência da ABMES: 1995-1998 e 1998-2001 .	72
Quadro 6: Composição da Presidência da ABMES: 1998-2001 e 2001-2004 .	73
Quadro 7: Revistas Estudos publicadas entre 1992 e 2004	77
Quadro 8: ABMES Cadernos: de 1998 a 2004	79
Quadro 9: Projetos vencedores do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério no período de 1993 a 2004	81
Quadro 10: Composição da Presidência da ABMES: 2004 a 2016	98
Quadro 11: ABMES Cadernos: de 2004 a 2016	102
Quadro 12: Projetos vencedores do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério no período de 2004 a 2016	104
Quadro 13: Ganhadores do Prêmio Milton Santos (2004-2016)	106

Lista de Tabelas

Tabela 1: Instituições brasileiras de educação superior (1980-2018)	18
Tabela 2: Matrículas em cursos presenciais de graduação (1980-2018)	19
Tabela 3: Instituições brasileiras de educação superior (1980-2004)	86
Tabela 4: Matrículas em cursos presenciais de graduação (1980-2004)	87
Tabela 5: Instituições brasileiras de educação superior (2000-2018)	110
Tabela 6: Matrículas em cursos presenciais de graduação (2000-2018)	111

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABESC – Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas
ABM – Associação Brasileira de Mantenedoras
ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior
ABP – Aprendizagem Baseada em Problemas
ABRUC – Associação Brasileira das Universidades Comunitárias
AEC – Associação de Educação Católica do Brasil
ANACEU – Associação Nacional dos Centros Universitários
ANAFISO – Associação Nacional das Faculdades Isoladas
ANC – Assembleia Nacional Constituinte
ANDES-SN – Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANUP – Associação Nacional das Universidades Particulares
ASAS – Artesanato Solidário no Aglomerado da Serra
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CARES – Código de Autorregulamentação das Instituições Particulares de Ensino Superior
CFE – Conselho Federal de Educação
COFINS – Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRES – Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CREDOC – Crédito Educativo
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CUT – Central Única de Trabalhadores
DEM – Democratas
DES/MEC – Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DF – Distrito Federal
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FASUBRA – Federação das Associações dos Servidores das Universidades Federais
FDV – Faculdade de Direito de Vitória
FENEN – Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FUNADESP – Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular
FMI – Fundo Monetário Internacional

GERES – Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior
GT – Grupo de Trabalho
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
GTRU – Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Ensino Superior
IGC – Índice Geral de Cursos
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
IRPJ – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC – Ministério da Educação
MP – Medida Provisória
NUPES/USP – Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo
ONG – Organização Não Governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAI – Programa de Alfabetização e Inclusão
PIS – Programa de Integração Social
PP – Partido progressista
PARU – Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PL – Partido Liberal
PNE – Plano Nacional de Educação
PROIFES – Fórum dos Professores de Instituições Federais do Ensino Superior
ProUni – Programa Universidade para Todos
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
PUCs – Pontifícias Universidades Católicas
PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBI – Sociedade Brasileira de Instrução
SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
SESu – Secretaria de Educação Superior
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDF – Universidade do Distrito Federal
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UMC – Universidade Mogi das Cruzes
UNAERP – Associação de Ensino de Ribeirão Preto
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNEB – União Educacional de Brasília
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UnICEUB – Centro Universitário de Brasília
UNIRITTER – Centro Universitário Ritter dos Reis
USAID – United States Agency for International Development
USP – Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução	17
Capítulo 1: Antecedentes históricos do ensino superior privado no Brasil .	30
Capítulo 2: Constituição e implantação da ABMES (1982 a 1992)	38
2.1: Criação da ABMES	38
2.2: Estruturação da ABMES	42
2.3: Primeira Presidência da ABMES	43
2.4: Comunicação com as Associadas	50
2.5: Intervenção na legislação	53
2.5.1: Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior (CNRES)	53
2.5.2: Processo de elaboração da Constituição Federal de 1988	60
Capítulo 3: Ampliação e desenvolvimento da ABMES (1992-2004)	66
3.1: Estruturação da ABMES	69
3.1.1: Os mandatos da Segunda Presidência	70
3.2: Comunicação com as Associadas	75
3.2.1: Eventos	75
3.2.2: Publicações	77
3.3: Legitimação dos estabelecimentos privados na sociedade .	80
3.4: Intervenção na legislação: a LDB n.º 9.394/1996	83
3.5: Intervenção na legislação: Decreto n.º 2.207	89
3.6: Intervenção na legislação: o Plano Nacional de Educação .	91
3.7: Posicionamentos sobre avaliação e financiamento do ensino superior	94
Capítulo 4: Consolidação da ABMES (2004 a 2016)	97
4.1: Estruturação da ABMES	98
4.2: Comunicação com as Associadas	101
4.3: Legitimação dos estabelecimentos privados na sociedade .	104
4.4: Posicionamentos sobre avaliação e financiamento do ensino superior	108
4.5: O Fórum Nacional da Livre-Iniciativa na Educação e a Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Superior.....	112

Considerações Finais	115
Referências	118
APÊNDICE A - Lista das instituições associadas de 2016	126
APÊNDICE B - Lista dos eventos realizados pela ABMES de 1982 a 2016	133

Introdução

A educação superior brasileira tem vivenciado um período de expansão propiciado por mudanças socioeconômicas acontecidas no país. Embora tenham ocorrido outros períodos de crescimento, o atualmente vivido é o mais expressivo.

Ele iniciou na segunda metade dos anos 1990 e se estende até os dias atuais. Tem como característica o progressivo aumento do número de instituições e de matrículas, e conta com a grande presença da iniciativa privada.

A atuação dessa iniciativa na educação superior brasileira é antiga, porém a sua organização como setor de oferecimento de serviços educacionais é relativamente recente e sua estruturação em associações para defesa de interesses tem ainda menos tempo de existência.

Neste trabalho, apresentamos um breve resgate histórico em que é possível compreender os principais aspectos que possibilitaram à iniciativa privada atuar, crescer, organizar-se e se tornar majoritária no oferecimento do ensino superior no Brasil.

Veremos que aconteceram quatro períodos de expansão com características próprias e diferenciadas, mas também veremos que a iniciativa privada foi mais atuante do que o setor público em três desses momentos.

Isso nos permite fazer algumas inferências e levantar alguns questionamentos referentes aos motivos que possibilitaram à educação superior brasileira chegar a 2019 com mais de 88% das suas instituições sendo privadas, respondendo por mais de 75% das matrículas nos cursos presenciais de graduação, conforme mostram os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020).

Para mostrar o crescimento do número de instituições de ensino superior (IES) e de matrículas, organizamos as tabelas 1 e 2, que estão a seguir, com base nas informações oferecidas pelo INEP. Apresentamos os valores absolutos e os percentuais de participação pública e privada, entre 1980 e 2018.

Tabela 1: Instituições brasileiras de educação superior (1980-2018)

Ano	Total Geral de IES			Universidades			Fac. Integ. e C. Univ.			Estab. Isolados		
	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %
1980	882	23	77	65	69	31	20	5	95	797	19	81
1981	876	29	71	65	69	31	49	4	96	762	28	72
1982	873	30	70	67	70	30	51	4	96	755	28	72
1983	861	29	71	67	70	30	57	2	98	737	27	73
1984	847	28	72	67	70	30	59	2	98	721	26	74
1985	859	27	73	68	71	29	59	2	98	732	25	75
1986	855	31	69	76	64	36	65	3	97	714	30	70
1987	853	28	72	82	65	35	66	0	100	705	27	73
1988	871	27	73	83	63	37	67	1	99	721	25	75
1989	902	24	76	93	58	42	64	0	100	745	22	78
1990	918	24	76	95	58	42	74	0	100	749	22	78
1991	893	25	75	99	60	40	85	4	96	709	23	77
1992	893	25	75	106	57	43	84	4	96	703	23	77
1993	873	25	75	114	54	46	88	3	97	671	23	77
1994	851	26	74	127	54	46	87	3	97	637	23	77
1995	894	23	77	135	53	47	111	9	91	648	20	80
1996	922	23	77	136	53	47	143	8	92	643	20	80
1997	900	23	77	150	51	49	91	1	99	659	20	80
1998	973	21	79	153	50	50	93	0	100	727	18	82
1999	1.097	18	82	155	46	54	129	14	86	813	13	87
2000	1.180	15	85	156	46	54	159	14	86	865	10	90
2001	1.391	13	87	156	46	54	199	15	85	1.036	8	92
2002	1.637	12	88	162	48	52	235	16	84	1.240	6	94
2003	1.859	11	89	163	48	52	293	16	84	1.403	6	94
2004	2.013	11	89	169	49	51	370	15	85	1.474	6	94
2005	2.165	11	89	176	51	49	415	14	86	1.574	5	95
2006	2.270	11	89	178	52	48	443	17	83	1.649	5	95
2007	2.281	11	89	183	52	48	450	16	84	1.648	5	95
2008	2.252	10	90	183	53	47	158	25	75	1.911	5	95
2009	2.314	11	89	186	54	46	162	26	74	1.966	5	95
2010	2.378	12	88	190	53	47	163	27	73	2.025	7	93
2011	2.365	12	88	190	54	46	171	27	73	2.004	7	93
2012	2.416	13	87	193	56	44	179	28	72	2.044	7	93
2013	2.391	13	87	195	57	43	180	28	72	2.016	7	93
2014	2.368	13	87	195	57	43	187	27	73	1.986	7	93
2015	2.364	12	88	195	55	45	189	26	74	1.980	7	93
2016	2.407	12	88	197	55	45	206	24	76	2.004	7	93
2017	2.448	12	88	199	53	47	229	21	79	2.020	7	93
2018	2.537	12	88	199	54	46	270	20	80	2.068	7	93

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do INEP.

Tabela 2: Matrículas em cursos presenciais de graduação (1980-2018)

Ano	Total Geral de IES			Universidades			Fac. Integ. e C. Univ.			Estab. Isolados		
	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %
1980	1.377.286	36	64	652.200	62	38	96.892	3	97	628.194	14	86
1981	1.386.792	39	61	644.203	62	38	186.540	4	96	556.049	23	77
1982	1.407.987	39	61	659.500	62	38	189.146	4	96	559.341	23	77
1983	1.438.992	40	60	687.860	64	36	206.408	2	98	544.724	24	76
1984	1.399.539	41	59	672.624	65	35	198.818	2	98	528.097	25	75
1985	1.367.609	41	59	671.977	65	35	184.016	2	98	511.616	23	77
1986	1.418.196	41	59	722.863	61	39	190.711	2	98	504.622	27	73
1987	1.470.555	40	60	761.236	60	40	197.810	0	100	511.509	25	75
1988	1.503.555	39	61	770.240	59	41	201.744	1	99	531.576	25	75
1989	1.518.904	38	62	816.024	56	44	183.483	0	100	531.576	24	76
1990	1.540.080	38	62	824.627	55	45	202.079	0	100	513.374	24	76
1991	1.565.056	39	61	855.258	57	43	225.700	4	96	484.098	23	77
1992	1.535.788	41	59	871.729	57	43	205.465	5	95	458.594	26	74
1993	1.594.668	41	59	940.921	56	44	210.117	5	95	443.630	27	73
1994	1.661.034	42	58	1.034.726	55	45	203.471	5	95	422.837	26	74
1995	1.759.703	40	60	1.127.932	53	47	193.814	3	97	437.957	22	78
1996	1.868.529	39	61	1.209.400	52	48	245.029	4	96	414.100	24	76
1997	1.945.615	39	61	1.326.459	50	50	192.667	1	99	426.489	21	79
1998	2.125.958	38	62	1.467.888	48	52	216.137	0	100	441.933	24	76
1999	2.369.945	35	65	1.619.734	45	55	297.072	8	92	453.139	18	82
2000	2.694.245	33	67	1.806.989	43	57	412.442	8	92	474.814	16	84
2001	3.030.754	31	69	1.956.542	42	58	535.907	8	92	538.305	15	85
2002	3.479.913	30	70	2.150.659	43	57	653.201	9	91	676.053	11	89
2003	3.887.022	29	71	2.276.281	43	57	769.711	9	91	841.030	10	90
2004	4.163.733	28	72	2.369.717	43	57	892.040	8	92	901.976	9	91
2005	4.453.156	27	73	2.469.778	42	58	966.044	7	93	1.017.334	8	92
2006	4.676.646	26	74	2.510.396	42	58	1.033.945	7	93	1.132.305	7	93
2007	4.880.381	25	75	2.644.187	41	59	1.022.223	8	92	1.213.971	6	94
2008	5.080.056	25	75	2.685.628	41	59	761.540	8	92	1.632.888	6	94
2009	5.115.896	26	74	2.715.720	44	56	766.061	9	91	1.634.115	6	94
2010	5.449.120	27	73	2.809.974	45	55	810.203	10	90	1.828.943	6	94
2011	5.746.762	28	72	2.933.555	47	53	774.862	2	98	1.955.328	6	94
2012	5.923.838	29	71	3.009.846	49	51	829.790	3	97	1.986.263	6	94
2013	6.152.405	29	71	3.082.155	49	51	863.941	3	97	2.094.641	6	94
2014	6.486.171	28	72	3.205.001	48	52	963.760	3	97	2.194.122	6	94
2015	6.633.545	27	73	3.274.864	47	53	1.011.996	2	98	2.211.214	6	94
2016	6.554.283	28	72	3.256.450	48	52	1.043.889	2	98	2.098.161	6	94
2017	6.529.681	29	71	3.249.811	48	52	1.103.140	2	98	2.007.774	6	94
2018	6.394.244	30	70	3.184.812	50	50	1.228.091	2	98	1.797.678	6	94

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do INEP.

Os números apresentados geraram análises mais aprofundadas, que estão nos capítulos que compõem esse trabalho. Nesse momento, destacaremos algumas informações necessárias para compor um cenário geral da expansão da educação superior brasileira no período mencionado.

Antes, porém, faremos alguns esclarecimentos. Os dados das tabelas seguem o recorte temporal da pesquisa (1982-2016): 1982 é o ano de criação da Associação e 2016 é o ano de encerramento da sua terceira grande gestão. Assim, iniciamos o panorama em 1980, dois anos antes da criação da ABMES e o encerramos em 2018, mantendo os mesmos dois anos de coleta de dados.

Um outro esclarecimento necessário é quanto às nomenclaturas utilizadas nas tabelas. Ao longo do período delimitado, houve a diversificação de tipos institucionais. Como só há uniformidade nos censos e nas sinopses da educação superior para ‘universidades’, agrupamos os dados dos demais tipos de instituições em dois blocos, que são ‘faculdades integradas e centros universitários’ e ‘estabelecimentos isolados’.

Sendo assim, em ‘faculdades integradas e centros universitários’, estão os números referentes a esses dois tipos de instituição somados aos dos centros de educação tecnológica e dos institutos federais. Em ‘estabelecimentos isolados’, estão os números referentes a faculdades, escolas e institutos que não se integram a outros estabelecimentos, sendo únicos.

Quando observamos as tabelas, algumas informações rapidamente saltam aos olhos. Uma delas é o progressivo crescimento tanto no número de instituições quanto no número de matrículas, sendo que o primeiro cresce quase três vezes e o segundo aumenta quase cinco vezes.

Outro fato que chama a atenção é que o aumento do número de instituições é acompanhado pelo aumento do número de matrículas. À medida em que as IES são criadas, elas vão recebendo as matrículas. O contrário disso seria aumentar apenas o número de matrículas sem aumentar o número de IES.

À exceção da universidade, a iniciativa privada é majoritária nos outros dois tipos institucionais, porém, seu crescimento se dá também nessa organização, chegando a responder por metade das vagas universitárias em 2018.

Essa aparente linearidade ou coincidência entre os fatos expostos despertou a curiosidade para a realização das pesquisas que culminaram na monografia para conclusão da graduação em Pedagogia e na dissertação do Mestrado em Educação.

No trabalho inicial, foi feito um levantamento de dados estatísticos e bibliográficos para traçar um panorama da expansão do ensino superior no Brasil, contrastando o oferecimento de vagas pela iniciativa privada e pelo setor público.

Na pesquisa para a dissertação, aprofundamos a investigação sobre este cenário de expansão e o foco foi compreender os elementos utilizados pela iniciativa privada para ter se tornado dominante no oferecimento do ensino superior e se manter desse modo até os dias atuais.

Foi, então, no mestrado que foram conhecidos mais elementos conceituais, estatísticos e bibliográficos que favoreceram a compreensão da organização da iniciativa privada para que ela conseguisse atingir os percentuais apresentados.

Em grande medida, aqueles números foram conquistados através das associações criadas pelos gestores, mantenedores e empresários do ensino superior brasileiro, que perceberam no associativismo uma importante prática para defender seus interesses.

Sob pilares de solidariedade, cooperação e participação dos seus pares, através das associações, eles conseguiram dar voz e fazer coro para anunciarem as necessidades do setor privado do ensino superior.

Eles começaram a criar uma certa identidade ainda nos anos 1970; conseguiram ganhar estrutura nos anos 1980; fortaleceram-se nos anos 1990 e se consolidaram nos anos 2000.

Ainda que recentes, essas associações da iniciativa privada têm conseguido fazer com que seus objetivos sejam atendidos pelas políticas públicas nacionais, podendo-se afirmar que elas têm traçado uma pauta para a educação superior brasileira.

Alguns exemplos dessas associações são a ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior), criada em 1982 e a ANUP (Associação Nacional das Universidades Particulares), em 1989.

Outras associações foram formadas nos anos 1990. Elas são a ABRUEM (Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais), de 1991; a ABESC (Associação Brasileira de Escolas Católicas), de 1992; a ABED (Associação Brasileira de Educação à Distância) e a ABRUC (Associação Brasileira das Universidades Comunitárias) de 1995; e a ANACEU Associação Nacional dos Centros Universitários), de 1997. Por último, foi criada a ABRAFI (Associação Brasileira de Mantenedores das Faculdades), em 2005.

A ABMES, foco da pesquisa de mestrado e objeto de estudo do doutorado, foi a primeira organização desses empresários para a defesa dos interesses da iniciativa privada no ensino superior. Além de pioneira, ela é também a que possui a maior estrutura das associações.

Foi criada por representantes de quarenta e duas mantenedoras de ensino superior, em agosto de 1982 e, desde então, vem organizando a iniciativa privada para que esta ganhe identidade e legitimidade, fortalecendo a defesa dos seus interesses.

Ao longo dos quase quarenta anos de existência, a ABMES tem participado de modo incisivo no debate pelas políticas públicas para o ensino superior, cabendo destacar, dentre outras, sua atuação na construção da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases (que culminou na LDB n.º 9.394/1996) e do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001-2010 (Lei n.º 10.172/2001).

Veremos que essa Associação tem grande poder de pressão. Na pesquisa desenvolvida no mestrado, buscou-se compreender qual era o papel da ABMES na definição das políticas públicas para a educação superior brasileira e pôde-se compreender que ela cumpre o destaque de grande formuladora de pautas.

Sendo assim, pesquisar as estratégias e as alianças utilizadas por ela, para chegar a um nível de formulação e de posicionamento que consegue pressionar as instâncias governamentais e construir um projeto de ação de amplo alcance e de longo prazo, constitui o problema central desta pesquisa.

A grande ideia motivadora para a realização desse trabalho foi a de investigar se a ABMES conseguiu se firmar como intelectual orgânico do empresariado do ensino superior no Brasil, compreendendo a quem ela se aliou ao

longo destes anos, desde a sua criação até 2016, para conseguir alcançar os seus interesses nas políticas para a educação nacional.

Com base em Gramsci (2001), entendemos que o intelectual não faz parte de um grupo social autônomo ou segregado da realidade. Ao contrário, ele está atento aos problemas do seu grupo e da sua classe, sendo “orgânico” a ela, ou seja, fazendo parte da sua “organização”, dando-lhe “organicidade”, buscando a elevação do nível de consciência política.

Por isso, entendemos que o intelectual orgânico é o responsável por dar identidade à sua classe social, pois consegue compreender a realidade, formular sobre ela, organizar o seu grupo e lhe dar direção. Para ele,

todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 2001, p.15).

Sobre a classe empresarial, Gramsci (2001) traz alguns elementos que podem ser percebidos nas ações da ABMES e que apresentaremos ao longo desse trabalho. Destacamos no trecho a seguir que, a Associação, como intelectual orgânico do empresariado do ensino superior, teria o interesse de organizar as pessoas “até o organismo estatal” para expandir sua classe.

Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.). Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe (GRAMSCI, 2001, p.15)

Realizar esta investigação também é importante porque ainda são poucas as pesquisas que evidenciam a atuação empresarial na definição de políticas públicas para a educação superior no Brasil. As publicações sobre esse nível de ensino cresceram nos últimos anos, porém o grande foco ainda é o setor público.

O levantamento dos trabalhos completos publicados nos anais das Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) comprova isso. Considerando as coletâneas de textos editadas entre a vigésima terceira e a trigésima nona Reuniões da entidade, realizadas entre os anos de 2000 a 2019, nos Grupos de Trabalho n.º 05 (Estado e Política Educacional), n.º 09 (Trabalho e Educação) e n.º 11 (Política de Educação Superior), foram encontrados apenas vinte trabalhos relacionados ao ensino superior privado, sendo apenas dois referentes a ações dos empresários do ensino superior quanto às políticas públicas condizentes.

Desenvolver uma pesquisa sobre essa temática busca muito mais do que entender as formas de atuação e de formulação da iniciativa privada através das estratégias e alianças da ABMES: procura-se compreender o modelo de expansão da educação superior a que ela está vinculada e qual o projeto de sociedade a orienta.

O intuito maior, com esse trabalho, é o de ultrapassar as elaborações superficiais para deixarmos contribuições mais profundas que colaborem com a compreensão do modelo de educação superior brasileiro.

Diante disto e das constatações de que a ABMES é uma organização do setor privado muito bem estruturada, que possui associadas em todo o país, capaz de exercer grande pressão nos órgãos da aparelhagem estatal, tivemos como objetivos para esse estudo:

- aprofundar as análises iniciadas no mestrado quanto às formulações e proposições da ABMES para viabilizar seu projeto de educação;
- investigar o impacto da sua intervenção nas políticas para a educação superior brasileira de 1982 a 2016;

- compreender as estratégias e as alianças utilizadas pela ABMES para confirmar (ou não) se ela consegue organizar a iniciativa privada atuante no ensino superior como intelectual orgânico;
- estabelecer o paralelo entre vitórias e derrotas do empresariado, através da ABMES, na definição das políticas públicas para a educação superior.

O materialismo histórico dialético foi a perspectiva epistemológica que fundamentou esta pesquisa, pois com ele compreendemos a sociedade como uma construção humana em processo constante, que é definida e redefinida num tempo histórico e social através das relações humanas.

Com essa concepção, entendemos que as organizações sociais não são regidas por forças invisíveis, que são independentes da vontade e das ações dos seres humano-históricos e sociais.

Deste modo, entendemos que o conhecimento é um instrumento humano para apreender e interpretar a sua realidade, sendo uma construção que permite ao pesquisador, através da mediação, estabelecer uma relação com o seu objeto de pesquisa sem pretensão de neutralidade ou postura de passividade.

Para o materialismo histórico dialético, a realização da pesquisa requer um grande esforço de interpretação da realidade, pois o fenômeno é estudado em sua essência histórico-social em movimento, precisando superar as formas aparentes de sua manifestação (KOSIK, 2002).

Quando investigamos as ações da ABMES, pretendemos superar as manifestações fenomênicas que envolvem esta associação, buscando alcançar os aspectos essenciais que constituem o seu projeto educativo. Para isso, precisamos vê-la em relação com a totalidade concreta, compreendendo contradições e mediações.

Utilizamos algumas conceituações gramscianas como base para essa pesquisa. Uma delas é a formulação de Estado ampliado ou Estado integral, junto aos outros conceitos articulados a essa formulação.

Entendemos, então, que o Estado não é sujeito e não é coisa, mas é a materialização do resultado das relações que ocorrem entre os grupos de uma mesma classe e das disputas que acontecem entre as diferentes classes sociais, nos processos entre a sociedade civil e a sociedade política¹ (GRAMSCI, 2007).

É muito importante ressaltar que, quando utilizamos o conceito gramsciano de Estado ampliado, fazemos a divisão entre sociedade civil e sociedade política de uma forma didática ou esquemática para explicitarmos fatos e fenômenos da realidade analisada, pois, para o autor, esses conceitos são dialéticos e inseparáveis, como as duas faces de uma mesma moeda.

Deste modo, o Estado ampliado é a soma da sociedade política à sociedade civil, em que à sociedade política é permitido o uso da coerção e da força, inaceitáveis à sociedade civil, que recorre ao convencimento e à persuasão para organizar os interesses dos grupos e das classes na sociedade.

Sendo assim, compreendemos que as associações, e isso inclui a ABMES, agem na sociedade civil, formulando, educando e preparando seus integrantes para defenderem determinadas posições como se fossem consensos de todos os grupos e classes sociais.

Então, elas estreitam sua conexão com a aparelhagem estatal de duas formas: facilitando a ocupação de postos através de eleição ou indicação e consolidando suas diretrizes através da legislação. E com a legislação, há a permissão para o uso da coerção.

Com isso e com base em Gramsci (2007), poderíamos afirmar que a ABMES é um aparelho privado de hegemonia porque, por meio do convencimento e da persuasão, ela organiza o consenso de que os interesses que ela defende são “gerais”, embora ela lute pela defesa dos interesses de um grupo específico, que é o da iniciativa privada que atua no ensino superior brasileiro.

Depois de delimitarmos nossa compreensão sobre Estado, é necessário expor nossa definição da política educacional. Entendemos que ela, como toda política social, é o resultado provisório e material de uma relação de forças

¹ Nesse texto, utilizaremos aparelhagem estatal e órgãos do governo como expressões sinônimas de sociedade política, na acepção gramsciana.

estabelecidas entre as classes sociais, num dado contexto histórico de uma determinada formação social.

Sendo assim, a política educacional expressa os objetivos e as concepções das classes sociais que nos embates conseguem assegurar sua posição como a referência para definir os rumos da educação (FRIGOTTO, 2006).

Cabe destacar que, nessa concepção, não existe “exterioridade” entre as classes e as políticas sociais: acredita-se que as relações sociais de produção da existência humana constituam a própria natureza do Estado contemporâneo, ainda que pareça existir uma certa autonomia perante as lutas e as classes.

Essa investigação é uma análise documental dos registros elaborados pela ABMES entre 1982 e 2016, e são: estatutos, relatórios de gestão, atas, cartas, informativos, pesquisas encomendadas, livros editados e os diversos números das suas duas principais publicações: “Revista Estudos” e “ABMES Cadernos”.

Alguns desses documentos foram encontrados em meio digital, na página eletrônica da Associação (<https://abmes.org.br/>). Outros documentos, principalmente os mais antigos, não haviam sido digitalizados, estavam nos arquivos físicos e na biblioteca da Associação.

Para consultá-los, a ABMES se dispôs a me receber em sua sede. Estive nas suas instalações por dez dias em setembro de 2018, quando me foi disponibilizado o acesso aos documentos, que pude ler e fazer fichamentos.

Na ocasião, conheci alguns funcionários da Associação e aventei a possibilidade de entrevistar os ex-presidentes, para ter outra fonte de dados. Porém, isso não foi possível porque, além de eles serem idosos, não moravam em Brasília e tinham o compromisso de comparecerem à sede apenas em grandes eventos.

A compreensão do corpus documental dessa pesquisa se deu através da utilização de três categorias de análise, que foram as lentes para apreendermos os elementos centrais a respeito das formulações, alianças e estratégias da ABMES para a configuração da política de educação superior brasileira.

Essas categorias de análise são: “papel do Estado na educação”, “educação e formação humana”, e “configuração da educação superior”.

Com o “**papel do Estado na educação**”, buscamos aprofundar a compreensão sobre a concepção de Estado da ABMES, destacando alguns aspectos encontrados na pesquisa de mestrado, tais como a reivindicação do “direito à livre iniciativa” no ensino, as lutas pela destinação de financiamento público ao setor privado e o papel das organizações nos rumos da educação.

Deste modo, conseguimos apreender as formulações da ABMES para a política de educação superior. As bases para constituição desta categoria estão em Gramsci (2007).

Com “**educação e formação humana**”, a ideia também foi a de adensar os entendimentos obtidos durante a pesquisa inicial, no que diz respeito a proposições para formação dos seus alunos, considerando o aumento do número de vagas no ensino superior, o acesso a bens culturais e o contato com a universalidade dos conhecimentos. Essa categoria teve como base Gramsci (1989).

Na “**configuração da educação superior**”, objetivamos apreender as propostas para as formas institucionais em que o ensino superior pode ser organizado. Destacamos alguns fatores para serem problematizados, como as queixas quanto aos altos “custos” para o desenvolvimento de pesquisa e as tentativas de se estabelecer uma parceria entre setor público e iniciativa privada, de modo que fosse celebrada uma divisão dos tipos institucionais.

Ainda analisamos criticamente fatores correspondentes aos limites enfrentados pela diferenciação dos tipos de estabelecimentos e das possibilidades de oferecimento de elevação cultural. Esta categoria também teve base em Gramsci (1989).

À medida em que foi feita a análise do corpus documental, estivemos atentos para relacionar as ações da ABMES à política de educação superior, recorrendo constantemente aos dados fornecidos nas páginas eletrônicas do INEP e do MEC, e à produção científica de pesquisadores dessas temáticas.

Com esses procedimentos, nos esforçamos para apreender o conteúdo das formulações da ABMES e o significado das suas ações para a política de educação superior no Brasil, buscando produzir elementos que possam contribuir com o trabalho de reflexão crítica sobre a política educacional.

Os achados da pesquisa estão organizados em quatro capítulos. No primeiro, fizemos um resgate da configuração do ensino superior privado no Brasil e seu desenvolvimento ao longo do século XX.

No segundo capítulo, apresentamos a reconstrução da educação superior brasileira nos anos 1980 e no início dos anos 1990, com foco na primeira fase da ABMES, ou seja, na sua fase de constituição e implantação. Essa fase engloba o período da gestão de Candido Mendes de Almeida, de 1982 a 1992.

O terceiro capítulo buscou reconstruir o cenário da política para educação superior brasileira de 1992 a 2004, em que a ABMES vivenciou sua segunda fase, a de ampliação e desenvolvimento, durante a gestão de Édson de Souza Franco.

No quarto capítulo, procuramos analisar o posicionamento da ABMES entre 2004 a 2016, durante a sua terceira fase, que foi de consolidação, durante os anos de gestão de Gabriel Mário Rodrigues.

Capítulo 1: Antecedentes históricos do ensino superior privado no Brasil

Como mencionamos anteriormente, a atuação da iniciativa privada na educação superior brasileira é bastante antiga, porém a sua organização como setor de oferecimento de serviços educacionais é relativamente recente e sua estruturação em associações para defesa de interesses tem ainda menos tempo de existência.

Para compreendermos os fatores que possibilitaram a criação da ABMES e entendermos a sua forma de ação, precisamos conhecer primeiro alguns aspectos históricos da estruturação do ensino superior brasileiro e do surgimento das ações da iniciativa privada nele.

No nosso país, a criação do ensino superior é considerada tardia, diferente do que aconteceu nos outros países do continente americano, onde as primeiras universidades foram criadas no século XVI. Neles, houve o incentivo para a criação desta instituição e, no Brasil, havia sua proibição.

Por isso, a formação dos brasileiros aconteceu por alguns séculos nos estabelecimentos jesuítas que ofereciam cursos superiores, na colônia, ou na Universidade de Coimbra, em Portugal.

Somente com a vinda da corte real para o Brasil, em 1808, iniciou-se a estruturação do nosso ensino superior, através de escolas isoladas. À ocasião, foram criadas a Escola de Cirurgia e Anatomia, em Salvador, a Escola de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro, e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio de Janeiro (SAMPAIO, 1991).

Até 1889, o ensino superior cresceu muito timidamente e, naquele ano, contavam-se catorze instituições de ensino superior, todas escolas isoladas, criadas e mantidas pelo governo central (CUNHA, 1980).

Após a Proclamação da República, foi redigida a primeira Constituição para o novo regime. Publicada em 1891, permitia a criação de escolas superiores fora da capital federal por iniciativa de governos estaduais e de grupos particulares. Naquele mesmo ano, foram criadas quatro escolas superiores, sendo três privadas (CUNHA, 1980).

No final dos anos 1920, o país contava com setenta escolas superiores ou faculdades, na maioria particulares. Para Cunha (1980), este foi o primeiro período de expansão do ensino superior brasileiro, caracterizado por um pequeno crescimento de estabelecimentos particulares, financiados pelas elites locais e por instituições confessionais.

Nesse mesmo período, alguns grupos debatiam sobre a importância de se ter no país uma universidade moderna, onde pudesse ser desenvolvida a pesquisa “desinteressada”, que contribuísse para a formação de intelectuais, pois o que conseguiam as instituições superiores brasileiras era formar os profissionais liberais e, quando desenvolviam pesquisa, era a “aplicada”.

Ainda na década de 1920, foram criadas as duas primeiras instituições que receberam o nome de “universidade”: uma no Rio de Janeiro e a outra em Belo Horizonte (Minas Gerais).

Porém, a crítica era a de que estas instituições apenas reuniam escolas isoladas existentes sob uma mesma administração, não conseguindo cumprir o papel da almejada universidade moderna.

Em São Paulo, em 1933, foi criada a Escola de Sociologia e Política e, em 1934, a Universidade de São Paulo (USP). No âmbito federal, a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro, em 1935, configurou-se como um importante marco para a educação superior.

A UDF e a USP previam a universalidade do saber e o desenvolvimento da pesquisa desinteressada em seus projetos. Diferente da USP, que continua existindo, a UDF foi extinta pelo Estado Novo, em 1939, sendo suas unidades incorporadas à Universidade do Brasil (antiga Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro).

As décadas seguintes assistiram à complexificação da vida urbana, proporcionada em grande parte pelo industrialismo desenvolvimentista. Esses fenômenos favoreceram o aumento do número de candidatos aptos ao ensino superior, que era visto como uma forma de obter melhores condições de vida.

Com a concentração demográfica nas cidades e a produção de novos códigos para o trabalho, precisou-se elevar a racionalidade técnico-científica da

população por meio da educação escolar, pois a dinâmica econômica transformou os conhecimentos de leitura, escrita e cálculos em referências indispensáveis.

Outro fato que merece destaque é que, para evitar a proletarização da classe média, a escolarização da mulher, que até então não era exigida, passou a ser necessária.

Estas realidades geraram demanda por maiores oportunidades de escolarização, em todos os níveis de educação, do básico ao ensino superior. A população em idade escolar em 1940 era de 19.344.174 e passou para 23.817.548 em 1950 (ROMANELLI, 1997, p. 76).

O ensino médio tinha como característica a dualidade de sua estrutura: alguns cursos permitiam o acesso à educação superior e outros cursos eram profissionalizantes com caráter de terminalidade. Esses últimos impediam que uma boa parcela de pessoas não pudesse chegar ao ensino superior.

Intensificou-se uma grande pressão para que fosse posto um fim nessa dualidade do ensino médio. Entre 1950 e 1957, foram editadas as “leis de equivalência” (Lei nº. 1.976/1950, Lei nº. 1.821/1953, Lei nº. 3.104/1957), que minimizaram o caráter dual, que foi extinto pelo Parecer nº. 121/1963. Com isso, aumentou consideravelmente o número de candidatos ao ensino superior.

Mais um fato importante nesse período foi a diminuição das taxas cobradas pelas IES. Esse nível de ensino sempre foi pago pelo estudante, à exceção de quando ele comprovasse não possuir recursos.

A diminuição das taxas cobradas pelos estabelecimentos foi outro fator que facilitou o acesso à educação superior: os valores dessas taxas foram mantidos e foram sendo corroídos pela inflação, ficando tão pequenos que não fazia mais sentido sua cobrança.

Assim, o Fundo Público passou a custear muitas instituições que eram mantidas por governos estaduais e municipais, e também pela iniciativa privada. Esse processo ficou conhecido por federalização da educação superior.

Também neste período (1940-1950), foram criadas as primeiras universidades católicas. Algumas delas receberam o título de pontifícia e ficaram

conhecidas como PUCs. São reconhecidas pela seriedade e competência sob a chancela da doutrina católica.

Sempre receberam do Estado grande apoio, inclusive financiamento. Isso permitiu às PUCs que se autoproclamassem como instituições privadas de interesse público.

Foram criadas sete Pontifícias Universidades Católicas: PUC do Rio de Janeiro (em 15/01/1946); PUC de São Paulo (em 22/08/1946); PUC do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (em 09/11/1948); a PUC de Campinas (em 19/12/1955); a PUC de Minas Gerais, em Belo Horizonte (em 12/12/1958); a PUC de Goiás, em Goiânia (em 17/10/1959); a PUC do Paraná, em Curitiba (em 17/05/1960). Todas elas são subordinadas às diretrizes do Vaticano.

Com isso, temos todas as características do segundo período de crescimento da educação superior brasileira, destacando o maior crescimento do setor público e da instituição universitária.

Os dados são bem interessantes: o número de universidades cresceu de 5 para 37 e o de estabelecimentos isolados de 293 para 564. O número de estudantes aumentou de 27.253, em 1945, para 142.386, em 1964, ano em que o setor público foi responsável por 61% das matrículas (CUNHA, 1983).

Mendes (s/d, p.4), no primeiro número da Revista Estudos, apresentou um resumo, sob a sua perspectiva, do que foram esses períodos para o ensino superior brasileiro:

Em relação ao ensino superior, todo o século XIX viu apenas meia dúzia de faculdades isoladas no Brasil. No século XX, a partir da década de 30, com a criação das primeiras universidades, aparecem igualmente os estabelecimentos superiores isolados particulares. Esse crescimento vai ser maior nas décadas de 40 e 50, onde o setor público detém a liderança, mas com expressiva participação do setor particular. Em 1962, por exemplo, de 1.020 cursos existentes, 475 já pertenciam à iniciativa particular (46%) e dos 105.181 alunos de nível superior, 42.460 frequentavam o setor particular (40%).

Ainda que o ensino superior tenha crescido conforme os dados apresentados, as vagas existentes não eram suficientes para abarcar toda a demanda reprimida existente representada pelos “excedentes”.

Os “excedentes” eram pessoas que se classificavam nos vestibulares, ou seja, atingiam a média mínima para aprovação nesses exames, mas que não eram convocadas a assumirem uma vaga no ensino superior, porque o número de aprovados era muito maior do que o número de vagas existentes (BRAGHINI, 2014).

Em 1960, havia mais de 27.000 “excedentes” e, em 1969, a soma chegava a mais de 161.000 (MARTINS, 1989). Estes números dão sinais da demanda a ser atendida e nos permitem supor porque o ensino superior já poderia ser visto como um “bom negócio” àquela época.

Os “excedentes” estavam fazendo pressão para o aumento das vagas nas instituições públicas e estavam conseguindo, mas esse crescimento ainda não dava conta da quantidade de candidatos aptos.

Havia a compreensão da necessidade de cursar o ensino superior e, os “excedentes” que tivessem condição de pagar pelos estudos, iriam lançar mão dessa possibilidade.

É necessário destacar que para alguns estudiosos (Cunha, Martins, Ribeiro, por exemplo), o modelo de ensino superior estadunidense já servia de inspiração para o brasileiro. Porém, foi nos anos 1960 e 1970 que essa inspiração começou a ser sistematizada.

Um exemplo é a criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961, que já foi estruturada em departamentos, com regime de dedicação exclusiva para os professores, matrícula por disciplina, sistema de créditos e com a implantação da pós-graduação.

Outro exemplo são os acordos firmados entre o MEC e a *United States Agency for International Development* (USAID) para reorganizar a educação superior no país, chegando a ser encomendado um diagnóstico para formular um plano para reestruturá-la e modernizá-la.

Esse documento foi formulado entre junho a setembro de 1965, por Rudolph Atcon, consultor da USAID. Ele chegou ao Brasil antes da década de 1960 e trabalhou como subdiretor do Programa Universitário de 1953 até 1956.

No documento emitido, o relator destaca que o ensino superior brasileiro precisava de uma estrutura mais flexível, com maior diversificação para ampliar vagas e atender às demandas crescentes. Precisava de se organizar em departamentos para evitar o desperdício de recursos, inspirando nos moldes das empresas privadas (MARTINS, 1989).

Para Fávero (1991), o objetivo de Atcon era implantar uma estrutura empresarial na administração das universidades brasileiras, dando ênfase ao rendimento e à eficiência.

É necessário lembrar que em 1964 aconteceu no Brasil um golpe de Estado civil-militar que instalou uma ditadura no país que durou vinte anos.

Havia uma grande preocupação do governo, pois ele era pressionado por diferentes grupos sociais: uns demandavam mais vagas, outros cobravam a modernização da estrutura e outros precisavam do fortalecimento da produção de ciência e de tecnologia.

Por isso, para encontrar formas de reestruturar o ensino superior brasileiro, além dos contratos com a USAID, também foram organizadas outras duas comissões, compostas por representantes do governo: a Comissão Especial para Assuntos Estudantis, em 1967, e o Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária (GTRU), em 1968.

A Comissão entregou, em 1968, ao Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, e ao presidente da República, Artur da Costa e Silva, o relatório das suas atividades que ficou conhecido por “Relatório Meira Mattos”, em que se destacou a importância do ensino superior, mesmo público, ser pago pelo estudante e a necessidade de se expandir este nível de ensino sem aumentar os gastos públicos com ele.

O relatório do GTRU foi entregue ao Presidente da República, também em 1968, e qualificava a universidade como a organização padrão para o ensino superior, diferente do que acontecia, que era a expansão de estabelecimentos

isolados. E destacava a necessidade de conciliação do ensino de massa com o ensino para elite, através da diversificação.

Com base nesse relatório, foi editado um anteprojeto de lei que, embora recebesse algumas alterações no MEC e no Conselho Federal de Educação (CFE), teve mantida sua essência e resultou na Lei da Reforma Universitária nº. 5.540/1968.

A partir dela, ocorreu uma grande expansão da educação superior brasileira, principalmente através da proliferação de estabelecimentos isolados do setor privado, conforme mostram os seguintes dados: em 1962, esses estabelecimentos tinham 17.815 matrículas; em 1973, o número aumentou para 368.739 matrículas (MARTINS, 1988).

Em 1968, as IES públicas respondiam por 151.657 matrículas e as IES privadas respondiam por 126.638 matrículas. Já em 1977, as públicas contaram 403.000 matrículas e as privadas eram responsáveis por 714.000 matrículas (MARTINS, 1988).

Podemos notar que o número de matrículas cresceu nos dois tipos de instituições, mas foi mais expressivo no setor privado: este cresceu quase seis vezes, enquanto o público cresceu duas vezes e meia. A predominância das matrículas, que antes se concentrava na iniciativa pública, inverteu em 1977 para o setor privado.

Esta expansão marca o terceiro período de crescimento da educação superior brasileira, que dá início à fase embrionária do empresariamento deste nível de ensino, propiciando a organização dos fundadores da ABMES.

Nas palavras do primeiro Presidente da ABMES,

é importante que esses números sejam enfatizados para mostrar que a participação do setor particular no ensino superior não é, como querem alguns historiadores, um fenômeno específico das décadas de 60 e 70. Seu crescimento vinha de dando em condições de relativo equilíbrio com o setor público ao longo da breve história da educação superior brasileira, desde a década de trinta. A partir de 1971 passa o setor particular a assumir a liderança em termos de número de escolas e matrículas, chegando, no início da década de 80, a deter nesses

indicadores 70% e 61%, respectivamente. Essa importância não foi assumida por acaso (MENDES, s/d, p.4).

O regime ditatorial iniciou os anos 1980 enfrentando muita pressão social pela redemocratização do país, momento em que os governantes coordenaram a abertura “lenta, gradual e restrita” para impedir mudanças significativas.

Foi nesse contexto, antecedendo à organização da chamada “Nova República”, que durante o 4º Encontro de Associações de Mantenedoras de Ensino Superior, realizado entre os dias 11 e 14 de maio de 1982, um grupo de sócios de mantenedoras de instituições privadas do ensino superior se reuniu e deu os primeiros passos para a criação da ABM², que terá sua história apresentada nos capítulos seguintes, entremeada com as políticas para a educação superior.

² Inicialmente, a Associação foi denominada ABM, sigla com a qual permaneceu até 2001, quando foi alterada para ABMES, por meio de Assembleia Geral. Neste trabalho, mencionaremos sempre ABMES, exceto quando mencionarmos ou citarmos documentos.

Capítulo 2: Constituição e implantação da ABMES (1982 a 1992)

Muitas conquistas da iniciativa privada no ensino superior se devem à atuação da ABMES. Nesse capítulo, apresentamos os elementos relativos à primeira fase da Associação, que inicia no ano da sua criação e termina no último ano do último mandato da Presidência de Candido Mendes de Almeida.

2.1: Criação da ABMES

Entre os dias 11 e 14 de maio de 1982, aconteceu o 4º Encontro de Associações Mantenedoras de Ensino Superior, no Rio de Janeiro. Durante esse evento, um grupo de sócios de mantenedoras se reuniu e propôs que fosse criada uma instituição que os representasse nacionalmente. Nascia a ABMES (ABM, 1982).

Naquela ocasião, foi formada a Comissão Organizadora da Associação, que foi composta por: Candido Mendes de Almeida, Electro Bonini, Vera Costa Gissoni, Célio de Aquino Ferros, Paulo Newton Paiva Ferreira, Clotilde de Guimarães Maeder e Gabriel Mário Rodrigues (ABM, 1982).

Esta Comissão teve o período entre a sua escolha, em maio de 1982, e o evento de criação da ABMES, em agosto do mesmo ano, para formular o Estatuto da entidade, enviá-lo aos mantenedores, receber sugestões e incorporá-las ou não ao documento.

Vera Gissoni, no Memorial Comemorativo dos 25 anos da Associação, fez um depoimento de como foi sua experiência à época:

lembro-me ainda da minha peregrinação pelo Brasil, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, em busca de parceiros dispostos a construir comigo uma associação que unisse e representasse, de forma séria e inovadora, as instituições de ensino superior privadas. Era o início dos anos de 1980, não existiam tantas universidades e precisávamos, naquele momento, ter uma voz forte, única, que falasse em nome dos mantenedores. Apesar de

exaustiva, não foi uma tarefa difícil, afinal, levava aos quatro cantos do País uma proposta irrecusável: criar uma entidade que, organizada, pudesse suprir a pouca representação das universidades de ensino superior privadas no âmbito nacional. Eu sonhei. Sonhei com uma associação grande, forte, coesa. Em maio de 1982 realizamos o Encontro dos Mantenedores, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Foi o primeiro grande passo para a consolidação da ABMES. Meu sonho, finalmente, começava a tomar forma (ROCHA, 2007, p. 58).

O projeto do Estatuto foi apresentado em uma Assembleia Geral convocada para a constituição da Associação, que aconteceu nos dias 30 e 31 de agosto de 1982, no salão do Hotel Nacional, em Brasília.

Esse evento foi presidido por Electro Bonini e secretariado por Célio de Aquino Ferros. Naquela ocasião, além do primeiro Estatuto da Associação, também foram eleitas as pessoas que ocupariam os cargos da sua primeira Presidência, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva (ABM, 1982).

Para os fundadores da ABMES, a necessidade de criação da entidade era a de que ela

congregasse nacionalmente as pessoas jurídicas mantenedoras de ensino superior, visando a suprir as insuficiências de representação, no que tange à educação, cultura, ensino, atividades governamentais e administrativas (ABM, 1982).

Ou seja, até aquele momento, os mantenedores não tinham uma instituição que os organizasse de forma a representar nacionalmente os interesses do setor privado do ensino superior, embora em 1982 estivessem reunidos no quarto encontro.

Esse fato nos leva a inferir que existia uma certa dificuldade em se ter um consenso sobre a necessidade de criação de uma associação de mantenedoras. Isso poderia ser devido à distância em que se encontravam umas das outras, ou pelo momento de expansão que vivenciavam, ou ainda pudesse ser porque não ter ocorrido um problema que atingisse todas essas organizações.

Na Assembleia Geral, estiveram presentes os representantes das quarenta e duas mantenedoras de IES privadas, apresentadas a seguir (ABM, 1982):

Quadro 1: Mantenedoras fundadoras da ABMES

	Mantenedora	Representante (s)	UF
1.	Associação de Educação e Cultura Prof. Geraldo Rezende	Márcia Rezende	SP
2.	Associação de Ensino de Ribeirão Preto	Electro Bonini	SP
3.	Associação Educacional do Litoral Santista	Victorio Lanza Filho	SP
4.	Associação Educacional Veiga de Almeida	Mario Veiga de Almeida	RJ
5.	Associação Fluminense de Educação	José de Souza Herdy	RJ
6.	Associação Goiana de Ensino	Sérgio Magalhães e Paulo de Lima	GO
7.	Associação Paraense de Ensino e Cultura	Édson Franco	PA
8.	Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo	João Carlos Schmitz	RS
9.	Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura	Marlene Oliveira e Joaquim de Oliveira	RJ
10.	Associação Sergipana de Administração	Jouberto Uchoa e Amélia Uchôa	SE
11.	Centro de Ensino Unificado de Brasília	Luthero Vieira	DF
12.	Centro de Estudos de Comércio Exterior do Paraná	Clotilde de Guimarães Maeder	PR
13.	Centro Educacional de Realengo	Vera Costa Gissoni	RJ
14.	Faculdades Integradas Católica de Brasília	Irmã Querubina Silva	DF
15.	Fundação Átila Taborda	Carlos Rodolfo Thompson Flores	RS
16.	Fundação Brasileira de Educação	Mirthes de Luca Wenzel	RJ
17.	Fundação Cultural de Belo Horizonte	José Roberto Franco Tavares Paes	MG
18.	Fundação de Educação e Cultura Espírita do Paraná	Lúcia Maria da Veiga Segall	PR
19.	Fundação de Ensino Superior de Passos	Marcos Francisco Pereira	MG
20.	Fundação Educacional de Ituiutaba	Manoel Agostinho	MG
21.	Fundação Educacional Machado Sobrinho	Píndaro José Alves Machado Sobrinho	MG
22.	Fundação Educacional Serra dos Órgãos	Antonio Paulo Capanema de Souza	RJ
23.	Fundação Educacional Severino Sombra	Severino Sombra e Wilson Rodrigues	RJ
24.	Fundação Gildásio Amado	Hélio Leal	ES
25.	Fundação Técnico-Educacional Souza Marques	Dalva Vieira Martins Ferreira	RJ
26.	Instituição Moura Lacerda	Oscar Luiz de Moura Lacerda	SP
27.	Instituto Brasileiro de Contabilidade	Mário da Fonseca e Silva	RJ
28.	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira	Paulo Newton Paiva Ferreira	MG
29.	Instituto Metodista Bennett	Victor José Ferreira	RJ
30.	Instituto Superior de Comunicação Publicitária	Gabriel Mário Rodrigues	SP

31.	Instituto Vianna Júnior	Joaquim Vianna Jr. e Cacilda da Silva	MG
32.	Organização Educacional Barão de Mauá	Nicolau Dinamarco Spinelli	SP
33.	Silva e Souza Sociedade Educacional	Dalto Silva e Souza, e Ruy Silva e Souza	RJ
34.	Sociedade Brasileira de Instrução	Candido Mendes de Almeida	RJ
35.	Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul	Rafael Borelli	SP
36.	Sociedade de Educação Ritter dos Reis	Romeu Ritter dos Reis e Flávio Reis	RS
37.	Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica	Ney Robinson Suassuna	RJ
38.	Sociedade Educacional Prof. Nuno Lisboa	Janir de Carvalho e Leovegildo da Cruz	RJ
39.	União de Negócios e Administração	José Otávio Tomelin	MG
40.	União Educacional de Brasília	Célio Antonio de Aquino Ferros	DF
41.	União Pioneira de Integração Social	Antonio Osório e José Montenegro	DF
42.	Universidade Católica de Salvador	José Simões e Silva Júnior	BA

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na Ata de criação da ABMES e Memoriais Comemorativos.

Além dos dados apresentados, é necessário dizer que Flávio Reis, que pertencia à Sociedade de Educação Ritter dos Reis, no evento estava representando também a AMES-RS, que nos parece ser a Associação Missioneira de Ensino Superior da região das Missões, no Rio Grande do Sul.

O outro fato é que José Otávio Tomelin estava representando duas mantenedoras: a União de Negócios e Administração de Belo Horizonte e a União de Negócios e Administração de Brasília.

João Carlos Schmitz, representante da Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo, estava na Assembleia Geral representando Carlos Flores da Fundação Átila Taborda.

Não conseguimos identificar de quem são duas assinaturas: uma é de algum representante da Fundação Brasileira de Educação (FUBRAE/ FACEN) e a outra é União Pioneira de Integração Social (UPIS).

O momento da criação da Associação pode ser compreendido como estratégico porque estava acontecendo a “reabertura democrática” no país, o que propiciava a maior organização da sociedade civil.

Deste modo, a via da associação poderia ser fundamental para que a iniciativa privada se organizasse para buscar atingir seus objetivos na reorganização democrática no país.

2.2: Estruturação da ABMES

O projeto do primeiro Estatuto da ABMES recebeu propostas de emendas que foram debatidas e aprovadas no dia 30 de agosto de 1982. No dia seguinte, o documento foi lido na íntegra para os presentes. Trazia como estrutura os seguintes órgãos: Assembleia Geral, Presidência, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

A Assembleia Geral, instância máxima de decisão, era composta pelos associados quites com as contribuições; previa reuniões ordinárias anuais e extraordinárias, quando necessárias, sendo convocadas pelo Presidente ou por um terço dos associados, com trinta dias corridos de antecedência.

À Assembleia Geral caberia decidir sobre mudanças estatutárias; aprovar o parecer de prestação de contas da Diretoria Executiva; examinar e decidir, em recurso final, as pendências da Associação; eleger os membros da Presidência e do Conselho Fiscal (ABM, 1982).

A Presidência era uma instância deliberativa e colegiada, composta por onze membros (não podendo ser dois membros do mesmo estado), contando com um Diretor Presidente e dois Diretores Vice-presidentes, para o mandato de três anos, permitida recondução.

Previam-se reuniões trimestrais e suas funções eram: fazer supervisões permanentes; propor à Assembleia Geral a política da Associação; promover contato com organizações nacionais e internacionais para atender aos interesses do ensino superior; zelar pela observância do Estatuto e demais regimentos; cumprir as deliberações da Assembleia Geral; representar a Associação em juízo e fora dele; convocar Assembleia Geral; apresentar o relatório anual das atividades da Associação; fazer prestação anual de contas ao Conselho Fiscal; e propor o orçamento para o exercício do ano seguinte (ABM, 1982).

Criar a Presidência como instância colegiada permitia à Associação criar laços de fraternidade entre as mantenedoras associadas e as não associadas, estabelecendo relações horizontais e democráticas.

O Conselho Fiscal previa composição por cinco membros titulares e dois suplente e tinha como funções emitir pareceres sobre o relatório anual de atividades

da Associação e sobre a prestação de contas, tendo à disposição um profissional formado em Ciências Contábeis (ABM, 1982).

A Diretoria Executiva tinha como função cumprir as determinações operacionais da Assembleia Geral e da Presidência, cabendo-lhe fazer atas, manter as contas em dia, organizar as correspondências. Era designada pela Presidência para o mandato de um ano, permitida a recondução.

Na sua composição, previam-se os cargos de Diretor Geral, Vice-Diretor Geral, Diretor Administrativo e Diretor Técnico, contando ainda com dois suplentes. Estavam previstas para essa Diretoria reuniões mensais, no mesmo período da reunião do Conselho Federal de Educação (CFE). E orientava que o Diretor Administrativo tivesse domicílio em Brasília e que o Diretor Geral se esforçasse para abrir seções estaduais da Associação (ABM, 1982).

2.3: Primeira Presidência da ABMES

Após a aprovação do Primeiro Estatuto da ABMES, o Professor Ney Suassuna

propôs que fosse fixado um fundo comum de adesão e inscrição para os sócios fundadores e efetivos no valor de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) corrigíveis anualmente, assim como uma contribuição mensal no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) até o registro do Estatuto, quando seria corrigida em reunião da Presidência, o que foi imediatamente aprovado (ABM, 1982, p. 9B).

A título de curiosidade, procuramos saber de quanto seriam esses valores atualmente. Para isso, recorremos à página eletrônica do Banco Central do Brasil e usamos a calculadora do cidadão na opção correção de valores, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

Sendo assim, o valor do fundo comum de adesão e inscrição seria de pouco mais de R\$ 1.000,000 e a contribuição mensal até o registro do Estatuto seria em torno de R\$ 200,00, cifras muito razoáveis para muitas mantenedoras.

Depois de aprovados o fundo e a contribuição, a Assembleia se organizou para a eleição da sua Primeira Presidência. Foram eleitos e aclamados, os seguintes mantenedores: Candido Mendes de Almeida, para o cargo de Diretor Presidente; Electro Bonini, para o cargo de primeiro Diretor Vice-Presidente; e Édson Franco, para o cargo de segundo Diretor Vice-Presidente.

Os demais eleitos como membros da Presidência foram: Célio de Aquino, Clotilde Guimarães Maeder, Gabriel Mário Rodrigues, João Carlos Schmitz, Manoel Agostinho, Paulo Newton Paiva Ferreira, Sérgio Magalhães e Severino Sombra (ABM, 1982).

Os membros eleitos como titulares para o Conselho Fiscal foram: Hélio Leal, Janir de Carvalho, Joaquim Henriques Vianna Júnior, José Simões e Vitório Lanza Filho. Como suplentes, foram eleitos Jouberto Uchoa de Mendonça e Irmã Querubina Silva (ABM, 1982).

Para os cargos da Diretoria Executiva, foram indicados: Antônio Amaral Rosa, para Diretor Geral; Paulo de Lima, para Vice-Diretor; Egas Moniz Nunes, para Diretor Administrativo; Marlene Salgado, para Diretora Técnica (ABM, 1982).

Não conseguimos identificar a quais IES ou mantenedoras alguns desses indicados eram vinculados, pois não constava em nenhum dos documentos a que tivemos acesso.

Quadro 2: Membros da Primeira Presidência da ABMES

Nome	Instituição	Cargo
Candido Mendes de Almeida	Sociedade Brasileira de Instrução	Diretor Presidente
Electro Bonini	Associação de Ensino de Ribeirão Preto	1º Diretor Vice-Presidente
Édson Franco	Assoc. Paraense de Ensino e Cultura	2º Diretor Vice-Presidente
Célio de Aquino	União Educacional de Brasília	Membro da Presidência
Clotilde Guimarães Maeder	Centro de Estudos de Comércio Exterior	Membro da Presidência

Gabriel Mário Rodrigues	Inst. Sup. de Comunicação Publicitária	Membro da Presidência
João Carlos Schmitz	Assoc. Pró ES em Novo Hamburgo	Membro da Presidência
Manoel Agostinho	Fundação Educacional de Ituiutaba	Membro da Presidência
Paulo Newton Paiva Ferreira	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira	Membro da Presidência
Sérgio Magalhães	Associação Goiana de Ensino	Membro da Presidência
Severino Sombra	Fund. Educacional Severino Sombra	Membro da Presidência
Hélio Leal	Fundação Gildásio Amado	Conselho Fiscal (titular)
Janir de Carvalho	Soc. Educacional Prof. Nuno Lisboa	Conselho Fiscal (titular)
Joaquim Henriques Vianna Jr.	Instituto Vianna Júnior	Conselho Fiscal (titular)
José Simões	Universidade Católica de Salvador	Conselho Fiscal (titular)
Vitório Lanza Filho	Assoc. Educacional do Litoral Santista	Conselho Fiscal (titular)
Jouberto Uchoa de Mendonça	Associação Sergipana de Administração	Conselho Fiscal (suplente)
Irmã Querubina Silva	Fac. Integradas Católica de Brasília	Conselho Fiscal (suplente)
Antônio Amaral Rosa	Dado indisponível	Diretor Executivo Geral
Paulo de Lima	Associação Goiana de Ensino	Vice-Diretor Executivo
Egas Moniz Nunes	Dado indisponível	Diretor Administrativo
Marlene Salgado	Assoc. Salgado de Oliveira	Diretora Técnica

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na Ata de Criação da ABMES.

Sobre o primeiro Presidente da ABMES, Candido Mendes de Almeida, é importante apresentar a sua biografia e o seu currículo, pois ele é um homem de grande prestígio e destaque na sociedade brasileira. Consultamos os arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV-CPDOC).

Nasceu em 1928 numa família cujo tataravô foi o Marquês do Paraná, o bisavô deputado federal e senador pelo Maranhão, e o irmão, que era bispo, foi secretário-geral e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Devido à devoção católica, o seu bisavô recebeu do Papa um título de nobreza que foi herdado por Candido Mendes.

Concluiu o Bacharelado em Direito e Filosofia na PUC-RJ em 1950 e durante a graduação foi secretário-geral da União Nacional dos Estudantes (UNE). No ano

seguinte, ingressou no Doutorado em Direito na Universidade do Brasil e começou a atuar como professor assistente na PUC-RJ.

Participou da fundação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Deu aula na Escola Brasileira de Administração Pública da FGV de 1957 a 1962, quando se tornou presidente da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI), a mantenedora das Faculdades Candido Mendes, criadas em 1902.

Durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964, lutou, com a igreja católica, pela manutenção do Estado de direito, em defesa dos perseguidos políticos e pelo fim dos crimes, reunindo-se com intelectuais para discutir a violação dos direitos humanos no país. Chegou a ser mencionado em muitos informes policiais e militares.

De 1965 a 1971, atuou como professor visitante em várias universidades dos Estados Unidos. Em 1969, fundou o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e também se tornou subsecretário da CNBB.

Na década de 1970, em função das relações de prestígio que possuía com as elites políticas e com os círculos de oposição, promoveu encontros com intelectuais para proporem a liberalização política do regime ditatorial. Ainda nos 1970, assumiu importantes cargos, alguns em que se manteria até os anos 1990.

Em 1986, candidatou-se a deputado federal e conseguiu ser suplente, assumindo mandato de junho de 1990 a fevereiro de 1991. Em 1988, esteve na fundação do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), formado por dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Assumiu a cadeira 35 da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1987, e tornou-se membro do Conselho da Universidade das Nações Unidas. Em 1992, tornou-se presidente do Conselho Superior de Ciências Sociais da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Candidatou-se novamente a deputado federal, em 1994, e conseguiu outra suplência, assumindo mandato de setembro de 1997 a janeiro de 1998. Tornou-se reitor da Universidade Cândido Mendes, em 1999, e membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Recebeu o título de *Docteur Honoris Causa* da *Université de Paris III (Sorbonne Nouvelle)*, em 2005, quando também se tornou membro da Academia Brasileira de Economia e da Comissão de Alto Nível da Aliança das Civilizações. Além de tudo isso, também foi colaborador assíduo em alguns jornais e publicou muitos livros, principalmente na área das ciências sociais (FGV-CPDOC, 2021).

Tendo visto tão vasto currículo de atuações políticas, sociais e de representação, podemos afirmar que grande parte das conquistas da ABMES, na fase de constituição e implantação, foi possível devido ao prestígio do seu primeiro Presidente que, sendo um intelectual reconhecido, conseguiu atuar como um grande articulador dos interesses da iniciativa privada do ensino superior.

Candido Mendes se manteve na Presidência da ABMES por três mandatos, sendo sempre reconduzido por aclamação da Assembleia Geral. Ocupou este cargo de 31 agosto de 1982 a 01 de abril de 1992, quando foi eleito Édson Franco (HORTA, 2002, p. 49).

Não tivemos acesso a documentos que mencionassem como foram essas reconduções e se houve mudança das pessoas que ocuparam os demais cargos da Presidência. Porém, acreditamos que não tenham acontecido alterações, pois, como veremos, muitas ações da ABMES, nessa fase, foram concentradas em Candido Mendes.

Depois das eleições e nomeações, foi realizada a primeira reunião da Presidência, em 31 de agosto de 1982, em que se decidiu que, na ausência de Candido Mendes, Electro Bonini responderia pela Direção da Associação. E, na ausência deste, o cargo seria ocupado por Édson Franco.

Candido Mendes informou que estariam à disposição das instituições associadas, para prestarem os serviços de assessoria pedagógica, jurídica e administrativa, Aurélio Wander Bastos e Sara Abreu, fazendo com que a Associação já tivesse meios para atender a uma das suas finalidades elencadas no Estatuto recém aprovado (inciso IV do artigo 2º - ABM, 1982).

O Presidente também informou que havia recebido uma doação da UNESCO de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para realizar “estudos de implantação da ABM”.

Recorrendo novamente à calculadora do cidadão para termos uma ideia desse valor reajustado para os dias atuais, teríamos um montante em torno de quarenta mil reais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

Lembrando que Mendes ocupava um cargo de representação na Unesco desde a década de 1970, esta doação corrobora a ideia de que a Associação obteve muitos ganhos através do prestígio político de seu Presidente.

Também destacamos que foram compostas algumas comissões naquela reunião. Uma delas, para tratar do problema da universidade, foi integrada por João Carlos Schmitz e Paulo Paiva. A outra comissão foi para tratar do Decreto n.º 8.600 e teve como componentes Gabriel Rodrigues, Célio Ferros, Clotilde Maeder e Rafael Borelli.

Uma terceira comitiva foi para tratar da sede da Associação e foi composta por Célio Ferros, Sérgio Magalhães e Electro Bonini. A quarta comissão foi a de Opinião Pública, composta por Candido Mendes, Paulo Paiva e Gabriel Rodrigues.

O Presidente ainda propôs à Assembleia e obteve aprovação a criação da medalha “Patriarcas do Ensino Superior Privado Brasileiro” e sugeriu que fosse entregue a Electro Bonini, em ocasião oportuna.

Também foi proposto pelo Presidente Candido Mendes o encaminhamento de um ofício ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), ocupado por Esther de Figueiredo Ferraz. Nesse documento, os fundadores da ABMES apresentariam a entidade à Ministra, o que contaria como o seu primeiro ato.

E pediriam que, vencido o prazo do Decreto n.º 8.600, em 31 de dezembro de 1982, fosse permitida a volta da expansão e do desenvolvimento do ensino superior, atendendo à ação “disciplinadora e fiscal do Estado” (ABM, 1982, p. 13).

O Decreto mencionado é de 13 de maio de 1981. Ele suspendia o recebimento dos pedidos de autorização de cursos de graduação e do funcionamento de instituições de ensino superior, pelo Conselho Federal de Educação, até 31 de dezembro de 1982. Também condicionava o recebimento de assistência financeira à não criação de novos cursos pelos estabelecimentos de ensino superior não federais.

Esse fenômeno nos mostra que a Associação compreende inicialmente o MEC, instância do governo e, portanto, sociedade política, como árbitro definidor das regras a serem cumpridas. O Estado teria o papel de regulador.

Outro elemento que podemos perceber é que, nessa fase, o nível de consciência política da Associação é o econômico-corporativo. Isso significa dizer que a organização daquele grupo era elementar e que estava preocupado em atender interesses imediatos.

A Associação, embora já mostrasse suas possibilidades, ainda não tinha organicidade para se pensar e agir além dos problemas “pontuais” que apareciam para a iniciativa privada atuante no ensino superior brasileiro.

Essa formulação está alicerçada em Gramsci (2007), onde ele apresenta a existência de três níveis de consciência política coletiva. O primeiro deles é o econômico-corporativo, que é o mais básico quanto à organização e à formulação, onde a classe ou o grupo social se pensa para si e age para atender “emergências”.

O segundo nível é o da consciência da solidariedade de interesses, em que as formulações começam a ganhar organicidade e o grupo social consegue se pensar para além dele próprio. Começa a construir não só um projeto para si, mas um projeto societário.

O terceiro nível é o ético-político, em que um grupo se torna dirigente, pois consegue dar guiar os demais grupos, dando uniformidade a suas ações. Estes começam a se identificar com o projeto do grupo dirigente como se fosse um projeto deles (GRAMSCI, 2007).

Encaminhando para a finalização da reunião do dia 31 de agosto de 1982, Sérgio Magalhães comunicou que haviam começado as gestões junto à Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), órgão que administra as terras no Distrito Federal, e que no Plano Diretor existiam áreas destinadas à doação ou à compra por preço simbólico para conselhos de classe (ABM, 1982).

Embora a ABMES só adquira sua sede própria em 2016, esse fato nos chama a atenção para o nível de conhecimento e influência que os fundadores da ABMES já possuíam a respeito da sociedade política no início dos anos 1980.

Depois desse informe, o Presidente convocou os presentes a comparecerem à reunião com a Ministra da Educação e Cultura para a entrega do ofício mencionado e encerrou os trabalhos daquele encontro.

2.4: Comunicação com as Associadas

Nessa primeira fase, a ABMES não criou uma política efetiva de comunicação entre a ABMES e as mantenedoras associadas. Porém, realizou algumas iniciativas importantes para debater os interesses das mantenedoras do ensino superior privado.

Foram realizadas oito encontros, reuniões, fóruns e seminários, cujos temas e datas estão a seguir, de acordo com Rocha (2002, p. 21):

- 1º Encontro da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, novembro de 1983, em Brasília: foi debatida a necessidade de uma nova postura para o ensino superior privado, no que diz respeito a qualidade, expansão e financiamento. Desse encontro, resultou a publicação “Qualidade, expansão e financiamento do ensino superior”, que foi lançada em 1984;
- Seminário “Muda Brasil”, novembro de 1984, em Brasília: foram formulados subsídios para o governo Tancredo Neves;
- Seminário “Educador, empresário social”, junho de 1985, em Brasília;
- Seminário “Rumos emergentes da educação superior”, novembro de 1988, em Brasília: foi abordada a defesa da iniciativa privada na educação e da qualidade do ensino superior particular;
- Reunião de trabalho sobre “O ensino superior e a formação para o magistério”, setembro de 1991, em Brasília: foram analisados alguns documentos produzidos pelo MEC, pelo CFE e por algumas IES;

- Seminário “A universidade no próximo milênio”, novembro de 1991, em Brasília;
- Seminário Brasileiro de Marketing Educacional, novembro de 1991, em São Paulo/ São Paulo;
- Fórum de Debate “Desequilíbrios na procura ao ensino superior”, abril de 1992, em Brasília.

Rocha (2012) afirma que a ABMES editou entre 1991 a 2009 o jornal chamado “ABMES Notícias”, que chegou ao número 104. Tinha periodicidade trimestral, tiragem de dois mil exemplares e parou de ser publicado porque os informes passaram a ser digitais, divulgados na página eletrônica da Associação.

Esse informativo continha cinco partes: o editorial com análises sobre os principais fatos educacionais; descrição das atividades realizadas pela Associação; os informes sobre reuniões e seminários das associadas e outras instituições educacionais; informações sobre publicações da ABEMS; e artigos de interesse das IES (ROCHA, 2012, p. 35).

Além dos encontros, fóruns e do Jornal, nessa fase, a ABMES também lançou a “Revista Estudos”, mostrando sua capacidade de organização e difusão de ideias. A Revista tem de conteúdo temático, distribuição gratuita e reúne trabalhos sobre educação, com maior enfoque aos interesses do setor privado.

Essa publicação, a princípio, apresentava um ou dois textos escritos pelos membros da Presidência da ABMES. Em geral, era a transcrição de apresentações feitas em seminários ou falas dos Presidentes junto a órgãos da aparelhagem estatal.

Com o tempo, passou a reunir trabalhos elaborados por profissionais reconhecidos nacionalmente, tanto do setor público quanto da iniciativa privada. E a ideia é que ela servisse de subsídio ao aprofundamento de debates e de reflexões dos integrantes das entidades.

Inicialmente, a Revista Estudos não tinha periodicidade regular, pois sua produção se dava a partir de demandas pontuais. Acreditamos que seja por esse motivo que os sete primeiros números não foram datados.

Embora haja registros da Associação informando que a Revista começou a ser publicada ainda em 1982, a leitura e a análise das Revistas indicam que elas começaram a ser produzidas em 1985, em função dos dados apresentados.

Produzimos o quadro a seguir para mostrar os títulos e as datas das Revistas Estudos relativas à essa fase da Associação.

Quadro 3: Revistas Estudos publicadas até abril de 1992

N. o	Data	Título
01	S/ d.	O Ensino Superior Particular
02	S/ d.	O Ensino Privado e o Poder Público
03	S/ d.	Exposição do Professor Candido Mendes na Comissão Nacional de Reformulação de Educação Superior
04	S/ d.	O Clandestino Direito de Educar
05	S/ d.	O que faz a Escola Particular para além do Ensino
06	S/ d.	Avaliação da Qualidade do Ensino na Escola Superior Particular
07	S/ d.	Seminário "Rumos Emergentes da Educação Superior"
08	1990	Instituto Brasileiro de Qualificação do Ensino Superior - Projeto de Criação
09	1990	Por Uma Educação Desmistificada e Livre
10	1990	A Nova Carta Magna e o Direito de Educar da Iniciativa Privada
11	1991	Perfil do Aluno e do Profissional no Ensino Superior Particular
12	1991	O Destino da Universidade

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na consulta ao corpus documental da pesquisa.

Os temas e as matérias das edições da Revista Estudos publicadas até 1992 são reveladores. Podemos afirmar que eles expressam dois aspectos centrais, de modo geral: o processo de construção da identidade do setor privado atuante no ensino superior no país e a tentativa de demarcação de espaços na conjuntura nacional, tanto para vender a educação-mercadoria³ quanto para se posicionar estrategicamente.

³ Para Rodrigues (2007), existem dois processos de transformação da educação em mercadoria: a educação-mercadoria e a mercadoria-educação. A educação assume a forma de mercadoria quando se realiza dando mais valor ao capital comercial, isto é, quando é gerado lucro através da venda de serviços educacionais em instituições de ensino, sobretudo os privados. O processo de educação-mercadoria ocorre quando uma instituição vende um serviço educacional. Já o processo de formação da mercadoria-educação ocorre quando há a valorização da mercadoria força de trabalho através da mercadoria educação.

Assim, a Revista Estudos conseguiu expressar a organização das ações coletivas da iniciativa privada no ensino superior brasileiro, através da ABMES, e potencializou seus ganhos políticos e econômicos, no território nacional.

2.5: Intervenção na legislação

Uma das estratégias que a ABMES utiliza ao longo da sua existência é atuar nas formulações dos marcos legais para a educação nacional e nas políticas públicas para o ensino superior.

Nessa primeira fase, suas ações mais significativas foram em torno da Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior (CNRES) e na construção da Constituição Federal de 1988.

A seguir, apresentaremos suas ações, formulações e alianças para estar presentes nesses momentos históricos importantes para a educação brasileira, buscando mostrar como ela atuou para legitimar o ensino superior privado.

2.5.1: Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior (CNRES)

No contexto da reabertura democrática do país, vários assuntos precisavam de ser rediscutidos e isso incluía a educação. Por isso, em junho de 1983, o governo João Figueiredo, através do MEC, lançou o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU).

A iniciativa desse Programa se deu em necessidade de dar respostas às discussões ocorridas no CFE sobre as greves nas universidades federais e às críticas que a legislação do ensino superior recebia à época.

De acordo com a Seção Sindical dos Docentes da UFSM, até a data do Programa, tinham ocorrido três greves. Em 1980, aderiram dezenove universidades

e sete escolas à greve que durou vinte e seis dias. Em 1981, aderiram dezenove universidades e cinco escolas isoladas à greve que durou vinte dias. E em 1982, fizeram parte do movimento dezoito universidades e três escolas que paralisaram suas atividades por trinta e dois dias (SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UFSM, 2021).

Edson Machado de Souza, Diretor-geral da CAPES e membro do CFE, foi quem coordenou o PARU. Ele contou com Sérgio Costa Ribeiro e Isaura Beloni na coordenação técnica e mais outros cinco técnicos do MEC.

O Programa previa, além da realização de um *survey* com IES voluntárias, a promoção de debates em todo o país e elaboração de documentos para subsidiar as alterações na legislação.

Porém, por disputas dentro do MEC, o PARU foi interrompido, depois de um ano e, embora os questionários do *survey* tenham sido respondidos, os dados não foram tratados e as informações se perderam.

Tentando atender às reivindicações do movimento docente e fazendo outra tentativa de revisão da reforma universitária de 1968, o governo José Sarney reiniciou o processo que havia sido interrompido no governo anterior.

Para isso, nomeou, através do Decreto n.º 91.177, de 24 de março de 1985, a Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior (CNRES), cuja função era formular propostas para a redefinição dos rumos da universidade brasileira.

Nesse decreto, também constava o nome das pessoas que fariam parte da Comissão. Organizamos o quadro a seguir com os nomes desses componentes e uma tentativa de busca das instituições a que eles tinham vínculo à época.

Quadro 4: Membros da CNRES

Membro	Instituição
Amílcar Tupiassu	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará
Bolívar Lamounier	Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo
Caio Tácito	Professor da UERJ e Presidente da CNRES
Carlos Nelson Coutinho	Professor da UFRJ
Clementino Fraga Filho	Professor da UFRJ
D. Lourenço de Almeida Prado	Diretor do Colégio São Bento (Rio de Janeiro)

Edmar Lisboa Bacha	Economista brasileiro (Comissão do Plano Real)
Eduardo de Lamônica Freire	Professor da UFMT
Fernando Lessa Sarmento	Professor do Centro de Educação Tecnológica (Bahia)
Francisco Javier Alfaya	Deputado estadual baiano pelo PC do B
Guiomar Namó de Mello	Professora da PUC-SP
Haroldo Tavares	Empresário
Jair Pereira dos Santos	Empresário
Jorge Gerdau Johanpeter	Empresário
José Eduardo Faria	Membro do Ministério Público e Secretário da CNRES
José Leite Lopes	Presidente da Sociedade Brasileira de Física
José Arthur Giannotti	Professor da Faculdade de Filosofia da USP
Luiz Eduardo Wanderley	Professor do Departamento de Sociologia da PUC-SP
Marly Moisés Silva Araújo	Professora
Paulo da Silveira Rosas	Psicólogo
Roberto Cardoso de Oliveira	Professor da UNICAMP
Romeu Ritter dos Reis	Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter)
Simon Schwartzman	Escritor e relator da CNRES
Ubiratan Borges de Macedo	Universidade Gama Filho

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no Relatório da CNRES.

Os resultados dos trabalhos da Comissão geraram um relatório que foi intitulado de “Uma nova política para a educação superior”, publicado em novembro daquele ano. Seu relator foi Simon Schwartzman, que é um grande estudioso sobre ensino superior que produziu vasta bibliografia sobre a atuação da iniciativa privada na educação.

Como pode ser visto na tabela apresentada, na Comissão, havia membros pertencentes a instituições de ensino públicas e privadas, e também empresários de segmentos não educacionais, mostrando a diversidade de interesses representados por aquele grupo.

Candido Mendes compareceu a uma das reuniões da Comissão e apresentou um conjunto de documentos que complementariam a exposição que ele ia fazer. Dentre eles, havia um Parecer do ministro Vítor Nunes Leal, dois estudos feitos pela Associação e um texto sobre a expansão do ensino superior que contou com a colaboração de Simon Schwartzman (MENDES, s/d, p.3).

O texto da apresentação feita por Candido Mendes foi publicado na Revista Estudos n.º 3. Sua fala foi organizada em torno de cinco temas que ele julgou pertinente debater com os membros da Comissão: o peso do setor privado do ensino superior e o seu desempenho; a divisão de trabalho com o setor público; a

regulação e o apoio estatal; o pluralismo no ensino superior e os mecanismos de avaliação e qualidade (MENDES, s/d).

Sobre o peso do ensino superior privado, o Presidente da ABMES enfatizou os dados de 1984, em que este setor respondeu por 70% das IES e por 60% das matrículas. Além disso, ele também apresentou dados sobre as áreas de concentração dos cursos privados, número de bolsas de estudos concedidas, desenvolvimento de pesquisas, a interiorização das IES e a desconcentração no eixo Rio-São Paulo (MENDES, s/d, p. 3 e 4).

No segundo tema, ele abordou que, para existir uma boa coexistência entre o setor privado e o setor público, poderia ocorrer uma divisão de trabalho entre eles. Essa divisão seria do seguinte modo:

O Brasil de hoje teria ainda, de fato, a condição de estabelecer, a bem do contribuinte e a bem da condição de uma maior produtividade da educação, uma divisão de trabalho em que cada vez mais o ensino fundamental e o ensino secundário estivessem ligados à iniciativa pública, vindo o ensino de graduação [...] para o setor privado, ficando reservada à pós-graduação e à pesquisa a possibilidade de uma articulação predominantemente na área pública, sem que o setor privado, ainda que essa não fosse a sua atividade principal, deixasse de lhes prestar o seu concurso (MENDES, s/d, p.5).

No tópico sobre a regulação e o apoio estatal, Candido Mendes apresentou justificativas para que o Estado não definisse limite para os reajustes das mensalidades das IES privadas: o coeficiente imposto pelo governo tinha deixado as instituições em situação de déficit e, desta forma, elas não conseguiriam manter o atendimento dos seus alunos com a qualidade que eles merecem (MENDES, s/d, p. 7).

Sobre o pluralismo do ensino superior, Candido Mendes chamou a atenção da Comissão para o fato de já coexistirem universidades e estabelecimentos isolados (que ele chama de *colleges* brasileiros, ao longo do texto) e que estas instituições podem ser filantrópicas, comunitárias, confessionais e empresariais. Ele apresenta alguns argumentos para que, independentemente do tipo institucional, todos possam receber subsídios públicos.

Para os mecanismos de avaliação e qualidade, o Presidente da ABMES disse que a Associação reconhece a necessidade da existência de critérios a tal ponto que está formulando o seu código de ética, porém acredita que mais importante do que ter os critérios, é que permitir que a IES se autoavalie, pois a exigência de titulação do professorado não mostra a realidade da qualidade da formação oferecida e esse critério não é cumprido nem pelas públicas.

Acreditamos que a estratégia de Candido Mendes tenha sido a de impressionar os membros da Comissão mostrando as boas condições do ensino superior privado e amplo conhecimento sobre a realidade educacional brasileira que ele possui. Nos pontos em que a iniciativa privada não é “tão boa assim”, ele procurou desmerecer alguns aspectos do setor público e criar argumentos para justificar a “não excelência” particular.

Quanto ao Relatório da CNRES, ele apresentou as propostas que a Comissão formulou como conclusões às diversas opiniões recebidas (associações, sindicatos, grupos e pessoas) e às reuniões de trabalho ao longo dos seis meses em que esteve reunida.

O documento menciona que a ideia não era a de propor uma normativa que fosse substituir a lei da reforma universitária de 1968, mas que ele pudesse ser subsídio para mobilizar discussões em torno dos problemas do ensino superior na amplitude da sociedade brasileira, podendo resultar numa nova política.

Essa nova política para o ensino superior teria os seguintes princípios: responsabilidade do poder público, adequação à realidade do país, pluralidade, autonomia, democratização do acesso, valorização do desempenho e eliminação do corporativismo.

A Comissão chamou a atenção para o fato de que deveria caber ao poder público manter e expandir o ensino público em todos os níveis, formar os profissionais, desenvolver pesquisa científica e tecnológica, aumentando progressivamente sua contribuição, garantindo liberdade de ensino, apoiando financeiramente iniciativas que tenham relevância social e aprimorando a qualidade do ensino superior em todas as modalidades institucionais.

O desajuste entre as vagas oferecidas, as pessoas formadas e as possibilidades de emprego foi identificado como um problema complexo existente na realidade nacional e que precisa de ser analisado com mais clareza. A proposta da Comissão é que o ensino superior consiga formar as pessoas com capacitação adequada para conseguirem se adaptar às necessidades do mercado.

A ideia da Comissão, a respeito da diversidade e pluralidade, era de que se compreendesse que as IES podem ter objetivos e vocações diferentes e ainda assim serem boas e oferecerem bons serviços. Deveria ser assegurado às IES poderem adotar o formato institucional que lhe fosse mais adequado.

De acordo com o Relatório, para haver autonomia, seria necessário envolver toda a comunidade universitária numa participação ativa de todos os segmentos, e precisa ter uma contrapartida em desempenho e responsabilidade.

A respeito da democratização do acesso, a Comissão mostrou compreender que existem grandes empecilhos sociais para que chegue mais pessoas ao ensino superior e que a saída não seria apenas abrir vagas indiscriminadamente ou a redução dos requisitos acadêmicos, mas propõem a criação de novas modalidades de ensino para os públicos diferentes, o amparo ao estudante sem recursos e a melhoria da educação básica.

No Relatório, há a sugestão de que exista uma correlação mais firme entre a solicitação de recursos e infraestrutura ao desempenho da universidade que deve ser excelente. Para isso, precisaria de controles formais sobre o conteúdo e o mérito do trabalho desenvolvido.

A Comissão também alertou para a existência do excesso de “rituais e formalidades esvaziadas” que prejudicam o exercício de determinadas profissões e a proposição de novos currículos, sem garantir qualidade técnica e apenas criando a ilusão de certos privilégios. A crítica é que isso possa levar a altos índices de desistências, mudanças de carreiras e abandonos de títulos.

A análise dessas propostas nos mostra a predominância dos interesses privatistas. Podemos destacar a diversificação de estabelecimentos de ensino superior como forma de ampliar o acesso pela diferenciação da oferta; a indicação

de formas alternativas de ensino e o uso de tecnologias para públicos diferenciados, e o oferecimento de cursos de “reciclagem” para professores.

Assim, foi finalizado o ano de 1985 e, em fevereiro de 1986, o Ministro da Educação, Marco Maciel, criou o Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior (GERES), com o objetivo de que, com base no Relatório produzido pela CNRES e nas contribuições recebidas, fosse elaborado um projeto de lei exclusivo para a reformulação das IES federais.

O Grupo, interno ao MEC, foi composto por Antônio Octávio Cintra e Getúlio Pereira Carvalho (secretários gerais adjuntos do MEC); Paulo Elpídio Menezes Neto (secretário de educação superior); Edson Machado de Souza (diretor da CAPES) e Sérgio Costa Ribeiro (pesquisador do CNPq).

Em outubro de 1986, foram divulgados o relatório e o anteprojeto de lei formulados pelo GERES. O relatório previa: incorporar as autarquias e as fundações em um único ente jurídico, denominado universidade, que passaria a receber as dotações orçamentárias de forma global. Isso significou a possibilidade de diminuição das verificações.

Outros pontos foram a racionalização do controle governamental sobre as universidades e a restrição de acesso dos servidores dos níveis mais inferiores a cargos de direção. Ou seja, isso significava desmontar o sistema de Universidade Pública existente no Brasil, o que certamente iria favorecer os interesses privatistas no ensino superior.

Os documentos receberam fortes críticas dos movimentos dos docentes, dos técnico-administrativos e dos estudantes das universidades federais. Em função disso e do contexto político da época, o anteprojeto de lei foi retirado do Congresso Nacional, mas foi mantido como orientação política do governo para a educação superior.

2.5.2: Processo de elaboração da Constituição Federal de 1988

Outro fato que merece ser destacado nessa fase de implantação da ABMES é a participação da entidade no processo de elaboração que culminou na edição da Constituição Federal de 1988.

O período de redemocratização dos anos 1980 previa a formulação de uma nova Constituição Federal. Porém, o governo José Sarney se antecedeu à instalação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e encarregou uma comissão, através do Decreto nº 91.450, de 18 de julho de 1985, para elaborar um projeto de Constituição. A ideia do governo era de que os trabalhos dessa comissão servissem de base para os trabalhos dos parlamentares que seriam eleitos para ANC.

Foi nomeada a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que ficou mais conhecida como Comissão Afonso Arinos, em função da sua presidência ter sido do jurista Afonso Arinos de Melo Franco. Ela foi composta por cinquenta membros e concluiu seus trabalhos em setembro de 1986.

Fizeram parte dessa comissão: Afonso Arinos de Melo Franco, Alberto Venâncio Filho, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, Antônio Ermírio de Moraes, Bolívar Lamounier, **Candido Antonio Mendes de Almeida**, Célio Borja, Celso Monteiro Furtado, Cláudio Pacheco, Cláudio Penna Lacombe, Clóvis Ferro Costa, Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, Edgar de Godói da Mata-Machado, Eduardo Mattos Portella, Evaristo de Moraes Filho, Fajardo José de Pereira Faria, Padre Fernando Bastos de Ávila, Floriza Verucci, Gilberto de Ulhoa Canto, Gilberto Freyre, Reverendo Guilhermino Cunha, Hélio Jaguaribe, Hélio Santos, Hilton Ribeiro da Rocha, João Pedro Gouvea Vieira, Joaquim de Arruda Falcão Neto, Jorge Amado, Josaphat Ramos Marinho, José Afonso da Silva, José Alberto de Assumpção, José Francisco da Silva, José do Rego Barros Meira de Araújo, José Paulo Sepúlveda Pertence, José Saulo Ramos, Laerte Ramos Vieira, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, Luís Pinto Ferreira, Mário de Souza Martins, Mauro Santayana, Miguel Reale, Miguel Reale Júnior, Ney Prado, Odilon Ribeiro Coutinho, Orlando Magalhães Carvalho, Paulo Brossard de Souza Pinto, Raphael de Almeida Magalhães, Raul Machado Horta, Rosah Russomano, Sérgio Franklin Quintella e Walter Barelli.

Com o objetivo de defender os interesses da iniciativa privada nesse fórum de tão grande importância, a estratégia da ABMES foi fazer com que seu Presidente conseguisse integrar a Comissão. Candido Mendes não só foi membro daquele grupo como conseguiu assumir a relatoria do tema educação.

É possível que esta Comissão tenha sido constituída para manter a histórica “a saída pelo alto”, em função do contexto vivido no período. Porém, como houve resistência do Legislativo e de forças progressistas, o projeto de Constituição escrito pela Comissão não foi encaminhado à ANC.

Com isso, a ABMES precisou mudar de estratégia: ela procurou se aliar a outros grupos privatistas, para conseguir registrar “na letra da lei”, os interesses dos defensores da iniciativa privada na educação nacional.

Então, em novembro de 1986, junto às eleições para governadores e para deputados estaduais, foram eleitos os parlamentares⁴ que comporiam a Assembleia Constituinte e, em fevereiro de 1987, ela foi instalada, com a tarefa de dialogar com a sociedade e elaborar a nova Constituição.

Os trabalhos da ANC foram planejados para acontecerem em quatro etapas, da seguinte forma: os anteprojetos das áreas começariam a ser construídos a partir de questões debatidas nas vinte e quatro subcomissões.

Em seguida, os anteprojetos seriam encaminhados para as oito comissões temáticas, onde seriam juntados aos anteprojetos de outras duas subcomissões e seriam novamente votados.

Depois, seguiram para a comissão de sistematização para serem compatibilizados e organizados no projeto de constituição. Este projeto iria para o Plenário da Constituinte, onde seria votado em dois turnos.

Na área da educação, as grandes questões eram relativas à defesa dos interesses da iniciativa privada e à defesa da escola pública, sendo o principal embate em torno da destinação de recursos públicos para escolas particulares.

De acordo com Pinheiro (1991), os defensores da escola pública se organizaram no Fórum de Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito, composta por quinze entidades de representatividade em todo o país.

O setor privado estava representado por instituições, grupos e pessoas, com ligação a ideias de atuação na educação de forma leiga, confessional, comunitária

⁴ A ANC foi composta por 559 parlamentares, sendo 487 deputados federais e 72 senadores. Destes, 23 haviam sido eleitos em 1982 e os outros 49 foram eleitos em 1986.

ou empresarial. Naquele momento e, mais especificamente, no início dos trabalhos da ANC, a iniciativa privada não tinha uma unidade de formulação e de ação.

Por isso, não era em todas as questões que seus representantes tinham uma posição conjunta. Porém, existia coesão para defender a liberdade de ensino e buscar apoio, principalmente financeiro, do poder público.

Com base em Pinheiro (1991), podemos dizer que os interesses do setor privado foram representados nos debates de elaboração da nova Constituição através de algumas instituições, do seguinte modo:

- os interesses leigos empresariais, representados pela atual Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN), à época Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (FENEN);
- os interesses confessionais, representados pela Associação de Educação Católica do Brasil (AEC) e pela Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC);
- e os interesses leigos não empresariais, representados pela Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (CNEC).

Na etapa das Subcomissões, as sessões eram abertas ao público e puderam estar presentes educadores, estudantes e proprietários de instituições educacionais. Para as audiências públicas, foram convidados representantes dos diversos segmentos relacionados à educação.

Foi, então, escrito o primeiro anteprojeto, que recebeu críticas por conter mais ideias dos defensores do ensino privado. Foi feito um substitutivo incluindo reivindicações dos defensores da escola pública.

Na etapa das Comissões (a educação estava na de número oito), seria formulado um anteprojeto com base nos documentos que foram recebidos das três subcomissões. Foram escritos dois anteprojetos e ambos foram rejeitados.

Na Comissão de Sistematização, a tarefa era compilar os anteprojetos que vieram das oito comissões e formar um projeto de Constituição. Porém, ficaram em evidência as diferentes forças políticas presentes na ANC, gerando impasses.

Os representantes das forças do centro, da direita e do poder executivo estavam insatisfeitos com os rumos das discussões feitas nessa etapa e isso propiciou a formação do Centro Democrático, o Centrão.

Sobre a educação, Pinheiro (1991, p. 255) afirma que quando comparados os dispositivos aprovados na etapa de Sistematização aos da Subcomissão, percebe-se muita semelhança entre eles, sendo que o único de conteúdo divergente foi o relativo à destinação dos recursos públicos.

Na última etapa da ANC, o Plenário da Constituinte, o Centrão conseguiu mudar o regimento interno e apresentar uma nova “proposta completa de Constituição, incidindo sobre o preâmbulo, os oito títulos e as disposições transitórias” (PINHEIRO, 1991, p. 263), mostrando a mudança na correlação de forças no interior da Assembleia.

Deste modo, foram para votação no Plenário dois projetos de Constituição: a da Comissão de Sistematização da ANC e a do Centrão.

O Centrão trazia, para a educação, a proposta da iniciativa privada, atendendo ao segmento leigo e confessional. Defendia a concepção de liberdade para o “funcionamento da empresa privada de ensino patrocinada pelo poder público” (PINHEIRO, 1991, p. 265).

No primeiro e no segundo turno, se fosse mantido o confronto entre os dois projetos no Plenário, provavelmente, o do Centrão ganharia. Então, os constituintes que apoiavam a proposta aprovada na Comissão de Sistematização fizeram um acordo com os constituintes do Centrão.

Esse acordo resultou numa proposta conjunta para o capítulo da educação, cultura e esporte, que ficou conhecida como “emendão”, que propiciou que os defensores do ensino público e os defensores dos interesses da iniciativa privada saíssem ganhando em partes.

De acordo com Pinheiro (1991, p. 282), o que se percebe

no resultado obtido no Plenário da Constituinte, tanto no primeiro como no segundo turno, é que buscou-se uma solução conciliadora no Capítulo da Educação. Apesar da correlação de força desfavorável ao setor público este disputou palmo a palmo com o setor privado cada dispositivo, mesmo tendo que ceder mais do que avançar. [...] Como resultado das negociações realizadas, com o intuito de conciliar interesses muitas vezes contraditórios, a nova Constituição ainda que defina princípios gerais fundamentais para o desenvolvimento do ensino, em vários dispositivos protege os interesses econômicos e de grupos religiosos na educação brasileira, contribuindo dessa forma para o fortalecimento da tendência privatista.

Sendo assim, em outubro de 1988, depois de intensas batalhas travadas concomitantemente na sociedade civil e na sociedade política entre grupos com interesses diversos, foi promulgada a nova Constituição Federal.

Mesmo que pesem os avanços na organização política e as conquistas sociais da classe trabalhadora na Constituição, observamos que, na correlação de forças, os empresários do ensino tiveram mais conquistas.

Sobre a publicação da Constituição, Candido Mendes reconhece a importância desse documento para garantir para a iniciativa privada:

vencido o embate, é possível apreciar as novas conquistas e, ainda, o enorme trabalho complementar hoje dependente deste esforço dos órgãos de classe – na continuidade do trabalho da ABM, da FENEN e da ABESC. [...] É desnecessário salientar o quanto as garantias à livre iniciativa, no específico capítulo da educação ganha o seu remate no caráter excepcional com que o princípio é contemplado na Carta Magna, como um dos fundamentos da própria ordem constitucional brasileira (s/d – RE 7 p. 5 e 6).

E no processo da elaboração da Constituição Federal de 1988, ainda que as forças políticas progressistas e de esquerda tenham tido grande atuação, os empresários do ensino conseguiram registrar na legislação a garantia do seu principal interesse, que é a exploração da educação.

Os principais artigos que mostram isso são:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:[...] III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e **coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.**

[...]

Art. 209. **O ensino é livre à iniciativa privada**, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

[...]

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, **podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas**, definidas em lei, que: I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades; [...] § 2º **As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público** (Brasil, 1988 - grifos nossos).

Sendo assim, a partir da Constituição Federal de 1988, a atuação do empresariado do ensino foi regulamentada no país: precisando cumprir poucas exigências, tendo muitas possibilidades para atuação, sendo regulamentado até o repasse de recursos públicos aos estabelecimentos privados.

“Isso comprova que a escola particular não luta somente por liberdade no campo do ensino, mas pelo espaço público e pelos recursos públicos. O que pretende essencialmente é a privatização da esfera pública educacional” (PINHEIRO, 1991, p. 292).

É desta forma que a ABMES encerra os anos 1980: organizada e com garantias na Constituição Federal “do seu lado”, permitindo ganhar força política e aumentar o poder de defesa dos interesses da iniciativa privada nos próximos anos, com possibilidades de transcender do nível de consciência política econômico-corporativo para o de solidariedade de interesses.

Capítulo 3: Ampliação e desenvolvimento da ABMES (1992-2004)

No Brasil, os anos 1990 trouxeram o grande desafio de se estabelecer um novo ritmo de crescimento econômico e de desenvolvimento social para o país, pois o projeto de desenvolvimento estava em crise.

As eleições de 1989 viabilizaram a vitória de Fernando Collor de Mello e de uma base parlamentar conservadora, possibilitando o fortalecimento da classe empresarial na defesa dos seus interesses.

Nesse sentido, foram encaminhadas políticas que possibilitaram a abertura comercial e financeira do nosso mercado, o que gerou fortes impactos no número dos postos de trabalho, o crescimento do desemprego, a privatização de empresas públicas e a redução dos gastos sociais.

Com isso, aumentou-se a defesa do Estado mínimo e da implementação de medidas para fortalecer as “leis de mercado”, repercutindo na composição de forças políticas no país, numa correlação desfavorável às lutas anticapitalistas e progressistas.

De certo modo, a ocupação dos cargos no governo Fernando Collor de Melo refletiu essa situação e colaborou para o processo de *impeachment* do Presidente, mas não comprometeu o projeto neoliberal em curso, que foi mantido durante o governo Itamar Franco.

Nas eleições de 1994, saiu vitorioso o discurso sobre a necessidade de modernização da aparelhagem estatal e da economia nacional, que vinha no lastro das realizações de combate à inflação através do plano real, representado por Fernando Henrique Cardoso.

Seu governo teve como característica o hiperpresidencialismo, que apresenta um poder legislativo subordinado ao poder executivo que é forte. Este atropela os debates e decreta enquanto as discussões sobre as legislações estão acontecendo. A quantidade de medidas provisórias editadas nesse governo é um reflexo desse fenômeno (SILVA JÚNIOR E SGUISSARDI, 2001).

Seus outros feitos foram privatizar importantes empresas estatais, como a Vale do Rio Doce e todo o setor de telecomunicações; seguir orientações dos organismos internacionais; e aprofundar a dívida externa total brasileira.

Também reformou a aparelhagem estatal através de diretrizes concebidas e operacionalizadas pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), criado no primeiro ano de governo.

Sob a justificativa de que o modelo do Estado brasileiro estava esgotado e gerava crise, criou-se a ideia de que somente um novo modelo de Estado seria capaz de ser agente de transformação e desenvolvimento.

Ou seja, a reforma se tornava um imperativo para uma nova ordem econômica nacional, onde o modelo de “Estado gerencial”, cujas referências eram eficiência, flexibilização, qualidade, produtividade, seria a solução. O padrão empresarial se constituiria como inspiração para o setor público.

A configuração do novo modelo de Estado delimitava quatro áreas para interface entre o setor público e o setor privado: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não exclusivos, e produção de bens e serviços para o mercado (PEREIRA, 1997).

No núcleo estratégico, estariam as instâncias do Estado e do governo condizentes ao planejamento e a suas deliberações. Por sua importância, seria mantido na estrutura do Estado gerencial. As atividades exclusivas seriam as de regulamentação, fiscalização, fomento, segurança e seguridade social, setores sob os quais a iniciativa privada não teria controle.

Os serviços não-exclusivos do Estado seriam os que poderiam depender do setor privado, tais como universidades, hospitais, centros de pesquisa e museus. Eles seriam transformados em “organizações sociais”, saindo da administração pública e indo para o setor “público não-estatal”.

Este seria administrado pela iniciativa privada por meio de contratos de gestão com o setor público, envolvendo a possibilidade de recebimento de recursos públicos.

A área de produção de bens e serviços para o mercado seria composta por empresas que sairiam da administração pública para a iniciativa privada através dos processos de privatização.

Na visão dos seus formuladores, esse modelo de Estado conferiria à máquina pública maior eficiência e promoveria a boa relação entre o público e o privado, pois fortaleceria o mercado de serviços e mercadorias, aumentaria o consumo, geraria empregos, economizando recursos públicos.

Isso tudo estava de acordo com as orientações do Banco Mundial para a nova economia mista, em que se deveria buscar desenvolver a economia de mercado, mas com justiça social.

Para isso, os Estados deveriam incentivar ações da iniciativa privada e do trabalho voluntário, para que eles pudessem se concentrar “na pura prestação de bens e serviços públicos que os mercados não podem oferecer” (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 42).

Quanto à iniciativa privada atuante no ensino superior, ela estava ampliando suas práticas, buscando valorizar os ganhos obtidos através da Constituição Federal.

Com a nova qualificação dos serviços não-exclusivos do Estado, a educação foi sendo deslocada do conceito de direito social para o de serviço social. Isso aumentou a possibilidade de ação da iniciativa privada, pois a educação-mercadoria poderia ser expandida através da proliferação de IES e dos novos tipos de cursos que aligeiravam a formação humana.

Para o governo, a regulação desses cursos deveria se dar a partir da análise da relação “custo x benefício” que seria feita pelos consumidores desse produto, com base em alguns fatores, dentre eles, as notas no Exame Nacional de Cursos, o famoso Provão.

Na verdade, esse argumento pode ser compreendido como uma justificativa governamental para a sua falta de ação diante da expansão desenfreada de cursos e estabelecimentos de qualidade duvidosa.

Aliado a isso, ainda registramos a concessão de crédito educativo aos interessados em ingressar no ensino superior privado e a facilitação de processos de credenciamento de IES (SILVA JÚNIOR e SGUISSARDI, 2001).

Este é o cenário dos anos 1990, amplamente favorável para a expansão da atuação da iniciativa privada no ensino superior, marcando com robustez e dinamicidade o quarto período de crescimento desse nível de ensino.

3.1: Estruturação da ABMES

Neste contexto de reforma da sociedade política, com abertura de novas possibilidades para atuação da iniciativa privada no mercado do ensino superior que estava crescendo, a ABMES chegou à sua segunda fase, que foi de ampliação e desenvolvimento.

Em relação à sua estrutura organizacional, foram feitas algumas mudanças, no sentido de melhorar a divisão de tarefas entre os membros eleitos e, em junho de 2001, Associação modificou seu Estatuto, por meio de uma Assembleia Geral, fazendo alterações significativas.

A Presidência perdeu o caráter colegiado, foi transformada num órgão executivo e passou a ser composta por quatro membros, ao invés de onze. Esses quatro membros seriam o Presidente e três vice-presidentes, ao invés de dois, sendo que haveria uma divisão de tarefas mais específica entre eles.

O primeiro Vice-Presidente era o responsável pelos assuntos alusivos às universidades; o segundo Vice-Presidente seria incumbido dos assuntos atinentes aos centros universitários; e, o terceiro Vice-Presidente, responsável pelos assuntos referentes aos demais tipos institucionais.

Foi criado o Conselho da Presidência, como órgão de assessoramento à Presidência. Sua incumbência, além de analisar orçamentos, era zelar pela política e pelas diretrizes da ABMES.

Este órgão seria composto por onze membros titulares e cinco suplentes, que se reuniriam bimestralmente e seriam eleitos juntamente com os demais cargos da estrutura organizacional da Associação, à exceção dos ex-Presidentes que o integrariam sem eleição.

Acreditamos que esses fatos tenham acontecido por dois motivos: na primeira fase, a ABMES e suas ações eram muito centradas no seu Presidente, Candido Mendes. Com a saída dele, o trabalho que vinha sendo desenvolvido foi dividido para ter bom andamento.

O outro motivo seria a necessidade de ampliar cargos e funções em decorrência do processo de crescimento que vinha acontecendo, tanto da Associação quanto do número de associadas e de IES em geral.

Outra alteração no Estatuto foi a criação⁵ do Código de Ética, cuja adoção era obrigatória a todas as mantenedoras e mantidas associadas da ABMES. Esse documento apresentava os valores da educação e os preceitos éticos que deveriam ser adotados, bem como os deveres especiais e as proibições a que as associadas estavam sujeitas.

A nossa hipótese é de que a criação do Código de Ética pudesse expressar uma tentativa de constituição de uma identidade política, evitando que a concorrência desleal pudesse levar ao enfraquecimento das associadas.

3.1.1: Os mandatos da Segunda Presidência

Em 1992, a Presidência da Associação foi assumida por Édson Raymundo de Souza Franco, que permaneceu no cargo até 2004, exercendo quatro mandatos consecutivos, pelos períodos de 1992 a 1995; 1995 a 1998; 1998 a 2001, e de 2001 a 2004.

⁵ Embora houvesse menção à criação desse documento no primeiro estatuto da Associação, não encontramos registros anteriores a esse de 2001 nos documentos a que tivemos acesso.

Nos três primeiros mandatos, Franco atuou com os mesmos dois vice-presidentes, que foram Gabriel Mario Rodrigues e Vera Costa Gissoni. Os três membros da Presidência estavam na ABMES desde a sua criação.

Franco foi vice-presidente do Candido Mendes durante todos os anos da sua presidência. Gabriel Rodrigues foi membro da primeira Presidência. E Vera Gissoni foi a fundadora que viajou o país buscando os mantenedores para formarem a Associação.

Embora os membros da Presidência tenham se mantido durante os quatro mandatos de Édson Franco, a configuração dos demais cargos dirigentes da Associação foi sendo alterada ao longo dos mandatos, conforme mostraremos.

No primeiro, ocorrido entre 1992 e 1995, além de Franco, Rodrigues e Gissoni, fizeram parte da direção da ABMES Manoel Agostinho (como Superintendente em 1992) e Carlos Wanderley Alves Menezes (como Superintendente em 1994).

Nos documentos acessados, não constam informações sobre as funções relativas ao cargo de Superintendente. Também não foram encontradas informações sobre os eleitos para o Conselho Fiscal e os membros indicados para a Diretoria Executiva.

Vale destacar que Manoel Agostinho fez parte da Assembleia Geral de criação da ABMES e foi um dos membros eleitos para a primeira Presidência. A respeito de Carlos Wanderley Alves Mendes, não foi encontrado nenhum registro nos documentos a que tivemos acesso.

O segundo mandato de Franco, entre 1995 e 1998, foi sob outra configuração: não tinha mais a figura do superintendente, surgiram sete Áreas Especiais de Trabalho (relações com o governo, relações com outras entidades representativas do ensino superior particular, assuntos educacionais, eventos, expansão da ABMES, Instituto Brasileiro de Qualificação do Ensino Superior (IBQES) e relações parlamentares) e o Conselho da Presidência.

Não encontramos informações, nos documentos disponíveis, a respeito da forma como esses cargos foram ocupados, se por eleição ou indicação. Porém, há indícios de que tenham sido ocupados por indicação, pois não houve mudança no

Estatuto da Associação e, quando comparamos com a composição do terceiro mandato, percebemos que há um reposicionamento das mesmas pessoas em outros cargos, conforme podemos ver no quadro a seguir.

Quadro 5: Composição da Presidência da ABMES: 1995-1998 e 1998-2001

Cargo	Composição 1995-1998	Composição 1998-2001
Presidente	Édson Franco	Édson Franco
1º Vice-Presidente	Gabriel Rodrigues	Gabriel Rodrigues
2º Vice-Presidente	Vera Gissoni	Vera Gissoni
Diretoria Executiva		
Diretor Geral	Décio Batista Teixeira	Décio Batista Teixeira
Vice-Diretor Geral	Layse de Campos Gomes	Fabrcio Soares
Diretor Administrativo	João Herculino Lopes	João Herculino Lopes
Diretor Técnico	Paulo Lima	Antonio Carbonari Netto
Conselho da Presidência	José Augusto Guimarães	-
Conselho da Presidência	Hermes Ferreira Figueiredo	-
Conselho da Presidência	Luiz Eduardo Tostes	-
Conselho da Presidência	Valdir José Lanza	-
Áreas Especiais de Trabalho		
Relações com o governo	Manoel Ceciliano de Almeida	Manoel Ceciliano de Almeida
Repres. ES particular	Décio Batista Teixeira	Décio Batista Teixeira
Assuntos Educacionais	Maria Beatriz Melo Gomes	Roberto Leal Lobo
Eventos	Alexandre Nunes Theodoro	Alexandre Nunes Theodoro
Expansão da ABMES	Wilson Rodrigues	Jacob Daghljan
IBQES	Antonio Colaço Martins	-
Relações Parlamentares	Elmara Bonini Corauci	Paulo Newton Paiva Ferreira
Relações Internacionais	-	Marlene Salgado de Oliveira
Suplente	Marlene Salgado de Oliveira	José Pires de Oliveira
Suplente	Adonias Costa da Silveira	Adonias Costa da Silveira
Suplente	Jouberto Uchoa de Mendonça	Jouberto Uchoa de Mendonça
Suplente	Maria Manrubia Trama	Hermes Ferreira Figueiredo
Suplente	-	Francisco Gracioso
Conselho Fiscal (Titular)	Arody Cordeiro Herdy	Juper Crispino
Conselho Fiscal (Titular)	Cláudia Vieira Levinsohn	Jorge Bastos
Conselho Fiscal (Titular)	Jorge Bastos	Cláudia Vieira Levinsohn
Conselho Fiscal (Titular)	Ney Soares	Paulo Lima
Conselho Fiscal (Titular)	-	Andreia Cristina Alonso
Conselho Fiscal (Suplente)	Terezinha Cunha	Cosme Massi
Conselho Fiscal (Suplente)	Volnei Alves Corrêa	Luiz Eduardo Tostes
1º Secretário	-	Wilson Rodrigues
2º Secretário	-	Valdir José Lanza
1º Tesoureiro	-	Terezinha Cunha
2º Tesoureiro	-	José Augusto Guimarães

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas Revistas Estudos n.º 15 e 26.

Quadro 6: Composição da Presidência da ABMES: 1998-2001 e 2001-2004

Cargo	Composição 1998-2001	Composição 2001-2004
Presidente	Édson Franco	Édson Franco
1º Vice-Presidente	Gabriel Rodrigues	Gabriel Rodrigues
2º Vice-Presidente	Vera Gissoni	Manoel de Almeida
3º Vice-Presidente	-	Antonio Carbonari Netto
Diretor Geral(Dir. Executiva)	Décio Batista Teixeira	Décio Batista Teixeira
Vice-Diretor Geral	Fabício Soares	Pedro dos Santos Filho
Diretor Administrativo	João Herculino Lopes	Getúlio Américo Lopes
Diretor Técnico	Antonio Carbonari Netto	Fabício Soares
Conselho da Presidência	-	Ana Maria Costa de Souza
Conselho da Presidência	-	André Mendes de Almeida
Conselho da Presidência	-	Cecílio Pinto
Conselho da Presidência	-	Hermes Ferreira Figueiredo
Conselho da Presidência	-	Luiz Eduardo Tostes
Conselho da Presidência	-	Manoel de Barros Sobrinho
Conselho da Presidência	-	Mauro de Alencar Fecury
Conselho da Presidência	-	Paulo Newton Paiva Ferreira
Conselho da Presidência	-	Paulo Vasconcelos de Paula
Conselho da Presidência	-	Roque Danilo Bersch
Conselho da Presidência	-	Terezinha Cunha
Cons. Presidência (Supl.)	-	Adonias Costa da Silveira
Cons. Presidência (Supl.)	-	Eda Coutinho de Souza
Cons. Presidência (Supl.)	-	Guy Capdeville
Cons. Presidência (Supl.)	-	Oscar Alves
Cons. Presidência (Supl.)	-	Valdir José Lanza
Áreas Especiais de Trabalho		
Relações com o governo	Manoel de Almeida	-
Repres. ES particular	Décio Batista Teixeira	-
Assuntos Educacionais	Roberto Leal Lobo	-
Eventos	Alexandre Nunes Theodoro	-
Expansão da ABMES	Jacob Daghljan	-
Relações Parlamentares	Paulo Newton Paiva Ferreira	-
Relações Internacionais	Marlene Salgado de Oliveira	-
Suplente	José Pires de Oliveira	-
Suplente	Adonias Costa da Silveira	-
Suplente	Jouberto de Mendonça	-
Suplente	Hermes Ferreira Figueiredo	-
Suplente	Francisco Gracioso	-
Conselho Fiscal (Titular)	Juper Crispino	Cláudio Galdiano Cury
Conselho Fiscal (Titular)	Jorge Bastos	Geraldo Casagrande
Conselho Fiscal (Titular)	Cláudia Vieira Levinsohn	Jorge Bastos
Conselho Fiscal (Titular)	Paulo Lima	Ney Soares
Conselho Fiscal (Titular)	Andreia Cristina Alonso	Paulo Martinez y Alonso
Conselho Fiscal (Suplente)	Cosme Massi	Gilbert Wesley Archibald
Conselho Fiscal (Suplente)	Luiz Eduardo Tostes	Manoel Bezerra de Melo
1º Secretário	Wilson Rodrigues	-
2º Secretário	Valdir José Lanza	-
1º Tesoureiro	Terezinha Cunha	-
2º Tesoureiro	José Augusto Guimarães	-

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas Revistas Estudos n.º 26 e 30.

Houve novas mudanças para o terceiro mandato de Franco, entre 1998 e 2001: não encontramos mais o Conselho da Presidência e a área especial de trabalho do IBQES; foi criada a área especial de trabalho para relações internacionais e os cargos de secretaria e tesouraria. Esses dados podem ser observados na tabela acima.

E para o quarto e último mandato de Franco, as mudanças foram ainda maiores e mais significativas, pois geraram, inclusive, alteração no Estatuto, conforme mencionamos anteriormente.

Organizamos a tabela 8 para mostrarmos a composição do quarto mandato de Franco, juntamente com as informações do terceiro mandato, para podermos compará-las.

Esses dados e os anteriormente apresentados nos permitem dizer que, desde a sua fundação, a ABMES estava sendo dirigida pelo mesmo grupo político, potencializando a sua chegada à essa fase de ampliação e desenvolvimento com coesão.

Outro fato que corrobora essa análise é que, mesmo havendo muitas diferenças entre as entidades associadas (principalmente quanto a tamanho e destinação do lucro) não encontramos rupturas, tensões ou pontos de disputas no interior da Associação nos documentos acessados.

Isso também nos mostra que a ABMES consegue conferir às associadas uma identidade política e ideológica que é mais forte do que as diferenças e a concorrência existente no mercado dos serviços de ensino.

Deste modo, a ABMES conseguiu se organizar para desenvolver ações estratégicas em dois principais planos para se consolidar na defesa dos interesses privatistas na educação superior brasileira.

No âmbito da sua classe, procurou atingir mais instituições para aumentar o rol de mantenedoras associadas e, assim, ter mais representatividade e peso para negociar em favor das suas causas.

De acordo com o relatório de gestão 2001-2004, a meta da ABMES para o primeiro ano da Presidência de Franco era atingir cinquenta mantenedoras. Ao final

do último mandato deste Presidente, a Associação somou quatrocentas e duas associadas.

No contexto mais amplo, as ações da ABMES tiveram como objetivo mostrar a importância nacional do empresariado do ensino superior e fortalecer seu papel político, tanto para a iniciativa privada quanto para as instâncias da aparelhagem estatal.

Para isso, a Associação desenvolveu ações para projetar o compromisso político da iniciativa privada com a expansão do sistema de ensino superior no país.

Outra ação foi enfatizar a participação dos membros do CNE e do MEC em seus seminários, fóruns e mesas redondas, tendo sempre lugar de destaque. Posteriormente, transcrevia e publicava as falas dessas pessoas nos seus principais veículos de comunicação, divulgando-os para um público maior.

Nessa fase, foi recorrente a participação nos encontros e a publicação de textos de Aldo Vannucchi, Arthur Roquete de Macedo, Édson de Oliveira Nunes, Éfrem de Aguiar Maranhão, Eunice Ribeiro Durham e Jacques Schwartzman.

3.2: Comunicação com as Associadas

Nesta fase, a ABMES ampliou seus canais de comunicação com suas associadas, realizando um maior número de eventos, aumentando o número de veículos informativos e de suas tiragens.

3.2.1: Eventos

O volume de **seminários, fóruns e encontros**, na sua sede em Brasília, aumentou consideravelmente e começou a contar com a participação de pesquisadores da área educacional e, em alguns eventos, com membros da aparelhagem estatal.

A princípio, esses encontros aconteciam esporadicamente. Depois, aumentaram a frequência e, ao final dessa fase, estava acontecendo mensalmente, tornando-se motivo de orgulho para a Associação.

Nos seminários da ABMES, as mesas eram organizadas de modo que sempre houvesse a apresentação de um representante da sociedade política, de um estudioso defensor do ensino privado e de um dirigente da Associação.

Com base nos relatórios de gestão, fizemos um levantamento de todos os eventos organizados pela ABMES nesta fase (de 1992 a 2004). Entre encontros, reuniões, fóruns e seminários, foram realizados sessenta e três eventos, sendo sete no primeiro mandato, dez no segundo, vinte no terceiro, e vinte e seis no quarto mandato de Franco.

Sobre esses eventos, é importante destacar que houve a participação de conferencistas com posicionamentos e experiências diferentes. Tinham professores de universidades públicas, defensores ou não da iniciativa privada na educação, além de pessoas que ocupavam cargos públicos no governo da época.

Acreditamos que a iniciativa dos seminários com essas participações diversificadas tenha dado uma importante contribuição aos dirigentes da ABMES na elaboração da política da entidade, pois exigiu um rigoroso exercício de formulação.

Nossa hipótese partiu da maneira como os principais seminários dessa fase foram organizados: existia um evento inicial onde os dirigentes da Associação levavam um documento com formulações iniciais, para “início de conversa”. Nesse evento, além dessa apresentação, tinham pelo menos outras duas falas, que, em geral, tinham posicionamento contrário uma da outra.

Depois das exposições, eram feitos os debates, em que as opiniões iam ser testadas, contestadas, reformuladas, questionadas. Havia uma equipe de redação que anotava e transcrevia tudo isso. Esses registros ficavam sob a responsabilidade da Associação.

Um tempo depois (um mês ou um pouco mais), era feito outro evento com a mesma temática e outras pessoas eram chamadas a participar e dar suas

contribuições. Um dos dirigentes da ABMES também fazia uma apresentação, mas já não era um documento inicial.

Novamente, ocorriam o debate, os registros, a transcrição. As últimas formulações eram condensadas e organizadas, transformando-se numa publicação na Revista Estudos, no ABMES Caderno ou num documento que a Associação encaminhava ao governo.

Cabia à direção da entidade decidir, de acordo com os seus interesses, qual a melhor forma de encaminhar o compilado de ideias, para melhor defender o pleito da iniciativa privada.

Essa organização, além de qualificar a forma de ação da ABMES, fortaleceu sua identidade, possibilitando a construção de consciência política coletiva enquanto classe, e favorecendo-a a ascender de nível (Gramsci, 2007).

3.2.2: Publicações

Nesta fase, a Associação criou a ABMES Editora, o que facilitou a ampliação dos seus veículos de comunicação. A Revista Estudos, sua publicação mais antiga, continuou sendo editada e começou a divulgar os textos completos das apresentações feitas nos eventos. Foram publicados vinte e um números da Revista Estudos, cujos títulos e datas seguem mostrados no quadro.

Quadro 7: Revistas Estudos publicadas entre 1992 e 2004

N.º	Data	Título
13	06/1992	Projeto pedagógico como referência à avaliação do ensino
14	12/1994	O papel das instituições de ensino superior: pluralismo
15	07/1996	A questão da expansão no ensino superior brasileiro
16	11/1996	Autonomia universitária
17	12/1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
18	02/1997	Contribuições à definição de uma nova política de ensino superior
19	06/1997	O Decreto n.º 2.207/97 e a LDB: avanço ou recuo?”,
20	08/1997	A construção do projeto de centros universitários: orientações do MEC e realidade das escolas
21	10/1997	Por uma educação de qualidade para todos
22	04/1998	Diretrizes curriculares para os cursos de graduação

23	11/1998	O recredenciamento e a situação atual das IES: capacitação docente, pesquisa e avaliação
24	06/1999	Desafios e caminhos para a construção do projeto institucional das IES em tempos de avaliação de qualidade
25	08/1999	Diretrizes curriculares: possibilidades de flexibilização e mudanças
26	11/1999	Educação a distância: formas tradicionais e novas tecnologias
27	05/2000	Financiamento do ensino superior particular
28	12/2000	Reflexões sobre docência, gestão e avaliação do ensino superior
29	07/2001	Organização do ensino superior e qualidade de cursos e instituições
30	05/2002	Cursos superiores de formação específica: uma experiência que promete
31	07/2003	O novo código civil e as implicações nas entidades mantenedoras
32	10/2003	Mantenedoras e mantidas: duas entidades e dois esquemas de gestão
33	04/2004	Internacionalização da educação superior

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na consulta ao corpus documental da pesquisa.

Como podemos ver, as edições trazem temas importantes para as entidades associadas e a ABMES buscou apresentá-los de acordo com a agenda da política educacional brasileira.

A revista começou a ser composta por artigos que expressam a posição de especialistas identificados com a visão de mundo e de educação predominante no meio empresarial e registros de palestras promovidas pela entidade cujas temáticas se articulavam aos interesses conjunturais da iniciativa privada.

Em 1994, a Associação começou a publicar bianualmente o **Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior Associadas à ABMES**, que continha dados das mantenedoras e das mantidas, principalmente sobre cursos. Nessa fase, foram publicados quatro números do Catálogo (MC 25 anos).

Acreditamos que a ABMES tenha criado essa publicação para destacar o crescimento do número de associadas e, com isso, também mostrar que sua representatividade e respeitabilidade aumentavam.

A partir de 1995, foram editadas algumas **Publicações Especiais**, como a edição de livros de seus diretores e compilados de trabalhos sobre temas relacionados ao ensino superior privado. Foram lançadas as seguintes obras:

- “Desafios da educação no século XXI: integração regional, ciência e tecnologia”, coletânea dos trabalhos apresentados em seminário homônimo (1995);

- “Utopia e realidade: a construção do projeto institucional no ensino superior”, Édson Franco (1998);
- “O ensino superior público e particular e o território brasileiro”, Milton Santos e Maria Laura Silveira (2000);
- “Políticas públicas de educação superior: desafios e proposições”, compilação de dois seminários realizados pela ABMES (2002);
- “Políticas públicas de educação superior: desafios e proposições – Propostas dos Presidenciáveis”, compilação dos debates feitos com os candidatos à Presidência da República (2002).

Essa iniciativa se configurou como uma tática da ABMES: as posições debatidas e consensuadas entre ela e suas associadas precisariam ser publicizadas para fortalecer a imagem de importância do setor privado para o desenvolvimento do ensino superior brasileiro.

Publicar livros elevaria a Associação a um patamar diferenciado de divulgadora de ideias, em que ela poderia se valer do recurso sustentado pelo argumento de autoridade.

Em 1998, criou o “**ABMES Cadernos**”, em que são publicados relatórios de eventos, artigos de temas variados, além da edição anual dedicada aos textos vinculados aos projetos vencedores do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério. Foram publicados dez números, conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro 8: ABMES Cadernos: de 1998 a 2004

N.º	Ano	Título
01	1998	A técnica em nossos dias a instrução e a educação
02	1999	Ocupação, emprego, programação escolar
03	1999	Reflexões sobre as implicações da legislatura de ensino na vida acadêmica
04	2000	Prêmio Top Educacional: Professor Mário Palmério 1999
05	2000	Legislação do Ensino Superior em 1999: Uma Visão Crítica
06	2001	Prêmio Top Educacional: Professor Mário Palmério 2000
07	2002	Prêmio Top Educacional: Professor Mário Palmério 2001
08	2002	Funções do Coordenador de Curso: Como “Construir” o Coordenador Ideal
09	2003	Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2002
10	2004	Marco Legal do Ensino Superior Particular

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na consulta ao corpus documental da pesquisa.

As edições dos Cadernos podem ser assim agrupadas: num primeiro grupo, estariam quatro edições destinadas à divulgação dos resultados do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério (n.º 4, 6, 7 e 9). Num segundo grupo, estariam outras quatro edições em que os textos são resultantes de eventos da ABMES (n.º 1, 3, 5 e 10). E num terceiro grupo, estariam duas edições cujas publicações são de estudos avulsos (n.º 2 e 8).

Num formato de *pocket book*, o ABMES Caderno é uma publicação destinada a veicular ideias e experiências vinculadas à política da Associação, de um jeito menos formal e mais despojado do que o que é feito na Revista Estudos.

Ainda em 1998, a Associação começou a publicar a edição anual da “**Legislação do Ensino Superior**”, uma coletânea de todas as leis relacionadas ao ensino superior publicadas no ano anterior. Possivelmente, o objetivo dessa publicação seja facilitar o trabalho dos departamentos jurídicos das associadas.

A partir de 2000, a Associação começou a publicar anualmente o livro “**Números do Ensino Superior Privado no Brasil**”, com base nos dados do ano anterior fornecidos no Censo da Educação Superior publicado pelo INEP. A ABMES enfatizava as análises sobre a atuação da iniciativa privada. A tiragem era de mil e quinhentas cópias.

Como a publicação é uma compilação de dados oficiais do governo, é possível que a entidade a fizesse para sobrelevar sua importância dentro da iniciativa privada que atua no ensino superior, fortalecendo sua identidade.

3.3: Legitimação dos estabelecimentos privados na sociedade

Com o objetivo de realçar a importância do ensino superior privado no país, uma das ações da ABMES foi criar, em dezembro de 1992, o Prêmio Top Educacional, sob a justificativa de premiar iniciativas que buscassem melhorar o ensino e que tivessem repercussão social. A primeira premiação aconteceu no ano seguinte.

Em 1997, o prêmio foi renomeado para **Top Educacional Professor Mário Palmério**, para homenagear o fundador e reitor da Universidade de Uberaba, que faleceu no ano anterior. Mário de Ascenção Palmério também foi educador, político, romancista e ocupante da cadeira n.º 2 da Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Guimarães Rosa.

A partir de 1999, com o objetivo declarado de dar mais destaque ao Prêmio, a ABMES começou a conceder uma bonificação em dinheiro ao projeto vencedor e um certificado de menção honrosa aos projetos destacados. Além disso, eles eram publicados numa edição do ABMES Caderno.

Poderiam concorrer ao Prêmio projetos com comprovação de resultados obtidos, vinculados a instituições de ensino superior públicas ou privadas, associadas ou não à ABMES, que buscassem soluções para questões sociais e para a melhoria da qualidade do ensino.

Um dos quesitos destacados como diferencial para tornar o projeto um dos vencedores era que ele tivesse “efeito multiplicador”, ou seja, que ele pudesse se tornar referência para inspirar outras instituições.

Embora o Prêmio fosse destinado às públicas e às privadas, às associadas ou não, observamos que todos os projetos vencedores eram de estabelecimentos ligados à ABMES, e em sua maioria pertencente às suas instituições fundadoras. Organizamos o quadro a seguir para mostrar algumas dessas informações.

Quadro 9: Projetos vencedores do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério no período de 1993 a 2004

Ano	Projeto	IES	Breve descrição
1993	Integração universidade e escola secundária	PUC-RJ	Dados indisponíveis.
1994	Alfabetização de adultos	Univ. Católica de Brasília	Dados indisponíveis.
1995	Projeto Expressão	Univ. Mogi das Cruzes	Dados indisponíveis.
1996	Projeto do curso de Educação Artística	Fac. Anhembi Morumbi	Dados indisponíveis.
1997	Alternativas para um programa de alfabetização de adultos	Univ. de Cuiabá	Dados indisponíveis.

1998	Descentralização da gestão financeira: crédito diferenciado	Univ. de Santa Cruz do Sul	A necessidade de obter recursos para qualificação de ensino, pesquisa e extensão levou à criação do "crédito diferenciado" para cada graduação.
1999	Projeto pedagógico do curso de Medicina	Univ. São Francisco	A alteração do projeto do curso oportunizou mudanças, como a adoção da metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), onde a aprendizagem é um processo de construção do conhecimento.
2000	Implantação da cultura de pesquisa na Universidade Mogi das Cruzes	Univ. Mogi das Cruzes	Foi a criação de um plano para conquistar excelência acadêmica, privilegiando a implantação da pesquisa e da pós-graduação, de forma integrada às atividades de ensino e extensão.
2001	A universidade por um trânsito mais humano	Centro Universitário Newton Paiva	Com o intuito de reduzir a violência no trânsito, foi criado o Núcleo de Humanização, que busca conscientizar as pessoas e transformá-las em instrumentos de propagação de um trânsito mais humano e organizado.
2002	Espaço interdisciplinar de criação: o Centro de Design e Moda como gerador do fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão	Univ. Anhembi Morumbi	O Centro foi criado para encontrar soluções interdisciplinares que gerassem reflexões e pesquisas, envolvendo o design, a moda, a comunidade acadêmica, o meio profissional e a sociedade.
2003	A contribuição do uso do computador na aquisição da linguagem escrita por jovens e adultos em processo de alfabetização	Univ. Anhembi Morumbi	A Anhembi Morumbi desenvolve o Programa de Alfabetização e Inclusão (para jovens e adultos) utilizando o letramento digital como recurso pedagógico.
2004	Enfermagem em ação: de mãos dadas com a comunidade	Centro Universitário de Brasília	O projeto busca diminuir o índice de evasão do curso de Enfermagem, desenvolvendo o espírito cidadão, a responsabilidade social e promovendo ações de inclusão nas comunidades.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas edições dos ABMES Cadernos.

Acreditamos que este Prêmio, mesmo na versão inicial, tenha sido uma tentativa de demonstrar a inserção social das instituições privadas e a sua capacidade criativa, chamando a atenção para a responsabilidade social das empresas de ensino.

Essa estratégia pode ter sido utilizada para mudar o clima de desconfiança e pouco prestígio que havia a respeito dos estabelecimentos privados de ensino superior no início dos anos 1990, sendo as PUCs a exceção.

Dentro da sua classe, a ABMES parece ter tido o objetivo de chamar a atenção dos mantenedores para a necessidade de desenvolverem novas práticas que possibilitassem construir a confiança na iniciativa privada e reposicionar o ensino superior particular na sociedade, na perspectiva do deslocamento da educação de direito social para bem social.

O Prêmio ainda poderia ser interpretado como uma demonstração de que as IES privadas são preocupadas em encontrar solução para os problemas nacionais que estão além da educação. Poderia ser uma tentativa de mostrar, indiretamente, que conferem uma formação humana aos seus alunos preocupada com questões que estão além dos aspectos do mercado de trabalho.

Sintetizando, poderíamos dizer que essas medidas foram desenvolvidas pela ABMES e seguidas pelas suas associadas para atrair novos clientes e para mostrar que a iniciativa privada estava preparada para recebê-los.

3.4: Intervenção na legislação: a LDB n.º 9.394/1996

Como mencionamos anteriormente, uma das linhas estratégicas de ação da ABMES para conseguir defender os interesses da iniciativa privada no ensino superior é a atuação junto à sociedade política, procurando intervir na formulação da legislação nacional, tanto específica para a educação quanto a mais ampla.

Durante essa segunda fase da Associação, ocorreu a publicação da Lei Nacional de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, a LDB, n.º 9.394/1996 e esse marco legal, obviamente, foi muito importante o ensino brasileiro.

Porém, nos documentos a que tivemos acesso, não encontramos registros relacionados a ações da Associação que tivessem qualquer ligação com o trâmite ou elaboração dessa legislação. O único feito da entidade foi publicar a LDB na íntegra na Revista Estudos n.º 17, de dezembro de 1997, juntamente com as Leis n.º 9.131 e a n.º 9.192, de 1995.

Ainda assim, é importante destacar o que a edição desse marco legal trouxe de novo para a educação superior. Destacamos alguns artigos e incisos que dizem respeito à atuação da iniciativa privada.

Para que a educação seja livre à iniciativa privada, ela precisa atender às seguintes condições apresentadas pelo artigo 7º: cumprir as normas gerais da educação nacional e do sistema de ensino (inciso I); ter autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público (inciso II); e ter capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição (inciso III).

Os incisos I e II do artigo 7º reafirmam exatamente o que foi apresentado no artigo n.º 209 da Constituição Federal, porém o inciso III do mesmo artigo apresenta a novidade sobre quais tipos de estabelecimentos precisam comprovar a capacidade de autofinanciamento.

O artigo 213 da Constituição define que os estabelecimentos comunitários, confessionais e filantrópicos podem receber recursos públicos, se cumprirem algumas condições. Ou seja, podemos inferir que apenas os estabelecimentos com fins lucrativos devem comprovar sua capacidade de autofinanciamento.

No artigo 19 da LDB, são apresentadas as duas categorias administrativas das instituições de ensino: elas podem ser públicas ou privadas. As de caráter privado são qualificadas no artigo 20, podendo ser particulares, comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

As particulares, em sentido estrito, são as instituídas e mantidas por pessoa física ou jurídica de direito privado que não apresentem características dos demais

tipos. Ou seja, se uma IES não for comunitária, ou confessional, ou filantrópica, então, ela é particular no sentido estrito.

A crítica que se faz a essa classificação é que ela foi elaborada por eliminação e não pela constituição do real significado de cada tipo de estabelecimento, sendo que a definição de “particulares em sentido estrito” é a mais precária, pois a principal característica deste tipo institucional não é mencionada: ele é o que pode obter lucro.

Talvez essa elaboração, à época, pudesse causar estranheza ou resistência. Por isso, pode ter sido apresentada deste modo, com alguma reserva de expressar abertamente que muitas instituições estavam tendo lucro com a exploração do ensino. Porém, essa prática já acontecia. Essa precariedade na formulação da LDB só foi eliminada posteriormente.

Especificamente para a educação superior, foi destinado o Capítulo IV, com os artigos do 43 ao 57. Este capítulo, como toda a LDB, é superficial nas definições e genérico. Por exemplo, não há definição dos tipos de organização acadêmica: universidades, faculdades isoladas, faculdades integradas. A maioria do capítulo é destinada à regulamentação da Universidade pública.

É possível que isso tenha acontecido em função do longo período de tramitação da LDB na Câmara dos Deputados Federais e no Senado Federal (de 1988 a 1996), passando por emendas e tentativas de golpe. Isso criou a possibilidade de regulamentação da educação por fora da lei de educação.

Sendo assim, tanto durante a tramitação e quanto após a publicação da LDB, houve a necessidade de serem editados dispositivos legais, parecendo que não havia uma política nacional de educação no país. Porém, com base em Saviani (1997), podemos compreender que esta legislação em “doses homeopáticas” foi uma estratégia para vencer resistências e evitar pressões.

Deste modo, os dispositivos legais editados levaram à mudança da configuração do sistema brasileiro de educação superior nos anos 1990, que passou a ser composto por uma variedade de estabelecimentos, de tamanhos e formas organizacionais diferentes, complexificando sua dinâmica.

Para mostrar isso, apresentamos as tabelas a seguir, com dados dos estabelecimentos e das matrículas.

Tabela 3: Instituições brasileiras de educação superior (1980-2004)

Ano	Total Geral de IES			Universidades			Fac. Integ. e C. Univ.			Estab. Isolados		
	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %
1980	882	23	77	65	69	31	20	5	95	797	19	81
1981	876	29	71	65	69	31	49	4	96	762	28	72
1982	873	30	70	67	70	30	51	4	96	755	28	72
1983	861	29	71	67	70	30	57	2	98	737	27	73
1984	847	28	72	67	70	30	59	2	98	721	26	74
1985	859	27	73	68	71	29	59	2	98	732	25	75
1986	855	31	69	76	64	36	65	3	97	714	30	70
1987	853	28	72	82	65	35	66	0	100	705	27	73
1988	871	27	73	83	63	37	67	1	99	721	25	75
1989	902	24	76	93	58	42	64	0	100	745	22	78
1990	918	24	76	95	58	42	74	0	100	749	22	78
1991	893	25	75	99	60	40	85	4	96	709	23	77
1992	893	25	75	106	57	43	84	4	96	703	23	77
1993	873	25	75	114	54	46	88	3	97	671	23	77
1994	851	26	74	127	54	46	87	3	97	637	23	77
1995	894	23	77	135	53	47	111	9	91	648	20	80
1996	922	23	77	136	53	47	143	8	92	643	20	80
1997	900	23	77	150	51	49	91	1	99	659	20	80
1998	973	21	79	153	50	50	93	0	100	727	18	82
1999	1.097	18	82	155	46	54	129	14	86	813	13	87
2000	1.180	15	85	156	46	54	159	14	86	865	10	90
2001	1.391	13	87	156	46	54	199	15	85	1.036	8	92
2002	1.637	12	88	162	48	52	235	16	84	1.240	6	94
2003	1.859	11	89	163	48	52	293	16	84	1.403	6	94
2004	2.013	11	89	169	49	51	370	15	85	1.474	6	94

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados do INEP.

Tabela 4: Matrículas em cursos presenciais de graduação (1980-2004)

Ano	Total Geral de IES			Universidades			Fac. Integ. e C. Univ.			Estab. Isolados		
	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %
1980	1.377.286	36	64	652.200	62	38	96.892	3	97	628.194	14	86
1981	1.386.792	39	61	644.203	62	38	186.540	4	96	556.049	23	77
1982	1.407.987	39	61	659.500	62	38	189.146	4	96	559.341	23	77
1983	1.438.992	40	60	687.860	64	36	206.408	2	98	544.724	24	76
1984	1.399.539	41	59	672.624	65	35	198.818	2	98	528.097	25	75
1985	1.367.609	41	59	671.977	65	35	184.016	2	98	511.616	23	77
1986	1.418.196	41	59	722.863	61	39	190.711	2	98	504.622	27	73
1987	1.470.555	40	60	761.236	60	40	197.810	0	100	511.509	25	75
1988	1.503.555	39	61	770.240	59	41	201.744	1	99	531.576	25	75
1989	1.518.904	38	62	816.024	56	44	183.483	0	100	531.576	24	76
1990	1.540.080	38	62	824.627	55	45	202.079	0	100	513.374	24	76
1991	1.565.056	39	61	855.258	57	43	225.700	4	96	484.098	23	77
1992	1.535.788	41	59	871.729	57	43	205.465	5	95	458.594	26	74
1993	1.594.668	41	59	940.921	56	44	210.117	5	95	443.630	27	73
1994	1.661.034	42	58	1.034.726	55	45	203.471	5	95	422.837	26	74
1995	1.759.703	40	60	1.127.932	53	47	193.814	3	97	437.957	22	78
1996	1.868.529	39	61	1.209.400	52	48	245.029	4	96	414.100	24	76
1997	1.945.615	39	61	1.326.459	50	50	192.667	1	99	426.489	21	79
1998	2.125.958	38	62	1.467.888	48	52	216.137	0	100	441.933	24	76
1999	2.369.945	35	65	1.619.734	45	55	297.072	8	92	453.139	18	82
2000	2.694.245	33	67	1.806.989	43	57	412.442	8	92	474.814	16	84
2001	3.030.754	31	69	1.956.542	42	58	535.907	8	92	538.305	15	85
2002	3.479.913	30	70	2.150.659	43	57	653.201	9	91	676.053	11	89
2003	3.887.022	29	71	2.276.281	43	57	769.711	9	91	841.030	10	90
2004	4.163.733	28	72	2.369.717	43	57	892.040	8	92	901.976	9	91

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados do INEP.

O crescimento do número de instituições se deu nas IES públicas e nas IES privadas, sendo o aumento privado mais acelerado. O modelo institucional prevaiente foi o de estabelecimentos isolados durante todo o período em questão. No início, eles foram os que mais receberam matrículas, mas, ao final do período, foram as universidades.

A iniciativa privada conseguiu aumentar o número das suas universidades, ao longo do período apresentado, detendo o maior percentual de estabelecimentos em todos os tipos institucionais.

A quantidade total de IES aumentou, à exceção dos estabelecimentos isolados públicos que reduziram a menos da metade. Talvez isso tenha acontecido por transformação em universidades, centros universitários ou faculdades integradas.

No período em questão, a quantidade de matrículas mais que dobrou e, seguindo o que ocorreu com as IES, as matrículas em estabelecimentos isolados também sofreram decréscimo.

Quando somamos as matrículas em todos os tipos institucionais privados em 1980, percebemos que eles responderam por 64% das matrículas e ao setor público coube os 36% restante. Para 2004, a iniciativa privada conseguiu elevar sua capacidade e responder por 72% das matrículas de todo o sistema.

Quando somamos esses elementos aos anteriormente apresentados, podemos encontrar mais sentido na afirmação de Édson Franco (ROCHA, 2007, p. 30), ao declarar em sua entrevista que a LDB de 1996 foi uma vitória do ensino superior particular e que ela confirma a conquista obtida na Constituição Federal de 1988 pela iniciativa privada:

LDB n.º 9.394/1996 se constituiu, no projeto de Darcy Ribeiro, na vitória do ensino superior particular, embora em alguns momentos o ilustre Senador tenha introduzido dispositivos que mereceriam melhor redação, especialmente para colocar em pé de igualdade o público e o privado, especialmente quanto ao artigo 46. Ele mostra, claramente, a opção pelo público em detrimento do ensino particular. Por outro lado, o artigo 213 da Constituição Federal dispensa os governantes de apoiarem a iniciativa privada. O artigo 209 da Constituição Federal também foi outro ganho que muito se deve creditar à figura de Candido Mendes. Não somos “concessão” do Poder Público, embora alguns desavisados, míopes do Direito Constitucional, pensem o contrário. Apenas devemos obedecer às normas gerais da educação e à avaliação de qualidade.

Com um novo marco legal favorecendo a expansão da iniciativa privada no ensino superior, a ABMES pôde se fortalecer e atuar de modo mais incisivo na definição das políticas para a educação no país, conseguindo defender os interesses do empresariado.

3.5: Intervenção na legislação: Decreto n.º 2.207

Em 15 de abril de 1997, foi editado o Decreto n.º 2.207, cujo objetivo era regulamentar o sistema federal de educação superior. Pode-se dizer que ele foi um desdobramento jurídico da LDB, em função do que já foi explicitado.

Embora o Decreto atendesse aos interesses privados no ensino, alguns setores da ABMES estavam insatisfeitos, sendo o “sem fins lucrativos” o que se sentia menos atendido.

Para manter a unidade das suas associadas, a Presidência organizou rapidamente o seminário: “O Decreto n.º 2.207/97 e a LDB: avanço ou recuo?”, em 07 de maio de 1997, mostrando a agilidade do empresariado em se mobilizar.

Os conteúdos discutidos foram publicados na Revista Estudos n.º 19, de junho de 1997, e nela podemos ver que foram divulgados pareceres escritos por intelectuais e duas propostas, muito semelhantes, de substitutivos ao Decreto.

Três meses depois desse evento, o dispositivo foi revogado e substituído pelo Decreto n.º 2.306/1997, que reproduzia as demandas contidas nas formulações da ABMES, demonstrando sua ágil capacidade de assegurar que seu projeto se converta em referência para ação na sociedade política.

O novo decreto pôs fim à tensão que havia sido criada no interior da ABMES e a foi restabelecida a unidade política entre as diferentes associadas.

A ABMES, nessa batalha, saiu apenas com uma derrota, não conseguindo mudar o critério para criação de universidades, pois, para ambos os decretos, estas instituições deveriam ser criadas obrigatoriamente a partir da ampliação de faculdades existentes.

Embora defendesse que essa atitude feria o preceito constitucional da livre iniciativa privada no ensino, garantido no artigo 209 da Constituição Federal, a Associação preferiu não dar continuidade à polêmica e buscar outra saída no mesmo dispositivo.

Os indícios de que a Associação tenha mudado sua estratégia, preferindo não manter o enfrentamento, foi a realização do Seminário “A construção do projeto

dos centros universitários: orientações do MEC e realidade das escolas”, em 13 de agosto de 1997. O objetivo foi construir referência para as associadas.

Sobre a diversificação organizativa do ensino superior, o Decreto n.º 2.306/1997 elencava a existência de universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores e escolas superiores. Na verdade, o Decreto só oficializou a diversificação institucional que já existia no ensino superior brasileiro.

O centro universitário foi o principal modelo delimitado, pois esse tipo institucional assumia as prerrogativas de universidade sem ter que cumprir as mesmas obrigações.

Isso quer dizer que os centros universitários teriam autonomia para criar e extinguir cursos, mas sem serem obrigados a realizar ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável, devendo se especializar na realização do chamado “ensino de excelência”, abrindo brecha para que pudessem realizar somente ensino, que é o grande foco dos estabelecimentos privados.

Por isto, esse tipo institucional se apresentou como uma boa opção para os empresários do ensino superior, pois teriam autonomia e sem precisar cumprir o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Diante de tudo isto, podemos inferir qual é o tipo de formação humana conferido pela maioria dos centros universitários privados: sob o conceito da empregabilidade, mascara um caráter restrito, limitando-se a atender a demandas pontuais do mercado de trabalho.

Ou seja, os centros universitários foram o tipo institucional do ensino superior que potencializou quantitativa e qualitativamente a mercantilização da força de trabalho por meio da educação, processo explicado por Rodrigues (2007) como sendo o da mercadoria-educação.

Quantitativamente, o INEP (2003, p. 142) registrou, em 1998, a criação de 18 centros universitários e, no ano seguinte, o registro é de que esse montante subiu para 50.

Qualitativamente, a formação oferecida pelos centros universitários não valoriza a universalidade de saberes, restringindo a formação a parâmetros

mercadológicos imediatistas. A preocupação dos donos de estabelecimentos de ensino superior é em criar um modelo pedagógico operacional.

Outro aspecto que chama a atenção é a formulação sobre a realização da pesquisa: deve ser tarefa de universidades públicas, não devendo ser exigido que os estabelecimentos privados produzam conhecimento científico-tecnológico.

Além disso, a formação humana em nível superior deve ser deixada a critério da “mão invisível” do mercado, cabendo ao Estado regular minimamente para favorecer à livre e legítima dinâmica do mercado de ensino.

3.6: Intervenção na legislação: o Plano Nacional de Educação

A ABMES realizou o seminário intitulado “Por uma educação de qualidade para todos”, em 14 de outubro de 1997, com o objetivo de consolidar sua proposta para o Plano Nacional de Educação (PNE), conforme está relatado na Revista Estudos n.º 21, de 1997.

Nesse seminário, a ABMES aprovou a sua proposta de PNE, cuja posição central foi enfatizar a importância do setor privado como colaborador do processo de desenvolvimento do país.

A formulação da ABMES se estrutura em quatro eixos temáticos, que seriam a expansão das matrículas no ensino superior; o financiamento; a regulação pública; e a dinâmica da elaboração das políticas.

Para a expansão das matrículas no ensino superior, a proposta de PNE da ABMES previa que fosse mantida a proporção da época, em que a iniciativa privada oferecia 60% e o setor público 40%.

Outra proposta era a da diversificação institucional para o setor público, como opção para reduzir o custo por aluno, em que deveriam ser priorizados os estabelecimentos não universitários.

A diversificação do tipo de curso era outra proposta da ABMES, tanto para as públicas quanto para as privadas. Deveriam ser autorizados cursos inovadores, de curta duração no modelo pós-médio, à distância e noturnos.

A Associação defendia que o financiamento do ensino superior privado deveria aumentar. Sua proposta era de que fosse ampliado de forma a atender a pelo menos 10 % dos alunos dos estabelecimentos privados.

A regulação do Estado sempre foi vista pela entidade como algo negativo ao desenvolvimento da iniciativa privada no ensino superior. Então, ela propôs que os controles burocráticos fossem diminuídos para permitir que as IES pudessem se adaptar às necessidades contemporâneas.

Outra regulação desnecessária, na perspectiva da ABMES, dizia respeito ao pedido de autorização dos cursos. A defesa da entidade era de que essa solicitação fosse para a IES e ela definisse quais cursos abrir.

A Associação também pautava a luta pela criação de indicadores e critérios diversificados para avaliar instituições heterogêneas, mas ela queria que a prerrogativa da autonomia, que somente a universidade possuía, fosse estendida aos estabelecimentos não universitários que tivessem boa avaliação.

Para a Associação, só haveria uma boa dinâmica de elaboração de políticas nacionais para a educação superior, se estivesse assegurada a participação efetiva dos empresários do ensino. Do contrário, essa dinâmica seria falha e tendenciosa.

Outra reivindicação era a criação de uma Fundação para o Desenvolvimento do Ensino Superior Particular, cujo objetivo seria desenvolver programas de capacitação, aperfeiçoamento e titulação dos docentes. Seria uma espécie de CAPES do ensino superior privado.

Por fim, a Associação também almejava a flexibilização dos currículos, tornados mínimos, para assegurar maior diversidade na formação e autonomia dos estabelecimentos na definição de seus projetos formativos.

Faremos alguns destaques às proposições feitas pela entidade. A diversificação e flexibilização dos cursos e dos estabelecimentos são justificadas

como necessárias à aceleração da formação técnica para o trabalho complexo, o que acarretaria ganhos para o país, por conta das mudanças na economia.

Porém, a vinculação do setor privado ao projeto de desenvolvimento nacional mostra que este se relaciona à manutenção do país numa condição de subordinação à divisão internacional do trabalho.

Por isso, acreditamos que a proposta da ABMES seja a de simplificar a formação humana. Esta visão de mundo é derivada da compreensão de que o Brasil deveria se manter como aplicador de tecnologias ou inovador de produtos científico-tecnológicos, dando à educação um caráter restritivo.

O outro destaque é que, se a educação é um bem social, ela não seria uma concessão do Estado, podendo ser livre à atuação da iniciativa privada. Essa é a interpretação que a ABMES faz do artigo 209 da Constituição Federal, fundamentada nos preceitos neoliberais que apresentam impõem à regulação do Estado sobre o mercado do ensino superior.

Também é necessário destacar que, ao pautar que a iniciativa privada forme os professores que nela atuarão, a ABMES sinaliza o desalinhamento entre a formação docente conferida pelos programas de pós-graduação, na grande maioria oferecidos pelas universidades públicas, e a demanda do mercado de trabalho, orientada pelos princípios da empregabilidade e produtividade.

Para fazer um balanço das vitórias da iniciativa privada no PNE, vamos comparar as propostas da Associação ao documento do PNE, que é a Lei n.º 10.172/2001.

Houve vitória na proposta de diversificação de cursos e estabelecimentos; na reformulação dos controles burocráticos; na diversificação da avaliação; na extensão da autonomia às IES não universitárias bem avaliadas e na flexibilização de currículos.

E a ABMES não conseguiu ter vitória nas pautas condizentes à manutenção da proporção para a expansão do ensino superior, em que a iniciativa privada iria continuar com 60% do mercado; na ampliação do financiamento público para 10% dos alunos do ensino superior privado; e na dispensa do pedido de autorização para os cursos.

Esse balanço nos permite identificar que a Associação, além de obter mais vitórias do que derrotas na Lei 10.172/2001 do PNE, também saiu vitoriosa em pontos mais significativos do que os pontos em que não obteve êxito.

Assim, podemos dizer que se confirma a política de transferência de direitos sociais do Estado para o mercado de bens sociais, com a redução de gastos, levando alguns estudiosos das políticas educacionais brasileiras a afirmarem que o PNE se restringiu a uma carta de intenções, como Valente e Romano (2002).

3.7: Posicionamentos sobre avaliação e financiamento do ensino superior

Além de todas as ações relatadas e analisadas até aqui, nessa fase da presidência de Édson Franco, ainda é importante destacar, mesmo que de forma mais breve, o posicionamento da ABMES quanto à legislação para a avaliação e para o financiamento do ensino superior.

Um dos posicionamentos caros à ABMES é sobre a avaliação. Isso ocorre porque a forma como esse instrumento foi concebido na nossa política educacional prejudicava os negócios das mantenedoras representadas por ela, porque condicionava a continuidade dos cursos. Nessa seção, apresentaremos alguns desses elementos, com o intuito de entendermos qual foi o posicionamento da Associação nessa fase.

Em 1995, foi instituído o Exame Nacional de Cursos, através da Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995. Destacamos que esse dispositivo legislou sobre três temas diversos entre si e um deles foi a avaliação.

A ideia para a criação desse Exame, que ficou amplamente conhecido como Provão, era de se fazer uma avaliação objetiva das condições em que os cursos de graduação eram oferecidos no país.

Para isso, os alunos que estivessem cursando o último ano das variadas graduações fariam uma prova, sem a qual não receberiam o diploma de conclusão do seu curso.

Os cursos receberiam conceitos de A a E de acordo com o desempenho dos seus alunos. Cursos com desempenho ruim, que ficassem com conceitos D e E, precisariam de se adequar às exigências do MEC. Caso não cumprissem, seriam fechados.

A iniciativa encontrou muitas resistências. Ao mesmo tempo em que a UNE, o ANDES-SN e a ANPEd foram contra o Exame defendendo o princípio da autonomia universitária (embasadas no artigo 207 da Constituição Federal), a ABMES também atuou contra o Provão, porém se posicionando a partir do princípio da liberdade do mercado.

A princípio, a luta da Associação foi para extinguir o Exame ou desvinculá-lo da autorização e reconhecimento dos cursos, voltando a pressão para que somente a IES fosse o credenciada, conforme já mencionamos (ABMES, 1999).

Com essas ações, a ABMES nos mostrou que buscou novamente colocar limites à ação da sociedade política para defender a liberdade de mercado, pois, para ela, quando se trata de regulação, o mercado sempre é prioridade.

Quanto ao financiamento do ensino superior privado, uma linha de ação da Associação foi para resgatar o crédito ao estudante, porque grande parte do trâmite para o recurso financeiro chegar às IES ficaria a cargo dos alunos e também porque essa política pública ainda poderia ser usada como propaganda a favor da iniciativa privada.

Então, a ABMES procurou resgatar e reformular a ideia do antigo Crédito Educativo (CREDUC), que serviu de base para organizar o Fundo de Financiamento ao Aluno do Ensino Superior (FIES): o CREDUC tinha sido criado em 1975 para possibilitar que a população carente chegasse ao ensino superior. Em 1997, ele foi suspenso e extinto. Em 1999, foi substituído pelo FIES.

A ideia base é a mesma para ambos: ao estudante, será concedido um empréstimo que deverá ser restituído a partir do primeiro ano depois da sua formatura, sendo amortizado por um período igual ao tempo do curso.

Esse tipo de financiamento é importante para os empresários do ensino porque mantém na IES uma clientela que sem esse empréstimo não chegaria ao ensino superior, ou ficaria inadimplente ou evadiria.

Outro ponto que merece destaque é que, do jeito que o CREDUC e o FIES foram arquitetados, as IES da iniciativa privada que recebem os alunos que conseguem o empréstimo não são atingidas por nenhuma consequência quando os empréstimos não são pagos devidamente.

Mas, o mais curioso de ser observado é que quando se trata da “intervenção” da aparelhagem estatal na regulação do ensino superior, a ABMES não gosta, briga, impõe limites, mas quando a aparelhagem estatal “injeta” recursos nas IES privadas via crédito ao estudante, a Associação não tem mais problema com a sociedade política.

Diante de tudo o que foi exposto, é possível perceber que a ABMES se fortaleceu e se tornou mais robusta nessa fase de ampliação, em que teve Édson Franco como presidente. Esses aspectos também estiveram presentes na sua capacidade de formulação e posicionamento político dentro do Estado ampliado.

Em relação à sociedade em geral, não identificamos ações da ABMES que buscassem difundir seus valores ou suas ideias, tanto que ela é pouco conhecida, inclusive no meio acadêmico.

Ou seja, a sua atuação é focada nas mantenedoras e não precisa de ser reconhecida para se legitimar no seu grupo de ação, podendo continuar atuando de forma discreta junto à sociedade civil, pois seu foco maior, onde ela precisa de ser forte e organizada é na sociedade política.

Consideramos ainda que, com base em Gramsci (2007, p. 41), nesta fase, a ABMES fez uma nova tentativa de elevação do nível de consciência política coletiva da sua classe, buscando ascender do nível econômico-corporativo para o nível da consciência de solidariedade de interesses.

Capítulo 4: Consolidação da ABMES (2004 a 2016)

Os primeiros anos do século XXI começaram com a vitória eleitoral da candidatura Luiz Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 2002. Ao contrário do que se imaginava, seus anos de governo criaram condições para a reafirmação dos interesses privatistas.

A construção da candidatura dava alguns sinais de que algo estava diferente: a chapa contava com partidos conservadores, o programa de governo não foi construído nas bases partidárias nem discutidos com as organizações populares (LEHER, 2003).

A verdade é que, nos anos de governo Luiz Inácio Lula da Silva, foi dada continuidade ao plano neoliberalizante de Fernando Henrique Cardoso e isso aconteceu porque a classe capitalista estava organizada e coesa, conseguindo defender seus interesses.

Quanto à educação superior, sua primeira ação foi convocar um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para levantar dados e fazer um plano de ação. O GTI produziu um relatório que apresentava a situação das instituições federais como catastrófica e a atuação da iniciativa privada como preocupante.

As soluções apresentadas foram a educação à distância, a cobrança de taxas aos alunos, as parcerias público-privadas para captar recursos e a flexibilização dos contratos dos professores, justificando, para implementá-las, fazer uma reforma universitária.

Essa ideia encontrou diversas resistências, mas não só orientou toda a política de educação superior no país como também continuou sendo implementada aos poucos, por um governo que não a iniciou, mas que foi o seu grande articulador (SIQUEIRA E NEVES, 2006).

E a iniciativa privada atuante no ensino superior, dentro desse contexto, estava numa situação em que precisava de se reestabelecer economicamente, pois lidava com um momento de inadimplência generalizada, além de precisar de se organizar para enfrentar o processo de internacionalização que estava em curso no mundo todo.

4.1: Estruturação da ABMES

É com esse cenário que, em 2004, a ABMES iniciou a sua fase de consolidação, com a eleição de Gabriel Mário Rodrigues para a Presidência. Ele permaneceu no cargo até 2016, sendo eleito para quatro mandatos consecutivos, cujos períodos foram: 2004 a 2007, 2007 a 2010, 2010 a 2013, e 2013 a 2016.

Organizamos o quadro a seguir para facilitar a visualização dos nomes dos membros que ocuparam os cargos ao longo desses quatro mandatos.

Quadro 10: Composição da Presidência da ABMES: 2004 a 2016

Cargo	Composição 2004-07	Composição 2007-10	Composição 2010-13	Composição 2013-16
Presidente	Gabriel Rodrigues	Gabriel Rodrigues	Gabriel Rodrigues	Gabriel Rodrigues
1º Vice	Antonio C. Netto	Carmen L. da Silva	Carmen L. da Silva	Carmen L. da Silva
2º Vice	Fabrcio Soares	Getúlio Lopes	Getúlio Lopes	Getúlio Lopes
3º Vice	Carmen L. da Silva	José Janguiê Diniz	José Janguiê Diniz	José Janguiê Diniz
Diretoria Executiva				
Dir. Geral	Getúlio M. Lopes	Fabrcio Soares	Fabrcio Soares	Fabrcio Soares
Vice	Décio B. Teixeira	José B. da Silva	Sérgio Mendes	Sérgio Mendes
Dir. Adm.	Valdir Lanza	Décio B. Teixeira	Décio B. Teixeira	Décio B. Teixeira
Dir. Técnico	Adivar F. de Aguiar	Antonio C. Netto	Antonio C. Netto	Daniel Castanho
Conselho da Presidência				
Titular	Ana Maria de Sousa	Candido Mendes	Candido Mendes	Candido Mendes
Titular	André Mendes	Édson Franco	Édson Franco	Édson Franco
Titular	Candido Mendes	Paulo N. de Paiva	Vera Gissoni	Terezinha Cunha
Titular	Édson Franco	Terezinha Cunha	Terezinha Cunha	Paulo Cardim
Titular	Hermes de Figueiredo	Pedro Santos Fº	Paulo Cardim	Antonio C. Netto
Titular	José Loureiro Lopes	Paulo Cardim	André Mendes	Celso Niskier
Titular	Luiz Eduardo Tostes	André Mendes	Décio Lima	Jouberto Mendonça
Titular	Manoel de Almeida	Décio Corrêa Lima	Valdir Lanza	Valdir Lanza
Titular	Mara Manrubia Trama	Eduardo Oliveira	Wilson Silva	Wilson Silva
Titular	Paulo N. Paiva	Cláudio Cury	Manoel Sobrinho	Manoel Sobrinho
Titular	Pedro Santos Fº	Wilson Silva		
Suplente	Roque Bersch	Manoel Sobrinho	Fábio Figueiredo	Fábio Figueiredo
Suplente	Terezinha Cunha	Fábio Figueiredo	Eda de Souza	Eda de Souza
Suplente	Eduardo S. Oliveira	José Loureiro Lopes	José Karam	Gislaine Moreno
Suplente	Jorge Bastos	Eda de Souza	Fernando do Prado	Alexandre Theodoro
Suplente	José Oliveira	José Karam	Daniel Castanho	Antonio Martins
Suplente	Manoel Sobrinho	Fernando do Prado		
Suplente	Wilson Silva	Daniel Castanho		
Conselho Fiscal				
Titular	Cláudio G. Cury	Geraldo Casagrande	Julio Cesar da Silva	Paulo Lima
Titular	Décio Corrêa Lima	Jorge Bastos	José da Silva	Eduardo Franco
Titular	Geraldo Casagrande	Luiz Tostes	Luiz Tostes	Luiz Tostes
Titular	José Janguiê B. Diniz	Marco Laffranchi	Marco Laffranchi	Custódio Pereira
Titular	Paulo César Alonso	Arthur Leandro Filho	Cláudio Cury	Débora Guerra
Suplente	Dora Silvia Bueno	Eliziário Rezende	Eliziário Rezende	Eliziário Rezende
Suplente	Eliziário P. Rezende	Jorge Bernardo	Jorge Bernardo	Hiran Rabelo

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no corpus documental da pesquisa.

Seguindo o que aconteceu na fase anterior, observamos a permanência da maioria das pessoas nos cargos da Presidência, ainda que em outras funções. Continuamos evidenciando que isso nos mostra que, até então, não havia disputas políticas significativas no interior da ABMES, pois, desde sua criação, ela vinha sendo dirigida pelo mesmo grupo.

Durante a gestão de Gabriel Rodrigues, a ABMES vivenciou seu período de consolidação, em que uma das características foi o aumento do número de mantenedoras: passou de 334 para 387, chegando a 587 instituições associadas.

Nesta fase, a Associação fez duas alterações no seu Estatuto, uma em 2006 e outra em 2016. A mudança de 2006 teve relação com as necessidades de organização das associadas para o enfrentamento da crise sem a concorrência predatória. A alteração regimental de 2016 foi na organização interna da Associação, reposicionando órgãos e cargos.

As mudanças de 2006 foram pertinentes à criação do Código de Autorregulamentação das Instituições Particulares de Ensino Superior (CARES), e ao seu Comitê de Ética (ABMES, 2006).

O objetivo do CARES era criar uma filosofia que pautasse todas as ações dos estabelecimentos de ensino superior privado que aderissem a ele, podendo ser mantenedoras ou mantidas. Em contrapartida, essas instituições seriam reconhecidas como agentes do crescimento econômico sustentado.

As finalidades do CARES eram orientar a conduta; tornar públicas as regras éticas das IES para que a sociedade reconhecesse a integridade das suas atividades; preservar a reputação dos estabelecimentos certificados; garantir o respeito à livre iniciativa e à autonomia universitária; e difundir a defesa da livre iniciativa privada na educação (ABMES, 2006, p. 29).

Os princípios fundamentais eram reconhecer e defender: o “Estado democrático”; a equidade; a coexistência de IES públicas e privadas dentro do princípio da isonomia do Poder Público; o direito de participação na elaboração das políticas para a educação; prevenção às infrações contra a liberdade de iniciativa na educação, a livre concorrência e o abuso do poder econômico.

Compreendemos que essas formulações objetivaram demarcar uma postura política pautada no diálogo e na construção coletiva da educação superior no Brasil, articulada ao projeto de desenvolvimento em curso no país, à época.

O credenciamento ao CARES deveria ser feito pelo estabelecimento de ensino superior (não podendo ser feito por curso ou por projeto), e o processo ocorreria em duas categorias: o compromisso ético (para os estabelecimentos que aderissem ao Código) e o certificado de conduta ética (para estabelecimentos que obtivessem parecer favorável do Comitê de Ética) (ABMES, 2006).

Era vedado ao estabelecimento credenciado aproveitar da sua condição econômica prejudicar a concorrência, praticar preço predatório ou inibir o funcionamento do mercado educacional (ABMES, 2006).

Essa medida procura introduzir preceitos éticos na concorrência intercapitalista, seguindo a ideologia da responsabilidade social, significando que a busca pelo lucro não pode ser uma ameaça desleal ao concorrente.

O CARES também apresenta a concepção de Estado, arduamente defendida pela ABMES: a ele, caberia proteger os direitos burgueses, dar boas condições para que o mercado funcione bem e estabelecer as mínimas regulações que são necessárias ao sistema de ensino. Ou seja, esta é a noção de Estado juiz, que está fora das relações sociais.

Quando analisamos o documento que institui o CARES, percebemos que ele buscou constituir uma identidade política de classe entre as associadas da ABMES por meio de mobilização contra a concorrência predatória que poderia levar ao grande fracasso do empresariado do ensino em conjunto.

Aliado a isso, a construção dessa identidade política aumenta o poder da ABMES dentro e fora da sua fração de classe: no interior do seu grupo de associadas, fortalece seus elos de solidariedade, criando maior empatia e confiança na sua representatividade, o que reverbera fora do grupo, dando-lhe maior poder para pressionar pela livre iniciativa.

Em abril de 2016, foram feitas outras alterações no Estatuto da Associação e, embora elas tenham pouca repercussão sobre os dados e análises dessa pesquisa, em função do recorte temporal, iremos apresentá-las sucintamente.

Foram feitas três alterações nos órgãos da ABMES. Foi criado o Conselho de Administração, cujas funções eram assessorar a presidência, traçando as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento da Associação, e reelaborar as manifestações recebidas das associadas para a tomada e decisões.

A Presidência deixou de ser deliberativa e continuou sendo um órgão somente executivo, composto pelos mesmos quatro cargos, que são um presidente e três vice-presidentes.

Ao Presidente e aos vice-Presidentes, passou a ser permitida somente uma recondução, enquanto antes, era permitida a recondução, mas não havia menção a limite de vezes (ABMES, 2016).

Estes fatos nos mostram que a ABMES, nesta fase, procurou novamente ascender de nível de consciência política coletiva, buscando alcançar o nível ético-político, visando se tornar mais hegemônica dentro da classe burguesa.

4.2: Comunicação com as Associadas

Neste período, a ABMES continuou realizando os **seminários**, tendo aumentado consideravelmente suas quantidades. Disponibilizamos a lista completa com temas, datas e locais de realização nos apêndices desse trabalho.

Destacamos, nesse momento, que, no primeiro mandato de Rodrigues, foram realizados catorze eventos; no segundo, foram realizados trinta e sete; no terceiro, trinta e um, e no quarto mandato, novamente trinta e sete eventos, totalizando cento e dezenove eventos em doze anos de presidência.

Durante esse período, foram editados oito números da **Revista Estudos**, conforme mostra a lista a seguir:

- “Responsabilidade social das IES” (Rev. Estudos n.º 34, abr/2005);
- “Anteprojeto de lei da educação superior” (Rev. Estudos n.º 35, nov/2005);

- “Responsabilidade social da educação superior: contribuições da rede universitária de ética e desenvolvimento social do BID” (Rev. Estudos n.º 36, jun/2006);
- “Novas estratégias de atuação do setor privado” (Rev. Estudos n.º 37, ago/2007);
- “Avaliação do ensino superior brasileiro: modelos, divulgação dos resultados e normas regulamentadoras” (Rev. Estudos n.º 38, dez/2008);
- “Políticas públicas para o ensino superior particular (Rev. Estudos n.º 39, dez/2010);
- “Erros e Acertos da Avaliação Educacional no Brasil”, (Rev. Estudos n.º 40, dez/2012);
- “Diagnóstico das PMIES no Brasil: Indicações para melhoria da competitividade” (Rev. Estudos n.º 41, mar/2014).

Do **ABMES Caderno**, foram publicados vinte números que podem ser assim agrupados: num primeiro grupo, estariam onze edições destinadas à divulgação dos resultados do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério (n.º 11, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 27 e 30). Num segundo grupo, estariam outras três edições em que os textos são resultantes de eventos da ABMES (n.º 13, 23 e 26). E num terceiro grupo, estariam seis edições cujas publicações são de estudos avulsos (n.º 12, 15, 22, 25, 28 e 29).

Organizamos o quadro a seguir com o ano de publicação e o título dos cadernos publicados nessa fase.

Quadro 11: ABMES Cadernos: de 2004 a 2016

N.º	Ano	Título
11	2004	Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2003
12	2004	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)
13	2004	Programa Universidade para todos (Prouni)
14	2005	Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2004
15	2005	Considerações e recomendações sobre a versão preliminar do Anteprojeto de Reforma da ES

16	2005	Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2005
17	2006	Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2006
18	2007	Prêmio TOP Educacional Professor Mário Palmério 2007
19	2009	Prêmio TOP Educacional Professor Mário Palmério 2008
20	2010	Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2009
21	2011	Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2010
22	2011	Avaliação no ensino superior: acertos e derrapagens
23	2012	Diagnósticos e Propostas para a Avaliação da Educação Superior no Brasil
24	2012	Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2011
25	2012	Evasão no Ensino Superior
26	2013	Pequenas e Médias IES - Tendências e Oportunidades
27	2013	Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 20ª Edição
28	2014	Desafios da Educação num Mundo Globalizado e sem Fronteiras
29	2014	Sinaes - avanços e desafios na avaliação da educação superior
30	2014	Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 21ª edição

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na consulta ao corpus documental da pesquisa.

A ABMES também publicou dois **livros** na série “Grandes Depoimentos”: um deles escrito por Eunice Ribeiro Durham, publicado em 2002, com o título “A universidade e o ensino”. E o outro livro teve o título “A refundação da universidade”, escrito por Cristovam Buarque, em 2005.

Na série “Publicações Especiais”, foram publicados mais dois livros em 2006: “Temas atuais para a educação superior: proposições para estimular a investigação e a inovação”, escrito por Cláudio Neiva e Flávio Roberto Collaço, e “Políticas para a educação superior: propostas do setor privado”, que é o resultado de um seminário da ABMES.

Em 2006, foi criada a **Revista Responsabilidade Social** com o objetivo de divulgar as atividades desenvolvidas pelas IES privadas no “Dia D”. Nessa fase, foram publicados sete números dessa revista.

Em 2010, foi criada a **ABMES TV**, um canal de *webtv* para divulgar as gravações das apresentações feitas nos eventos da Associação. A partir de 2011, seus seminários e reuniões começaram a ser transmitidos ao vivo para os associados através deste canal de comunicação.

Nessa terceira fase, também foram publicados: catorze números da coletânea “Ensino superior: legislação atualizada”; oito volumes da publicação

“Números do ensino superior privado no Brasil”; três edições do “Catálogo geral das instituições de ensino superior associadas à ABMES”.

Notamos que a política de comunicação da ABMES foi mantida nessa fase e que o grande esforço da Associação se deu na realização dos seminários e fóruns com suas associadas, que, diferente da fase anterior, não se converteu tanto em publicações compiladas ou documentos.

Suas formulações estão disponíveis na página eletrônica da Associação acessível a qualquer pessoa que desejar acessá-la. No entanto, a política de comunicação, mesmo com toda essa potencialidade de acesso e penetração na sociedade brasileira, tem como objetivo fortalecer a identidade e unidade política da iniciativa atuante no ensino superior brasileiro.

4.3: Legitimação dos estabelecimentos privados na sociedade

Nesta fase, o **Prêmio Top Educacional Mário Palmério** foi mantido e contou com onze edições, sendo que a partir de 2012, deixou de ser anual para ser bianual. Apresentamos, no quadro a seguir, os projetos vencedores em primeiro lugar e sua breve descrição.

Quadro 12: Projetos vencedores do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério no período de 2004 a 2016

Ano	Projeto	IES	Breve descrição
2004	Enfermagem em ação: de mãos dadas com a comunidade	Centro Universitário de Brasília	O projeto busca diminuir a evasão do curso de Enfermagem, desenvolvendo o espírito cidadão, a responsabilidade social e promovendo ações de inclusão.
2005	Programa Gota D'Água	Centro Universitário São Camilo	O programa, que é realizado junto à ONG Água e Cidade, visa promover o uso racional da água em atividades além da Instituição, sensibilizando sobre a importância da sua conservação.
2006	Promovendo a cidadania e o desenvolvimento das	Faculdades de Tecnologia	O programa visa desenvolver nos alunos as seguintes competências: flexibilidade, interdisciplinaridade, “aprender a aprender”,

	competências profissionais	Senai de Santa Catarina	afetividade, aprendizagem significativa, e integração teoria e prática.
2007	Impactos faunísticos causados pelo desenvolvimento socioeconômico do Noroeste Paulista	Centro Universitário de Rio Preto	A instituição criou, em 2003, o Setor de Atendimento Clínico e Cirúrgico de Animais Selvagens para realizar trabalhos de clínica médica, cirurgia, reabilitação e pesquisa em animais selvagens vindos de vida livre.
2008	De Bem com a Vida	Centro Universitário Central Paulista	Sensibilizados pelos problemas enfrentados por idosos no período pós-menopáusico, pesquisadores da instituição criaram o projeto, com o objetivo de prevenir osteoporose e osteoartrite.
2009	Mão de via dupla: os cursos de férias da Universidade Guarulhos	Universidade Guarulhos	Buscou-se desenvolver projetos de extensão em que os professores oferecessem cursos de férias nas instalações da universidade em diferentes áreas de conhecimento.
2010	Rede Produtiva de Design e Artesanato no Aglomerado da Serra	Universidade FUMEC de Belo Horizonte	O projeto abrange um conjunto de vilas e favelas em Belo Horizonte em que se desenvolve a iniciativa extensionista “Artesanato Solidário no Aglomerado da Serra” (Asas). A ideia é efetivar uma rede produtiva, ampliando o mercado e agregando valor aos produtos.
2011	Olimpíada jurídica	Faculdade de Direito de Vitória/ ES (FDV)	É uma proposta diferenciada do estudo da ciência do Direito, pois busca desenvolver o conhecimento jurídico interrelacionado com o trabalho em equipe, a oralidade e a argumentação dos discentes.
2012	Programa de Controle Ambiental	Universidade de Uberaba/ MG	Com o programa, foi criado um sistema de gestão ambiental para controlar organismos que possam causar algum prejuízo à saúde humana, animal ou ambiental.
2013 e 2014	Adote um preso	Instituto de Ensino Superior Cenecista de Unaí	Iniciado em março de 2009, o projeto consiste em uma parceria entre o curso de Direito e o Tribunal de Justiça do estado de Minas Gerais e visa a atender condenados que possuem falta de recursos financeiros, acompanhando suas execuções.
2015 e 2016	Smart campus Facens	Faculdade de Engenharia de Sorocaba	Esse projeto tem o objetivo de analisar soluções, no campus, que possam ser replicáveis em cidades inteligentes.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas edições do ABMES Cadernos.

Em 2004, a Associação iniciou outra ação que merece destaque: o **Prêmio Milton Santos⁶ de Educação Superior**, com edições bianuais. A finalidade do

⁶ O nome do prêmio foi dado em homenagem ao geógrafo baiano Milton Santos, professor da Universidade de São Paulo, que faleceu em 2001, que era amigo pessoal de Candido Mendes.

prêmio, segundo a ABMES, é reconhecer o mérito de personalidades que contribuem para o engrandecimento da educação superior privada brasileira.

A premiação é feita em três categorias: “gestão de IES”, “desempenho político” e “gestão empresarial”. As candidaturas são lançadas por uma das mantenedoras associadas à ABMES, a partir das exigências do edital do prêmio. A escolha é feita pelos membros da Diretoria da ABMES.

No ano de sua criação, excepcionalmente, o prêmio foi concedido em homenagem aos quatro fundadores da ABMES. Esses e os demais premiados podem ser conferidos no quadro a seguir.

Quadro 13: Ganhadores do Prêmio Milton Santos (2004-2016)

Ano	Gestão de IES	Desempenho político	Gestão empresarial
2004	Candido Mendes, Édson Franco, Electro Bonini, Gabriel Rodrigues, Vera Gissoni.		
2006	Antonio Carbonari Netto (Presidente da Anhanguera Educacional)	Átila Freitas Lira (Deputado Federal, PSDB/PI)	José Roberto Marinho (Vice-presidente de Responsabilidade Social das Organizações Globo)
2008	Claudio Haddad (Diretor do Ibmecc SP)	Gastão Vieira (Deputado Estadual)	Marcos Magalhães (Diretor do Unibanco)
2010	Pe. Décio Batista Teixeira (Diretor da União Brasileira de Educação e Cultura)	Marisa Serrano (Senadora, PSDB/MS)	Mozart Neves Ramos (Membro do CNE e Conselheiro do movimento Todos Pela Educação)
2012	Jouberto Uchôa de Mendonça (Reitor da Univers. Tiradentes)	Cristovam Buarque (Senador, PPS/DF)	Janguê Bezerra Diniz (Fundador do Grupo Ser Educacional)
2014	Débora Guerra (Diretora do Grupo FACEB Educação)	Henrique Paim (Ministro de Estado da Educação)	Rodrigo Galindo (CEO do Grupo Kroton Educacional)
2016	Paulo Antonio Cardim (Presidente da ANACEU)	Wilson de Matos Silva (Reitor da Unicesumar)	Hermes Ferreira Figueiredo (Presidente da Cruzeiro do Sul Empreendimentos e Participações)

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em Lima (2017).

É interessante destacar que a ABMES procurou premiar importantes personalidades, que têm ou já tiveram maior ou menor vinculação com ela, e que atuam em diferentes segmentos, mas todos estratégicos para os interesses e para as áreas de ação da Associação.

No conjunto das relações de poder estabelecidas na nossa sociedade, acreditamos que esta premiação possa se configurar como um recurso político para assegurar que estas importantes personalidades, além das pessoas e instituições à sua volta, estejam atentas às demandas políticas da ABMES e se sintam “parceiros” da entidade e das suas aspirações.

Com essas ações, além de legitimar o ensino superior privado no interior da própria classe burguesa, a ABMES consegue se fortalecer ao ser reconhecida politicamente por meio do “culto à personalidade”, e, com isso, consegue ampliar o seu arco de alianças.

Ainda buscando legitimar junto à sociedade a iniciativa privada atuante no ensino superior privado, a Associação realizou, em 29 de outubro de 2005, o “Dia da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular”, o “**Dia D**”.

O objetivo era que as IES associadas mostrassem amplamente para a sociedade as atividades e os projetos sociais que desenvolvem ao longo do ano, sensibilizando para a responsabilidade social das instituições. A orientação era de que as IES realizassem o “Dia D” no último sábado do mês de outubro.

Desde a sua criação, a adesão das instituições associadas tem crescido: em 2005, participaram 197 estabelecimentos, com 2.023 atividades cadastradas; em 2016, participaram 846 estabelecimentos, com 7.717 atividades (LIMA, 2017).

A partir de 2014, o “Dia da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular” foi ampliado para a “Semana da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular”, para conseguir receber mais notoriedade pública.

Depois da realização do evento, as associadas são chamadas a enviarem à ABMES os relatos das atividades e dos projetos. As IES que o fazem recebem o “selo de instituição socialmente responsável”. Os textos recebidos são compilados e publicados na Revista Responsabilidade Social, desde julho de 2006.

Em 2007, a Associação criou o **Concurso Silvio Tandler** de vídeos. O nome foi em homenagem ao renomado cineasta e documentarista brasileiro. O objetivo era que fossem feitos os registros das ações desenvolvidas pelas IES mantidas durante a Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular, que é realizada anualmente.

As inscrições são abertas ao final desta campanha e podem ser submetidos vídeos nas categorias documentário, cobertura jornalística, vídeo institucional e videoclipe, concorrendo ao prêmio de R\$ 10.000,00.

Acreditamos que o objetivo da ABMES ao criar essas iniciativas seja dar visibilidade às ações socialmente responsáveis desenvolvidas pela iniciativa privada que atua no ensino superior, mostrando sua capacidade de mobilização.

Essas ações também possibilitam que a ABMES se vincule ao movimento mais amplo que é realizado pelos intelectuais da classe burguesa em torno da ideologia da responsabilidade social. Seria uma forma desse segmento demonstrar que também compartilha do mesmo projeto de sociabilidade.

Deste modo, através da responsabilidade social, a ABMES se mostraria, à sociedade em geral, atenta ao desenvolvimento do país e, para a sua classe, ela se apresentaria como sujeito político organicamente vinculado ao projeto hegemônico burguês.

4.4: Posicionamentos sobre avaliação e financiamento do ensino superior

Como já mencionamos, os debates sobre financiamento e avaliação são muito importantes para a ABMES, pois dizem respeito diretamente ao bom andamento ou não dos seus negócios. Nessa fase, os embates foram quanto ao SINAES e o ProUni.

O Programa Universidade Para Todos (ProUni) foi anunciado pelo governo federal em maio de 2004, mas só teve sua versão definitiva em janeiro de 2005, regulamentada pela Lei n.º 11.096/2005.

O ProUni consiste na concessão de bolsas de estudos a egressos do ensino médio de baixa renda, sem diploma de nível superior, na forma de desconto parcial ou integral sobre mensalidades em IES privadas que aderirem ao Programa, que em contrapartida, ficavam isentas de alguns impostos e contribuições durante a vigência do termo de adesão.

Nas falas do governo, o ProUNi era um mecanismo de “inclusão social”, assegurando o acesso ao ensino superior para pessoas que não chegariam jamais às universidades públicas. Na realidade, ele foi uma tentativa de minimizar a crise enfrentada pelo setor privado.

O Programa recebeu várias críticas de diversas entidades, mas, apesar delas, foi consolidado atendendo plenamente aos interesses dos empresários do ensino superior.

Em abril de 2004, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) pela Lei n.º 10.861, tendo como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das instituições, dos cursos e dos estudantes.

O resultado deste amplo processo de avaliação seria o referencial para a regulação e a supervisão da educação superior brasileira, condicionando o credenciamento das IES e o reconhecimento dos cursos de graduação, devendo instituições com resultados insatisfatórios celebrar um protocolo de compromisso com o MEC para melhorar seu conceito.

Sobre o SINAES, a ABMES editou quatro publicações: o ABMES Cadernos n.º 12, de 2004; a Revista Estudos n.º 38, de dez/2008; a Revista Estudos n.º 40, de dez/2012, e ABMES Cadernos n.º 29, de 2014.

A princípio, a Associação foi a favor do novo sistema de avaliação, pois ele contemplava duas antigas reivindicações suas: considerar a diversidade institucional e o projeto de constituição de cada IES. Mas, ao longo do processo, foram aparecendo divergências e desgostos.

Apesar disso, a Associação não se deu por vencida, retomou debates e as mobilizações em torno do tema avaliação do ensino superior. Encomendou um documento para um de seus intelectuais orgânicos, que apresentou um histórico “dos erros” do sistema avaliativo (HORTA, 2011).

Partindo desse texto, realizou um seminário interno, em março de 2012, em que pode ouvir as formulações de outros intelectuais e das suas associadas. Com base nisso, definiu suas estratégias (GARCIA, 2012).

Os resultados dessas mobilizações foram publicados em três números dos seus principais veículos de comunicação (ABMES Cadernos n.º 22, de 2011; ABMES Cadernos n.º 23, de 2012; Revista Estudos n.º 40, de 2012).

Em 2014, o SINAES completou dez anos de existência e, para marcar a data, o INEP organizou seminários para discutir os pontos positivos e negativos enfrentados nessa década.

A ABMES esteve presente em alguns desses eventos e apresentou suas propostas de alteração na legislação e execução do sistema. As reivindicações da Associação estão compiladas no ABMES Cadernos n.º 29, de 2014.

Os resultados dos embates travados pela ABMES podem ser percebidos através dos dados expostos nas tabelas a seguir.

Tabela 5: Instituições brasileiras de educação superior (2000-2018)

Ano	Total Geral de IES			Universidades			Fac. Integ. e C. Univ.			Estab. Isolados		
	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %
2000	1.180	15	85	156	46	54	159	14	86	865	10	90
2001	1.391	13	87	156	46	54	199	15	85	1.036	8	92
2002	1.637	12	88	162	48	52	235	16	84	1.240	6	94
2003	1.859	11	89	163	48	52	293	16	84	1.403	6	94
2004	2.013	11	89	169	49	51	370	15	85	1.474	6	94
2005	2.165	11	89	176	51	49	415	14	86	1.574	5	95
2006	2.270	11	89	178	52	48	443	17	83	1.649	5	95
2007	2.281	11	89	183	52	48	450	16	84	1.648	5	95
2008	2.252	10	90	183	53	47	158	25	75	1.911	5	95
2009	2.314	11	89	186	54	46	162	26	74	1.966	5	95
2010	2.378	12	88	190	53	47	163	27	73	2.025	7	93
2011	2.365	12	88	190	54	46	171	27	73	2.004	7	93
2012	2.416	13	87	193	56	44	179	28	72	2.044	7	93
2013	2.391	13	87	195	57	43	180	28	72	2.016	7	93
2014	2.368	13	87	195	57	43	187	27	73	1.986	7	93
2015	2.364	12	88	195	55	45	189	26	74	1.980	7	93
2016	2.407	12	88	197	55	45	206	24	76	2.004	7	93
2017	2.448	12	88	199	53	47	229	21	79	2.020	7	93
2018	2.537	12	88	199	54	46	270	20	80	2.068	7	93

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do INEP.

Tabela 6: Matrículas em cursos presenciais de graduação (2000-2018)

Ano	Total Geral de IES			Universidades			Fac. Integ. e C. Univ.			Estab. Isolados		
	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %	Total	Púb. %	Priv. %
2000	2.694.245	33	67	1.806.989	43	57	412.442	8	92	474.814	16	84
2001	3.030.754	31	69	1.956.542	42	58	535.907	8	92	538.305	15	85
2002	3.479.913	30	70	2.150.659	43	57	653.201	9	91	676.053	11	89
2003	3.887.022	29	71	2.276.281	43	57	769.711	9	91	841.030	10	90
2004	4.163.733	28	72	2.369.717	43	57	892.040	8	92	901.976	9	91
2005	4.453.156	27	73	2.469.778	42	58	966.044	7	93	1.017.334	8	92
2006	4.676.646	26	74	2.510.396	42	58	1.033.945	7	93	1.132.305	7	93
2007	4.880.381	25	75	2.644.187	41	59	1.022.223	8	92	1.213.971	6	94
2008	5.080.056	25	75	2.685.628	41	59	761.540	8	92	1.632.888	6	94
2009	5.115.896	26	74	2.715.720	44	56	766.061	9	91	1.634.115	6	94
2010	5.449.120	27	73	2.809.974	45	55	810.203	10	90	1.828.943	6	94
2011	5.746.762	28	72	2.933.555	47	53	774.862	2	98	1.955.328	6	94
2012	5.923.838	29	71	3.009.846	49	51	829.790	3	97	1.986.263	6	94
2013	6.152.405	29	71	3.082.155	49	51	863.941	3	97	2.094.641	6	94
2014	6.486.171	28	72	3.205.001	48	52	963.760	3	97	2.194.122	6	94
2015	6.633.545	27	73	3.274.864	47	53	1.011.996	2	98	2.211.214	6	94
2016	6.554.283	28	72	3.256.450	48	52	1.043.889	2	98	2.098.161	6	94
2017	6.529.681	29	71	3.249.811	48	52	1.103.140	2	98	2.007.774	6	94
2018	6.394.244	30	70	3.184.812	50	50	1.228.091	2	98	1.797.678	6	94

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do INEP.

A análise das tabelas mostra que continuou havendo o crescimento do número de instituições e de matrículas no ensino superior. Em geral, os percentuais de participação público e privado se mantiveram. À exceção da universidade, a iniciativa privada manteve o maior percentual nos tipos de instituições.

Em 2004, somadas as matrículas em todos os tipos de estabelecimentos privados, estes respondiam por 72%, enquanto às instituições públicas cabiam 28% das matrículas. Mesmo com algumas pequenas variações ao longo do período, esses percentuais se repetiram em 2016.

No período apresentado, observa-se de forma geral um crescimento constante no total de IES, que tem como seu principal componente os estabelecimentos isolados privados, representando 75% de todas IES.

Embora com baixo impacto no número absoluto, o crescimento do número de instituições públicas apresentou um crescimento de 31%, contra 18% das privadas.

Quando avaliado por categoria de IES, é possível verificar que o tipo universidade é o que apresenta o maior equilíbrio entre a proporção de instituições públicas e privadas. Nos estabelecimentos isolados, é onde o setor privado apresenta uma atuação largamente superior, chegando a 93% das IES desse tipo.

É importante destacar que na categoria “faculdades integradas e centros universitários” foi constatada uma mudança na classificação nos dados do INEP: a partir da sinopse de 2008, a designação “faculdades integradas” foi suprimida. Não foram encontradas justificativas para esse fato.

4.5: O Fórum Nacional da Livre-Iniciativa na Educação e a Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Superior

Nessa terceira fase, a ABMES também encampou duas linhas estratégicas de ação para atuar de modo mais assertivo na sociedade política e, não só conseguir vencer as dificuldades que o setor vinha enfrentando, mas também vencer pautas de interesses privatistas.

Uma ação foi construir com outras entidades representativas do ensino privado o Fórum Nacional da Livre-Iniciativa na Educação. A outra foi a de tomar a dianteira para constituir a Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Superior.

A ideia de criar o Fórum surgiu no contexto da mencionada reforma da educação superior do governo Luiz Inácio Lula da Silva, no início dos anos 2000. Porém, de fato, o que levou à sua criação foi a necessidade da iniciativa privada de reagir à instituição do Programa Universidade para Todos (ProUni). Em 2005, o Fórum congregava vinte e cinco entidades representativas da iniciativa privada atuante no ensino superior (RODRIGUES, 2007).

Posteriormente, este Fórum passou a se chamar Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. Não encontramos dados referentes aos motivos que levaram à mudança na denominação do Fórum.

Porém, os dados que encontramos remetem à grande ligação do Fórum com a ABMES: o endereço e o telefone de ambas as organizações são exatamente os mesmos. Isso pode ser comprovado quando se compara os contatos disponibilizados pelas entidades em suas páginas eletrônicas e nos documentos que divulgam.

Além disso, Gabriel Mario Rodrigues, enquanto era presidente da ABMES, também foi o secretário executivo do Fórum. Situação que se repete com o atual presidente da Associação, Celso Niskier.

Estes dados nos permitem inferir o quanto a ABMES esteve, e permanece até os dias atuais, à frente do Fórum, merecendo destacar que, neste ponto, discordamos de Brito (2019), que apenas menciona a ABMES como uma das entidades que compõem o Fórum.

Quanto à Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Superior, ela foi instalada em dezembro de 2007, sob a coordenação do deputado federal João Matos (PMDB-SC), liderança da ABMES e do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP).

Ela reunia deputados e senadores de vários partidos, e tinha como objetivos: a proposição de medidas para o desenvolvimento do ensino superior privado; a difusão de informações sobre esse segmento junto ao Executivo e ao Legislativo; o acompanhamento da legislação vigente; a proposição de melhorias na política para a educação superior e o encaminhamento de propostas relacionadas à legislação do ensino superior.

Quando instalada, a Frente Parlamentar foi composta por trinta e quatro parlamentares, da seguinte forma: Álvaro Dias (PSDB-PR), Ângela Amin (PP-SC), Antonio Carlos Biffi (PT-MS), Ariosto Holanda (PSB-CE), Átila Lira (PSB-PI), Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), Cristovam Buarque (PDT-DF), Delcídio Amaral (PT-MS), Elcione Barbalho (PMDB-PA), Fernando Coruja (PPS-SC), Frank Aguiar (PTB-SP), Gastão Vieira (PMDB-MA), Gustavo Fruet (PSD-PR), João Matos

(PMDB-SC), Jorginho Maluly (DEM-SP), José Carlos Aleluia (DEM-BA), Kátia Abreu (DEM-TO), Lobbe Neto (PSDB-SP), Márcio França (PSB-SP), Marisa Serrano (PSDB-MS), Mauricio Rands (PT-PE), Mendes Ribeiro (PMDB-RS), Onixy Lorenzoni (DEM-RS), Osmar Serraglio (PMDB-PR), Paulo Renato Sousa (PSDB-SP), Prof. Sétimo (PMDB-MA), Renato Casagrande (PSB-ES), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Severiano Alves (PDT-BA), Solange Amaral (DEM-RJ), Valdir Maranhão (PP-MA), Valter Pereira (PMDB-MS), Vanderlei Macris (PSDB-SP) e Wellington Salgado (PMDB-MG) (NASCIMENTO, 2012, p. 88).

Ainda que não tenhamos adensado devidamente o debate sobre a organização das ações das entidades representativas da iniciativa privada na educação nessas duas frentes, é importante deixar registrado, nesse trabalho, que elas existem e que requerem mais estudos.

De todo modo, vale registrar também que, com a criação do Fórum, os seminários, as reuniões e as publicações da ABMES ocuparam o lugar do debate, da formulação, da divulgação de ideias, da educação para o consenso entre as associadas, pois os grandes embates com a sociedade política passaram a ser feitos via Fórum.

Muitos desses embates feitos pela ABMES através do Fórum eram relacionados aos dois temas de maior relevância para a Associação, que são o financiamento e a avaliação.

Tendo em vista que após a mudança regimental da ABMES em 2016, a composição da sua Presidência se altera, talvez essa hipótese tenha relevância, porque, nesse momento, são apenas indícios.

Considerações Finais

Essa pesquisa teve como objeto de estudo a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), que é a entidade do setor privado de ensino superior brasileiro mais bem estruturada, com ações de abrangência nacional e com grande poder de pressão nos órgãos da sociedade política.

O foco principal foi compreender suas formulações, articulações, estratégias e alianças para viabilizar o projeto da iniciativa privada que atua no ensino superior, desde a criação da Associação, em 1982, até 2016, ano em que terminou o último mandato da sua terceira “grande presidência”.

No mestrado, o foco da pesquisa foi compreender o papel da ABMES na política para educação superior, tendo como recorte os governos federais. Para a pesquisa do doutorado, a ideia foi compreender as formulações e as estratégias da Associação através forma de ação de cada presidente da Associação.

Foram três longos períodos de presidência, em que cada um deles deu a sua cara para a Associação: Candido Mendes foi o que instituiu as diretrizes da ABMES, que são seguidas fielmente até hoje. Com sua respeitabilidade e influência pessoal, conseguiu grandes ganhos para a entidade. Durante a primeira metade dos seus anos de presidência, poderíamos dizer que a ABMES era ele.

Édson Franco foi o que organizou registros, fez editais, criou a política editorial e a identidade visual da Associação, tudo com muita discrição e modéstia. E Gabriel Rodrigues foi o que buscou parcerias, criou os muitos eventos, tirou a ABMES “do anonimato”.

Os resultados deste trabalho mostraram as formas utilizadas por essa Associação para que ela se tornasse forte, coesa, com ações consistentes e estratégias tão bem formuladas, ao longo de quase quatro décadas. Em grande medida, isso foi possível porque ela foi dirigida por um mesmo grupo, mantendo as mesmas diretrizes.

Os achados da pesquisa também mostraram a capacidade de organização e intervenção política desta entidade, sobretudo, a sua capacidade de inserção nas instâncias da sociedade política, com destaque para as intervenções nas

formulações de algumas legislações. Isso permitiu que o projeto do empresariado do ensino superior tivesse muitos ganhos.

A partir da compreensão dos interesses representados pela ABMES, tivemos mais elementos para entender os motivos pelos quais a ampliação de vagas na educação superior brasileira, através da expansão dos estabelecimentos privados, não é o caminho para democratização.

Isto acontece porque o projeto da iniciativa privada que atua no ensino superior procura oferecer à classe trabalhadora uma formação aligeirada, voltada para a instrumentalização para o mercado de trabalho, dificultando a ampliação de perspectivas de formação e atuação na sociedade.

O projeto da ABMES está vinculado ao desmonte do direito social à educação e sua transformação em bem social, um serviço comercializável através de critérios mercadológicos, com exigências mínimas de regulamentação.

Para conseguir tornar o seu projeto vitorioso, a ABMES usou a estratégia de difundir em seus veículos de comunicação uma análise seletiva da Constituição Federal, defendendo a liberdade de ação empresarial na educação.

Através do artigo 209, o ensino no país deixou de ser uma concessão do Poder Público à iniciativa privada, transformando a livre iniciativa em um direito constitucional. Porém, a Associação não enfatiza o artigo 207 da mesma Constituição Federal, que afirma que a instituição universitária deve desenvolver indissociavelmente ensino-pesquisa-extensão.

A análise dos documentos produzidos pela ABMES entre 1982 e 2016 nos permitiu compreender que o papel do Estado na educação, para a iniciativa privada que atua no ensino superior, deve ser o de regulamentar minimamente o oferecimento da educação-mercadoria.

Para conseguir atender às demandas do mercado da educação, é necessário que os empresários tenham variados tipos de produto para oferecer aos seus clientes. Por isso, o Estado não deve se intrometer nesta relação.

Deste modo, a ABMES defende que a educação superior se configure pela coexistência de diversificados tipos de cursos que podem ser oferecidos por diferentes instituições, com preços que agradem a todo tipo de cliente.

Pensando num balanço entre as derrotas e as vitórias do empresariado do ensino superior brasileiro, conseguimos perceber com certa facilidade que houve mais vitórias do que derrotas e que isso se deveu em grande parte às ações da ABMES.

Na primeira fase, os esforços foram para garantir que os interesses da iniciativa privada se firmassem na legislação, tendo em vista o momento da redemocratização do país. Esse posicionamento foi um dos que garantiu o maior número de ganhos do empresariado.

Na segunda fase, o propósito da Associação foi se tornar referência não só para o setor privado, mas para a educação superior e sua política. Por isso, tornou suas publicações mais robustas e com formato acadêmico.

E na terceira fase, a entidade buscou melhorar sua comunicação com os associados, com outras associações do ensino superior e com a sociedade em geral. Para isso, lançou de muitos tipos de eventos.

Ao longo do período estudado, a ABMES foi organizando suas ações para ir elevando seu nível de consciência política e se firmar intelectual orgânico da iniciativa privada que atua no ensino superior no Brasil: ela apreende a realidade das associadas, formula sobre ela, educa para que haja consenso de ação e, dá direção, é referência para as empresas de ensino superior. Deste modo, ela consegue dar organicidade política ao grupo que representa.

Referências

- ABM. **Ata da Assembleia Geral para a Criação da ABM**. Brasília, 1982.
- ABMES. **20 anos ABMES**. Brasília: ABMES Editora, 2002.
- _____. A construção do projeto dos centros universitários: orientações do MEC e a realidade das escolas. **Revista Estudos**, Brasília, n. 20, ago/1997.
- _____. A nova Carta Magna e o direito de educar da iniciativa privada. **Revista Estudos**, Brasília, n. 10, 1990.
- _____. A presença do Estado na educação superior. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 3, 1999.
- _____. A questão da expansão no ensino superior brasileiro. **Revista Estudos**, Brasília, n. 15, jul/1996.
- _____. **A Reforma da Educação Superior: princípios e diretrizes**. Brasília: ABMES, 2004.
- _____. A técnica em nossos dias, a instrução e a educação. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 1, 1998.
- _____. **ABMES 25 anos**. Brasília: ABMES Editora, 2007.
- _____. **ABMES 30 anos**. Brasília: ABMES Editora, 2012.
- _____. Anteprojeto de Lei da Educação Superior. **Revista Estudos**, Brasília, n. 35, Nov/2005.
- _____. Autonomia universitária. **Revista Estudos**, Brasília, n. 16, nov/1996.
- _____. Avaliação da qualidade do ensino na escola superior particular. **Revista Estudos**, Brasília, n. 6, 1988.
- _____. Avaliação do ensino superior brasileiro: modelos, divulgação dos resultados e normas regulamentadoras. **Revista Estudos**, Brasília, n. 38, dez/2008.
- _____. **Código de Auto-regulamentação das Instituições Particulares de Ensino Superior (CARES)**. Brasília, 2006.
- _____. Considerações e recomendações sobre a versão preliminar do anteprojeto da Reforma da Educação Superior. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 15, 2005.
- _____. Contribuições à definição de uma nova política de ensino superior. **Revista Estudos**, Brasília, n. 18, fev/1997.
- _____. Cursos superiores de formação específica: uma experiência que promete. **Revista Estudos**, Brasília, n. 30, mai/2002.
- _____. Desafios da educação num mundo globalizado e sem fronteiras. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 28, 2014.
- _____. Desafios e caminhos para a construção do projeto institucional das IES em tempos de avaliação. **Revista Estudos**, Brasília, n. 24, jun/1999.
- _____. Diagnóstico das PMIES no Brasil: Indicações para melhoria da competitividade. **Revista Estudos**, Brasília, n. 41, mar/2014.
- _____. Diagnósticos e propostas para a avaliação da educação superior no Brasil. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 23, 2012.

- _____. Diretrizes curriculares para os cursos de graduação. **Revista Estudos**, Brasília, n. 22, abr/1998.
- _____. Diretrizes curriculares: possibilidades de flexibilização e mudanças. **Revista Estudos**, Brasília, n. 25, ago/1999.
- _____. Educação a distância: formas tradicionais e novas tecnologias. **Revista Estudos**, Brasília, n. 26, nov/1999.
- _____. Erros e Acertos da Avaliação Educacional no Brasil. **Revista Estudos**, Brasília, n. 40, dez/2012.
- _____. **Estatuto da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**. Brasília, 2006.
- _____. **Estatuto e Código de Ética**. Brasília, 2001.
- _____. Evasão no ensino superior. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 25, 2012.
- _____. Financiamento do ES particular. **Revista Estudos**, Brasília, n. 27, mai/2000.
- _____. Funções do coordenador de curso: como “construir” o coordenador ideal. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 8, 2002.
- _____. Instituto Brasileiro de Qualificação do Ensino Superior – projeto de criação. **Revista Estudos**, Brasília, n. 8, 1990.
- _____. Internacionalização da educação superior. **Revista Estudos**, Brasília, n. 33, abr/2004.
- _____. Legislação do ensino superior em 1999: uma visão crítica. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 5, 2000.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Revista Estudos**, Brasília, n. 17, dez/1996.
- _____. Mantenedoras e mantidas: duas entidades e dois esquemas de gestão. **Revista Estudos**, Brasília, n. 32, out/2003.
- _____. Marco legal do ES particular. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 10, 2004.
- _____. **Memorial Comemorativo 35 anos**. Brasília: ABMES Editora, 2017.
- ABMES. O clandestino direito de educar. **Revista Estudos**, Brasília, n. 4, 1987.
- _____. O Decreto n.º 2.207/97 e a LDB: avanço ou recuo? **Revista Estudos**, Brasília, n. 19, jun/1997.
- _____. O destino da Universidade. **Revista Estudos**, Brasília, n. 12, 1991.
- _____. O ensino privado e o poder público. **Revista Estudos**, Brasília, n. 2, s/d.
- _____. O ensino superior particular. **Revista Estudos**, Brasília, n. 1, s/d.
- _____. O novo código civil e as implicações nas entidades mantenedoras. **Revista Estudos**, Brasília, n. 31, jul/2003.
- _____. O papel das instituições de ensino superior: pluralismo. **Revista Estudos**, Brasília, n. 14, dez/1994.
- _____. O que faz a escola particular para além do ensino. **Revista Estudos**, Brasília, n. 5, 1987.
- _____. O recredenciamento e a situação atual das IES: capacitação docente, pesquisa e avaliação. **Revista Estudos**, Brasília, n. 23, nov/1998.

- _____. Ocupação, emprego, programação escolar. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 2, 1999.
- _____. Organização do ensino superior e qualidade de cursos e instituições. **Revista Estudos**, Brasília, n. 29, jul/2001.
- _____. Pequenas e médias IES: tendências e oportunidades. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 26, 2013.
- _____. Perfil do aluno e do profissional no ensino superior particular. **Revista Estudos**, Brasília, n. 11, 1991.
- _____. Políticas públicas para o ensino superior particular. **Revista Estudos**, Brasília, n. 39, dez/2010.
- _____. Por uma educação de qualidade para todos. **Revista Estudos**, Brasília, n. 21, out/1997.
- _____. Por uma educação desmistificada e livre. **Revista Estudos**, Brasília, n. 9, 1990.
- _____. Prêmio Top Educacional: Professor Mário Palmério 1999. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 4, 2000.
- _____. Prêmio Top Educacional: Professor Mário Palmério 2000. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 6, 2001.
- _____. Prêmio Top Educacional: Professor Mário Palmério 2001. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 7, 2002.
- _____. Prêmio Top Educacional: Professor Mário Palmério 2002. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 9, 2003.
- _____. Prêmio Top Educacional: Professor Mário Palmério 2003. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 11, 2004.
- _____. Prêmio Top Educacional: Professor Mário Palmério 2004. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 14, 2005.
- _____. Prêmio Top Educacional: Professor Mário Palmério 2005. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 16, 2005.
- _____. Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2006. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 17, 2006.
- _____. Prêmio Top Educacional: Professor Mário Palmério 2007. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 18, 2007.
- _____. Prêmio Top Educacional: Professor Mário Palmério 2008. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 19, 2009.
- _____. Prêmio Top Educacional: Professor Mário Palmério 2009. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 20, 2010.
- _____. Prêmio Top Educacional: Professor Mário Palmério 2010. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 21, 2011.
- _____. Prêmio Top Educacional: Professor Mário Palmério 2011. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 24, 2012.
- _____. Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 20ª edição. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 27, 2005.
- _____. Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 21ª edição. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 30, 2014.

- _____. Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 22ª edição. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 31, 2016.
- _____. Programa Universidade para Todos (ProUni). **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 13, 2004.
- _____. Projeto pedagógico como referência à avaliação do ensino. **Revista Estudos**, Brasília, n. 13, jun/1992.
- _____. Reflexões sobre docência, gestão e avaliação do ensino superior. **Revista Estudos**, Brasília, n. 28, dez/2000.
- _____. **Regimento do Comitê de Ética do CARES**. Brasília, 2006.
- _____. Responsabilidade social da educação superior: contribuições da rede universitária de ética e desenvolvimento social do BID. **Revista Estudos**, Brasília, n. 36, jun/2006.
- _____. Responsabilidade social. **Revista Estudos**, Brasília, n. 34, abr/2005.
- _____. Novas estratégias de atuação do setor privado. **Revista Estudos**, Brasília, n. 37, ago/2007.
- _____. Rumos emergentes da educação superior. **Revista Estudos**, Brasília, n. 7, 1988.
- _____. SINAES: avanços e desafios na avaliação da educação superior. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 29, 2014.
- _____. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **ABMES Cadernos**, Brasília, n.º 12, 2004.
- _____. Subsídios à CNRES: exposição do Candido Mendes. **Revista Estudos**, Brasília, n. 3, s/d.
- ALMEIDA, Jorge. Lula, Serra e a disputa pelo discurso da “mudança” em 2002. Recife: GT de Comunicação e Política do 12º Encontro Anual da Compós, 2003. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_933.pdf> Acesso em: 31 de março de 2021
- ANDES-SN. **A contra-reforma da educação superior**: uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do governo de Lula da Silva. Brasília, agosto de 2004.
- AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do cidadão**. Disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>> Acesso em: 31 mar. 2021.
- BANCO MUNDIAL. **O Estado em um mundo em transformação**. Washington, 1997. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/>> Acesso em: 31 jan. 2020.
- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, 1995.
- BARREYRO, Gladys Beatriz. Do Provão ao SINAES: o processo de construção de um novo modelo de avaliação da educação superior. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, v. 9, n. 1, p. 37-49, mar/2004
- BARREYRO, Gladys. **Mapa do ensino superior privado**. Brasília: INEP, 2008.

- BEHRING, Eliane Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BIANCHI, Alvaro. **Hegemonia em construção: a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais**. São Paulo: Xamã, 2001.
- BOITO JÚNIOR, Armando. A burguesia no governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 52-77, 2005.
- BOITO JÚNIOR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 10-36, jul/2003.
- BOITO JÚNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Editora UFPR n. 51, p. 123-144, jan./mar. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n51/n51a09.pdf>> Acesso em: 31 mar. 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Viçosa: UFV, Imprensa Universitária, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Governador Valadares: SINPRO, 1996.
- BRASIL. **Lei 10.172**, Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.
- BRASIL. **Lei 10.861**, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 14 abr. 2004.
- BRASIL. **Lei 11.096**, Programa Universidade para Todos (PROUNI). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 13 jan. 2005.
- BRITO, Ana Paula Batista da Silva. **O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular: um novo intelectual orgânico de base coletiva**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, 2019.
- BRZEZINSKI, Iria. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. **Trab. Educ. Saúde**, RJ, v. 8, n. 2, p. 185-206, jul./out.2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v8n2/a02v8n2.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.
- CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O ProUni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, out. 2006.
- CASTRO, Claudio de Moura. Marco Legal do Ensino Superior Particular. **ABMES Cadernos**, Brasília, ABMES, n.º 10, p. 9-70, 2004.
- CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Revista Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV-CPDOC). Verbete Candido Mendes de Almeida.

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/candido-antonio-jose-francisco-mendes-de-almeida>> Acesso em: 31 mar. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Crítica**: o ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

_____. **A Universidade Reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **A Universidade Temporã**: da colônia a era de Vargas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

_____. **Ensino Superior e Universidade no Brasil**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

DAVIES, Nicholas. O financiamento da educação e seus desafios. **EccoS – Revista Científica Uninove**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 43-63, jun/2004.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. Revista Avaliação, Campinas; Sorocaba (SP), v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008.

DURHAM, Eunice; SAMPAIO, Helena. **O ensino privado no Brasil**. Documento de Trabalho 03/95. São Paulo: NUPES/USP, 1995.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada**: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

FRANCO, Édson. Entrevista. In: ABMES 25 anos: memorial comemorativo. Brasília: ABMES Editora, 2007

GARCIA, Maurício (org.). **Diagnósticos e propostas para a avaliação da educação superior no Brasil** (ABMES Cadernos; 23). Brasília: ABMES Editora, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HORTA, Cecília Eugenia Rocha (org.). **20 anos ABMES**. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2002.

HORTA, Cecília Eugenia Rocha (org.). **Avaliação no ensino superior**: acertos e derrapagens (Cadernos ABMES; 22). Brasília: ABMES Editora, 2011.

HORTA, Cecília Eugenia Rocha (org.). **ABMES 25 anos**: memorial comemorativo. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2007.

HORTA, Cecília Eugenia Rocha (org.). **ABMES 30 anos**. Brasília: ABMES Editora, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **A educação no Brasil na década de 90**: 1991-2000. Brasília: INEP/MEC, 2003.

- _____. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação de 1991 a 2019**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 31 mar. 2021.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LEHER, Roberto. **25 anos de educação pública: notas para um balanço do período**. In: GUIMARÃES, Cátia (org.). **Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.
- LEHER, Roberto. **O governo Lula e os conflitos sociais no Brasil**. Observatório Social de América Latina (OSAL), 2003.
- LIMA, Lidyane (org.). **Memorial Comemorativo 35 anos**. Brasília: ABMES Editora, 2017.
- LIMA, Lidyane (org.). **Responsabilidade Social**, n.º 8. Brasília: ABMES Editora, 2017.
- MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 1, p. 58-74 jan-mar/2006.
- MARTINS, André Silva. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.
- MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino pago: um retrato sem retoques**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARTINS, Ricardo; LIMA, Lidyane (org.). **Educação superior brasileira e inclusão social: contribuições do setor particular para o desenvolvimento do país**. Brasília: ABMES Editora, 2019.
- MENDES, Candido. **Exposição do Professor Candido Mendes na Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior** (Revista Estudos n.º 3, s/d). Brasília: ABMES Editora, s/d.
- _____. **Rumos emergentes da educação superior** (Revista Estudos n.º 7, 1988). Brasília: ABMES Editora, 1988.
- NASCIMENTO, Luiziane Helena do. **O papel da ABMES na definição das políticas públicas para educação superior no Brasil contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Brasil ano 2000: uma nova divisão de trabalho na educação**. Rio de Janeiro: Papéis e Cópias de Botafogo, 1997.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 1994.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley; FERNANDES, Romildo Raposo. **Política neoliberal e educação superior**. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

- PINHEIRO, Maria Francisca Sales. **O público e o privado na educação brasileira: um conflito na Constituinte (1987-1988)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1991.
- RIBEIRO, Maria das Graças Marcelo. **Educação superior brasileira: reforma e diversificação institucional**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O SINAES como Sistema. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006.
- RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SAMPAIO, Helena. **Ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UFSM. Disponível em <<https://www.sedufsm.org.br/?secao=greve>> Acesso em: 31 mar. 2021.
- SICSÚ, João. Rumos e definições da política econômica brasileira: do plano A de FHC para o plano A+ de Lula. Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.nesfi.ufsc.br/site2010/uploads/arquivos/1151691471_br_delivery.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Reconfiguração da educação superior no Brasil e redefinição das esferas pública e privada nos anos 90. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, p. 33-57, jan-abr/1999.
- SIQUEIRA, Angela Carvalho de; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006.
- SOUZA, Paulo Renato. **A revolução gerenciada: educação no Brasil, 1995-2002**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
- TRÓPIA, Patrícia Vieira. Apoio e alianças de classe à política para o ensino superior no governo Lula. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 43, p. 169-181, 2009.
- VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. **PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 96-107, set/2002.

APÊNDICE A - Lista das instituições associadas de 2016

1. Administradora Educacional Novo Ateneu AE
2. Assessoria Educacional Ltda.
3. AEC - Associação de Ensino de Cambé
4. AGES Empreendimentos Educacionais S/C Ltda.
5. AMTS Consultoria
6. Antares Educacional S.A
7. Associação Amapaense de Ensino e Cultura
8. Associação Brasileira de Educação Familiar e Social
9. Associação Brasileira de Ensino Universitário
10. Associação Carioca de Ensino Superior
11. Associação Caruaruense de Ensino Superior
12. Associação Catalana de Educação
13. Associação Cultura Inglesa São Paulo
14. Associação Cultural de Renovação Tecnológica
15. Associação Cultural e Educacional do Pará
16. Associação de Ensino de Botucatu
17. Associação de Ensino e Cultura “Pio Décimo” S/C Ltda.
18. Associação de Ensino e Pesquisa de Unai
19. Associação de Ensino Superior – CEUMA
20. Associação de Escolas Reunidas
21. Associação de Integração Social de Itajubá
22. Associação de Mantenedoras Part. de Educ. Superior de Santa Catarina
23. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luís
24. Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru
25. Associação Educacional de Ensino Superior de São José do Rio Preto
26. Associação Educacional e Cultural de Quixadá
27. Associação Educacional e Cultural Nossa Senhora Aparecida
28. Associação Educacional Nossa Senhora Aparecida
29. Associação Educacional Nove de Julho
30. Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing
31. Associação Fluminense de Educação
32. Associação Goiana de Ensino
33. Associação Hospitalar Alemão Oswaldo Cruz
34. Associação Igreja Adventista Missionária
35. Associação Jataiense de Educação
36. Associação Olindense Dom Vital de Ensino Superior
37. Associação Piauiense de Educação e Cultura
38. Associação Projeto Nacional de Ensino
39. Associação Propagadora Esdeva
40. Associação Prudentina de Educação e Cultura
41. Associação Rolandense de Ensino e Cultura
42. Associação Santa Marcelina/Fac. Santa Marcelina
43. Associação São Bento de Ensino
44. Associação Sociedade Brasileira de Instrução
45. Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda.
46. Associação Unificada Paulista de Ensino – ASSUPERO

47. Barros Melo Ensino Superior Ltda.
48. Brasil Central de Educação e Cultura
49. Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
50. Cecchi e Alves Consultoria Educacional
51. CEE Centro de Estudos Especializados
52. CEI - Centro Educacional Integrado Ltda.
53. Centro de Ensino Superior do Sudoeste Goiano
54. Centro de Ciências de Jussara
55. Centro de Educação Serra da Mesa Ltda
56. Centro de Educação Superior de Brasília
57. Centro de Educação Superior Padre Dourado
58. Centro de Ensino São Lucas Ltda.
59. Centro de Ensino Superior de Maringá
60. Centro de Ensino Superior de Vespasiano
61. Centro de Ensino Superior do Paraná
62. Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento
63. Centro de Ensino Superior Nilton Lins
64. Centro de Ensino Superior Sousa Borges Ltda
65. Centro de Ensino Superior Strong
66. Centro de Ensino Unificado de Brasília
67. Centro de Estudos Avançados do Pará
68. Centro de Estudos Superiores Positivo
69. Centro de Formação Profissional Bezerra de Araújo
70. Centro Educacional Alves Faria Ltda.
71. Centro Educacional de Formação Superior
72. Centro Educacional de Realengo
73. Centro Educacional Hyarte
74. Centro Integrado para Formação de Executivos
75. Centro Nordestino de Ensino Superior S/S Ltda.
76. Centro Regional de Cultura
77. Centro Social Clodovel Arruda
78. CESMIG Centro de Ensino Superior Minas Gerais
79. CETEC Educacional S/A
80. Círculo de Trabalhadores Cristãos do Embaré
81. Clube Náutico Mogiano
82. Colégio Dom Bosco Ltda.
83. Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha
84. Complexo de Ensino Superior do Brasil Ltda.
85. Congregação de Santa Dorotéia do Brasil
86. Congregação dos Oblatos de São José/Fac. Pe. João Bagozzi
87. Consultec – Consultoria Projetos
88. Cruzeiro do Sul Educacional S/A
 - a. ACEF S.A.
 - b. Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal
 - c. Instituto de Ensino São Sebastião
 - d. Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio
 - e. Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S/C
 - f. Centro Universitário Módulo
 - g. DeVry Educacional do Brasil S/A

- h. ABEP - Academia Baiana de Ensino Pesquisa e Extensão
 - i. CBES - Centro Baiano de Ensino Superior
 - j. Damásio Educacional S.A.
 - k. Faculdade Boa Viagem S.A.
 - l. Grupo de Ensino Fundamental Médio Técnico e Superior do Piauí
 - m. Instituto de Ensino Superior da Amazônia
 - n. Sociedade de Educação do Vale do Ipojuca
 - o. Sociedade Educacional da Paraíba
 - p. Sociedade Educacional Ideal
89. Dom Bosco Ensino Superior Ltda.
90. Editora e Distribuidora Educacional Ltda (Kroton)
- a. Anhanguera Educacional
 - b. Centro de Ensino Atenas Maranhense
 - c. FAUSB Educacional
 - d. FCR Educacional
 - e. Instituto Educacional do Alto Vale do Itajaí
 - f. IUNI Educacional – UNIME Salvador
 - g. IUNI Educacional – Cuiabá
 - h. ORME Serviços Educacionais
 - i. Pitágoras Sistema de Educação Superior Sociedade
 - j. Sociedade Educacional do Vale do Itajaí Mirim
 - k. Sociedade Educacional do Vale do Itapocu
 - l. Sociedade Educacional Leonardo da Vinci
 - m. União de Ensino Unopar
 - n. União de Faculdades do Amapá
 - o. União Educacional Cândido Rondon – Unirondon
 - p. União Metropolitana Unime Feira de Santana
 - q. UNIC Educacional
 - r. UNIC Sorriso
 - s. UNIME – União Metrop. para o Desenv. da Educação e Cultura
91. Educadora Sete de Setembro Ltda.
92. Educare Tecnologia da Informação Ltda.
93. Empreendimento Educacional Maracanaú Ltda.
94. Ensigest Brasil Ltda.
95. Escola Baiana de Direito e Gestão Ltda.
96. Escola de Enfermagem Nova Esperança Ltda.
97. Escola Superior Aberta do Brasil Ltda.
98. Excellence Ensino Superior Ltda.
99. Facs Cathedral de Ensino Superior de Barra do Garças
100. Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão
101. Faculdade Eficaz Maringá Ltda.
102. Faculdade Irecê
103. Faculdade Itapuranga Ltda.
104. Faculdade Metropolitana Recanto das Emas
105. FAMA Sistema Educacional Ltda.
106. FATEB - Educação Integral Ltda.
107. Febasp Associação Civil
108. FEST-Faculdade de Educação Santa Terezinha
109. Fiúsa Educacional S/Simples Ltda.

110. Fundação Alagoana de Pesquisa, Educação e Cultura
111. Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho
112. Fundação Assis Gurgacz
113. Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências
114. Fundação Comunitária Educacional e Cultural de Patrocínio
115. Fundação de Assistência e Educação
116. Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas
117. Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas
118. Fundação Edson Queiroz
119. Fundação Educacional Comunitária
120. Fundação Educacional de Caratinga
121. Fundação Educacional de Patos de Minas
122. Fundação Educacional Dom Orione
123. Fundação Educacional Guaxupé
124. Fundação Educacional Jayme de Altavila
125. Fundação Educacional Luiz Reid
126. Fundação Educacional Monsenhor Messias
127. Fundação Educacional Montes Claros
128. Fundação Educacional Rosemar Pimentel
129. Fundação Educacional Serra dos Órgãos
130. Fundação Educacional Severino Sombra
131. Fundação Educacional Unificada Campograndense
132. Fundação Educacional Vale do Itapemirim
133. Fundação Escola Nacional de Seguros
134. Fundação Escola Superior do Ministério Público
135. Fundação Esperança
136. Fundação Instituto de Ensino para Osasco
137. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis — FIPECAFI
138. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações
139. Fundação Karnig Bazarian
140. Fundação Mineira de Educação e Cultura
141. Fundação Octacílio Gualberto
142. Fundação Oswaldo Aranha
143. Fundação São João Batista
144. Fundação Sul Mineira de Ensino
145. Fundação Técnico – Educacional Souza Marques
146. Fundação Universidade de Itaúna
147. Grupo Nobre de Ensino Ltda.
148. IDEA Brasília – Instituto de Desenvolvimento Educacional Avançado
149. Idea Instituto de Desenvolvimento Educacional Avançado — ESAMC
150. Inaci Associação de Ensino
151. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa
152. Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia
153. Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação
154. Instituição Moura Lacerda
155. Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação
156. Instituto Brasiliense de Direito Público
157. Instituto Coração de Jesus
158. Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.

159. Instituto de Administração & Gestão Educacional
160. Instituto de Ciência e Tecnologia Maria
161. Instituto de Ciência, Educação e Tecnologia de Votuporanga
162. Instituto de Cultura Técnica Sociedade Civil Ltda.
163. Instituto de Ensino Campo Limpo Paulista
164. Instituto de Ensino Superior da Amazônia
165. Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves
166. Instituto de Gestão Educacional Signorelli
167. Instituto de Pós-Graduação & Graduação
168. Instituto Educacional Guilherme Dorça
169. Instituto Educacional Santo Agostinho
170. Instituto Educacional Seminário Paulopolitano
171. Instituto Ensinar Brasil
172. Instituto Euro – Americano de Educação, Ciência e Tecnologia
173. Instituto FACEB Educação
174. Instituto Florence de Ensino Superior Ltda.
175. Instituto Infnet Rio de Janeiro
176. Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia Ltda.
177. Instituto Mauá de Pesquisa e Educação
178. Instituto Metropolitano de Educação e Cultura
179. Instituto Mineiro de Educação e Cultura (Anima Educação)
 - a. AMC Serviços Educacionais
 - b. Instituto de Educação e Cultura — Unimonte
 - c. Minas Gerais Educação — MGE
180. Instituto Missionário de Educação Superior
181. Instituto Novos Horizontes de Ensino Superior e Pesquisa
182. Instituto Paulista São José de Ensino Superior
183. Instituto Superior de Ensino Celso Lisboa
184. Instituto Vianna Júnior Ltda.
185. Institutos Paraibanos de Educação
186. IPADE – Instituto para o Desenvolvimento
187. IPEMED – Instituto de Pesquisa e Ensino
188. Instituto Europeo Design – IED/São Paulo
189. LABORO - Centro de Consultoria, Qualificação e Pós-Graduação
190. Lael Varella Educação e Cultura Ltda.
191. Menezes e Lacerda Ltda./FEBAC Fac. de Educacional de Bacabal
192. Miami College LLC
193. Obras Sociais e Educacionais de Luz
194. Odonto Rad Ltda
195. Organização Educacional Farias Brito Ltda.
196. Organização Hélio Alonso de Educação e Cultura
197. Organização Mogiana de Educação e Cultura S/S Ltda.
198. Organização Sete de Setembro de Cultura e Ensino Ltda.
199. PIA Sociedade de São Paulo
200. Picos Petróleo Ltda.
201. Pires & Cia Ltda.
202. Pontifícia Universidade Católica do Para
203. Pró-Ensino Sociedade Civil Ltda.
204. Rede Brasileira de Educação a Distância

205. Rede Gonzaga de Ensino Superior
206. Rede Internacional de Universidades Laureate
- a. Associação Paraibana de Educação e Cultura
 - b. FACS Serviços Educacionais
 - c. Faculdades Metropolitanas Unidas - Associação Educacional
 - d. Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação
 - e. ISCP - Sociedade Educacional
 - f. Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura
 - g. Soc. de Desenvolvimento Cultural do Amazonas — SODECAM
 - h. Sociedade de Educação Ritter dos Reis – SERR
 - i. Sociedade Potiguar de Educação e Cultura
207. Saberes Instituto de Ensino Ltda.
208. Santana Instituto de Educação Superior Ltda.
209. Ser Educacional S/A
- a. ABES – Sociedade Baiana de Ensino Superior
 - b. ADEA – Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado
 - c. Associação de Ensino Superior Anglo Líder
 - d. CESP – Centro de Ensino Superior Piauiense
 - e. CETEBA – Centro de Ensino Superior e Tecnologia da Bahia
 - f. CIESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí
 - g. Faculdade Mauricio de Nassau de Belém
 - h. FASE – Centro Educacional e Desportivo Fase
 - i. ICES – Instituto Campinense de Ensino Superior
 - j. Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra
 - k. ISES – Instituto Santareno de Educação Superior
 - l. SECARGO - Sociedade Educacional Carvalho Gomes
 - m. SESPS – Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe
 - n. SIESPI – Sociedade de Ensino Superior Piauiense
 - o. UNESPA – União de Ensino Superior do Pará
210. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Minas Gerais
211. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC-DF
212. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC-RS
213. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC-SP
214. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-GO
215. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-MS
216. Serviço Social Educacional Beneficente
217. Sistema Alfa Universitário Ltda.
218. Sistema MED Serviços Educacionais S.A.
219. Sociedade Amazonense de Educação e Cultura
220. Sociedade Baiana de Educação e Cultura S/A
221. Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura
222. Sociedade Civil Cultura e Educação
223. Sociedade Civil de Educação Braz Cubas
224. Sociedade de Educação, Cultura e Tecnologia da Amazônia
225. Sociedade de Educação e Cultura de Goiás
226. Sociedade de Educação Tiradentes S/S Ltda.
227. Sociedade de Educacional Cultura e Tecnologia São Fidélis
228. Sociedade de Ensino Serra do Carmo Ltda.
229. Sociedade de Ensino Superior de Manhauçu Ltda.

230. Sociedade de Ensino Superior de Vitória Ltda.
231. Sociedade de Ensino Superior e Tecnológico do Piauí Ltda.
232. Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda.
a. ANEC – Sociedade Natalense de Educação e Cultura
b. Centro Educacional Nossa Cidade
c. CEUT – Centro de Ensino Unificado de Teresina
d. Faculdade de Castanhal
e. Idez Empreendimentos Educacionais
f. Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico
g. IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental
h. ORPES: Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos
i. Sociedade de Ensino Superior Estácio Amazonas
j. Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá – SESES
k. Sociedade Educacional Atual da Amazônia
l. Sociedade Educacional da Amazônia – ASSEAMA
m. Sociedade Educacional de Santa Catarina – ASSESC
n. Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul
o. SUDERN – Sociedade de Excelência Educ. do Rio Grande do Norte
p. UNISÃO LUIS Educacional
q. UNISEB Cursos Superiores
r. UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações
233. Sociedade de Pesq. Educ. e Cult. Dr. Aparicio Carvalho de Moraes
234. Sociedade Educacional ALEF Ltda
235. Sociedade Educacional Arnaldo Horácio Ferreira S/C Ltda.
236. Sociedade Educacional da Bahia S/C Ltda.
237. Sociedade Educacional Desembargador Plínio Pinto Coelho
238. Sociedade Educacional Diogo Braga Filho S/C Ltda.
239. Sociedade Educacional Governador Ozanam
240. Sociedade Educacional Mater Christi Ltda.
241. Sociedade Educacional Monteiro Lobato – SINEPE/RS
242. Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.
243. Sociedade Educacional Tuiuti Ltda.
244. Sociedade Educacional Uberabense
245. Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba
246. Sociedade Maranhense de Ensino Superior Ltda.
247. Sociedade Padrão de Educacional Superior – FIP-MOC
248. Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda.
249. Sociedade Regional de Ensino e Saúde S/C Ltda.
250. Sociedade Rolimourense de Educação e Cultura
251. Sociedade Técnica Educacional da Lapa
252. Sociedade Universitária Mileto Ltda.
253. Sociedade Universitária Redentor
254. SUPREMA – Soc. Universitária para o Ensino Médico Assistencial
255. TECHNE Engenharia e Sistemas
256. União Brasiliense de Educação e Cultura
257. União das Escolas Superiores de Ji-Paraná
258. União das Faculdades da Tríplice Fronteira
259. União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa

260. União de Educação e Cultura Gildásio Amado
 261. União de Educação e Cultura Vale do Jaguaribe Ltda.
 262. União de Ensino Superior da Amazônia Ocidental S/C Ltda.
 263. União de Faculdades de Alagoas Ltda.
 264. União Educacional de Cascavel
 265. União Educacional do Planalto Central
 266. União Educacional do Vale do Aço
 267. União Paranaense de Ensino e Cultura
 268. União Sul – Americana de Educação Ltda.
 269. UNIBR – União Brasileira Educacional
 270. Unidade de Ensino Superior de Cacoal ‘PS’ Ltda.
 271. Unidade de Ensino Superior Ingá Ltda.
 272. Unidade Ensino Superior do Sul do Maranhão
 273. Unidade Metropolitana de Ensino Superior
 274. UNIDAS Sociedade de Educação e Cultura
 275. UNIFASS Sistema de Ensino Ltda.
 276. UNIRB Unidades de Ensino Superior da Bahia
 277. VSTP Educação Ltda.

APÊNDICE B - Lista dos eventos realizados pela ABMES de 1982 a 2016

Data	Local	Título do Evento
11/1983	Brasília	1º Encontro da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
11/1984	Brasília	Seminário “Muda Brasil”: subsídios para o governo Tancredo Neves
06/1985	Brasília	Seminário “Educador, empresário social”
11/1988	Brasília	Seminário “Rumos emergentes da educação superior”
11/1991	Brasília	Seminário “A universidade no próximo milênio”
11/1991	São Paulo	Seminário Brasileiro de Marketing Educacional
09/1991	Brasília	Reunião de trabalho “O ensino superior e a formação para o magistério”
04/1992	Brasília	Fórum de Debate “Desequilíbrios na procura ao ensino superior”
01/04/1992	Brasília	Fórum “Desequilíbrios na procura ao ensino superior”
15 /06/1992	São Paulo	“Projeto pedagógico como referência à avaliação do ensino”
12/10/1992	Brasília	Reunião de trabalho com as instituições de ensino superior avaliadas pelo Instituto Brasileiro de Qualificação do Ensino Superior (IBQES)
01 e 02/07/1993	Belo Horizonte	“Desafios dos sucessores na empresa familiar”.

05 e 06/10/1993	Brasília	“1º Fórum de Debates sobre Sucessão na empresa familiar”.
08/06/1994	Brasília	“Qualidade dos cursos de Direito”.
15 a 17/09/1994	Teresópolis	Fórum do Ensino Superior Particular Brasileiro: papel das instituições de ensino superior: pluralismo e diversidade”.
24 e 25/08/1995	Brasília	Desafios da educação no século XXI: integração regional, ciência e tecnologia”
28 e 29/01/1997	Brasília	Seminário “Contribuições à definição de uma política para o ensino superior”
09/04/1997	Brasília	“Democratização do acesso ao ensino superior: uma questão política e um problema metodológico”.
07/05/1997	Brasília	“O Decreto nº 2.207/97 e a LDB: avanço ou recuo?”
07/08/1997	Brasília	“A construção do projeto dos centros universitários: orientações do MEC e realidade nas escolas”
14/10/1997	Brasília	“Por uma educação de qualidade para todos: contribuições concretas ao Plano Nacional de Educação”
04/12/1997	Brasília	“A técnica em nossos dias – a instrução e a educação”
28/01/1998	Brasília	“Diretrizes curriculares dos cursos de Administração, Pedagogia e Processamento de Dados”
17/02/1998	Brasília	“Diretrizes curriculares dos cursos de Direito, Ciências Econômicas e Engenharia”
11/03/1998	Brasília	“Diretrizes curriculares dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis e Comunicação Social”
01/06/1998	São Paulo	O recredenciamento e a situação atual das IES: capacitação docente, pesquisa e avaliação
07 a 09/12/1998	Brasília	“Desafios para a construção do projeto institucional das IES em tempos de avaliação de qualidade”
16/02/1999	Brasília	“Os problemas brasileiros têm solução? Análise do panorama de mudanças e as suas consequências para o país”
06 e 07/04/1999	Brasília	Curso “Novas estratégias de marketing para conquistar e manter alunos nas instituições educacionais”
18 e 19/05/1999	Brasília	“Diretrizes curriculares: possibilidades de flexibilização e mudança”
08 e 09/06/1999	Brasília	“Educação a distância: formas tradicionais e novas tecnologias”
10/08/1999	Brasília	“Censo do ensino superior e perspectivas para o novo milênio”

14/09/1999	Brasília	“Universidades, centros universitários e instituições não universitárias: concorrência e autonomia”
09/11/1999	Belém	“Sucessão nas empresas familiares”
07/12/1999	Brasília	“Financiamento do ensino superior”
14/02/2000	Brasília	Painel “Legislação do ensino superior em 1999: uma visão crítica”.
14/03/2000	Brasília	“1º Seminário sobre formação de professores”.
05/04/2000	Brasília	“Discussão e elaboração de planos de desenvolvimento nas IES”.
06/06/2000	Brasília	“Cursos sequenciais: limites e possibilidades”.
05 e 06/07/2000	Brasília	“II Seminário sobre formação de professores e os Institutos Superiores de Educação”.
09/08/2000	Brasília	“Avaliação dos cursos de Administração”.
13/09/2000	Brasília	“Seminário sobre os cursos de Direito”
07 e 08/11/2000	Brasília	“Avaliação externa, autoavaliação e credenciamento: interfaces e convergências”.
04 e 05/12/2000	Brasília	“Institucionalização da pesquisa nas IES particulares: a construção do conhecimento, da cidadania e da qualidade
13/03/2001	Brasília	“Os novos rumos da avaliação do ensino superior – atribuições do Inep na área da avaliação do ensino superior”.
03/04/2001	Brasília	“Supervisão e avaliação no contexto de mudanças no MEC – papel da SESu/MEC nos processos de autorização, reconhecimento, credenciamento e credenciamento das instituições e de cursos”.
08/05/2001	Brasília	“Top Educacional 2000: inovações no ensino superior”.
06 e 07/06/2001	Brasília	“Curso de avaliação institucional – bases teóricas e práticas da avaliação”.
08/08/2001	Brasília	“Decreto nº 3.860/01: conteúdo e implicações; conteúdo polêmico das suas disposições sobre a organização do ensino superior”.
11 e 12/09/2001	Brasília	Curso “Universidade permanente – atualização de dirigentes e gestores das instituições associadas”.
07/11/2001	Brasília	“Cursos sequenciais – política nacional, caracterização geral dos cursos”.
11 e 12/12/2001	Brasília	“Organização pedagógica e curricular dos cursos superiores: oferta de disciplinas não presenciais”.
30/01/2002	Brasília	“Projeto institucional: instrumento orientador da qualidade e da avaliação das IES”.
12/03/2002	Brasília	“Manual de avaliação das condições de ensino”.
3/04/2002	Brasília	Ciclo de Debates sobre políticas públicas de educação superior: “Balanço de sete anos de políticas públicas de educação superior: realizações e lacunas”

04 e 05/06/2002	Brasília	Ciclo de Debates Sobre Políticas Públicas de Educação Superior: “Desafios e propostas para uma agenda de políticas públicas de educação superior na primeira década do milênio”.
06/08/2002	Brasília	Ciclo de Debates Sobre Políticas Públicas de Educação Superior: “Debate com os presidentiáveis”.
03/09/2002	Brasília	Mesa-redonda “Mantenedoras e mantidas: duas entidades e dois esquemas de gestão”.
05 e 06/11/2002	Brasília	Curso “Mantenedoras e mantidas: duas entidades e dois esquemas de gestão”.
18/02/2003	Brasília	“Programa de Alfabetização do MEC – objetivos e finalidades”.
11/03/2003	Brasília	“O novo Código Civil e as implicações nas Entidades Mantenedoras”
09/04/2003	Brasília	“Financiamento Estudantil”
06 e 07/05/2003	Brasília	“Gestão, planejamento, orçamento, acompanhamento e avaliação”
06/06/2003	Brasília	“Responsabilidades e níveis de atuação das entidades mantenedoras e mantidas”.
07/2003	Brasília	“Tipos de gestão: profissionalizada, de instituição fundacional e comunitária, de entidade que se transformou em sociedade anônima, de instituição confessional, de entidades mantenedoras e de instituições mantidas”.
09 e 10/09/2003	Brasília	“Avaliação crítica da política de Educação Superior e suas repercussões para o setor privado”.
01/10/2003	Brasília	“Internacionalização da Educação Superior”.
05/11/2003	Brasília	Seminário “Educação Corporativa como prática educacional inovadora”
17/02/2004	Brasília	“Marco Regulatório do Ensino Superior”
10/03/2004	Brasília	“Marco Regulatório do Ensino Superior: extensão nas IES particulares”
14/04/2004	Brasília	“Programa Universidade para Todos: educação para o terceiro grau”.
15/06/2004	Brasília	“Programa Universidade para Todos (ProUni) – conteúdo e emendas”.
07/07/2004	Brasília	“Responsabilidade social das IES – Programa Universidade para Todos”.
04/08/2004	Brasília	“Políticas afirmativas de inclusão no ensino superior”.
14/09/2004	Brasília	“Implantação do Programa Universidade para Todos (ProUni) - questões conceituais e operacionais”.
05/10/2004	Brasília	“Programa Universidade para Todos – princípios e diretrizes”.

08/11/2004	Brasília	“Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação”.
07/12/2004	Brasília	“Turbulências do negócio da educação: cenários, mercado, concorrência e gestão para a sobrevivência”.
02/02/2005	Brasília	“Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação – finalidades e objetivos”.
22/02/2005	Brasília	“Livre Iniciativa – a lei das mensalidades e as restrições fiscais do ProUni”.
09/03/2005	Brasília	“Restabelecimento do certificado de entidade beneficente de assistência social das mantenedoras que aderiram ao ProUni”
29/03/2005	Brasília	“Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação – propostas”.
03/05/2005	Brasília	“Top Educacional Professor Mário Palmério – apresentação das propostas vencedoras”.
23/02/2007	Brasília	“Ciclo avaliativo do Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior – Sinaes”.
27/03/2007	Brasília	“Elementos mercadológicos e competitivos na gestão de instituições de ensino”.
17/04/2007	Brasília	“Sustentabilidade e captação de recursos na educação superior no Brasil”.
08/05/2007	Brasília	“A educação e o futuro do Brasil”.
31/05/2007	Recife	“A ABMES vai até você!”. Primeiro seminário da série.
12/06/2007	Brasília	“Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério – apresentação das propostas vencedoras”.
22/06/2007	Belo Horizonte	“A ABMES vai até você!”. Segundo seminário da série.
03/07/2007	Brasília	“Novo processo de gestão do Departamento de Supervisão e Políticas da Educação Superior – Desup/SESu/MEC”.
07/08/2007	Brasília	“Ensino superior de massa: do artesanato à revolução industrial”.
17/08/2007	Salvador	“A ABMES vai até você!”. Terceiro seminário da série.
31/08/2007	Curitiba	“A ABMES vai até você!”. Quarto seminário da série.
11/09/2007	Brasília	“Ideias e propostas para a educação brasileira”.
15/09/2007	Goiânia	“A ABMES vai até você!”. Quinto seminário da série.
16/09/2007	Brasília	“Carga horária dos cursos de graduação e duração de cursos”.
16/10/2007	Brasília	“O e-MEC e as novas relações entre as instituições de ensino superior e o Ministério da Educação”.

06/11/2007	Brasília	“Branding, uma nova filosofia de gestão. Por que cuidar de sua marca?”.
06/12/2007	Brasília	“Conflitos de competências entre o sistema federal e os sistemas estaduais de educação”.
19/02/2008	Brasília	“Questões trabalhistas controversas na relação de trabalho no ensino superior”.
11/03/2008	Brasília	“Alteração dos critérios do Financiamento Estudantil com base na Lei nº 11.552/2007”.
8/04/2008	Brasília	“Transformação da mantenedora familiar em empresa de capital aberto”.
11/05/2008	Brasília	“Workshop de treinamento para o e-MEC: análise documental e regimental”.
13/05/2008	Brasília	“As novas normas do Fies como instrumento de ampliação do acesso à educação superior”.
10/06/2008	Brasília	“Responsabilidade social e ambiental: o papel das IES particulares”.
01/07/2008	Brasília	“Proibição do ingresso do capital estrangeiro nas instituições educacionais brasileiras com fins lucrativos”.
05/08/2008	Brasília	“Pós-graduação e pesquisa nas instituições de ensino superior (IES) não estatais: implantação, desenvolvimento e sustentabilidade”.
09/09/2008	Brasília	“As questões polêmicas da avaliação externa – Enade, IDD e CPC”.
02/12/2008	Brasília	“A nova Lei do Estágio – avanço ou retrocesso?”.
10/02/2009	Brasília	“Sucessão familiar e alternativas de desenvolvimento das IES”.
10/03/2009	Brasília	“O sistema de avaliação brasileiro: concepção, qualidade dos indicadores e o impacto dos novos instrumentos nas IES”.
31/03/2009	Brasília	“Perspectivas para o mercado educacional no contexto da crise global”.
05/05/2009	Brasília	“Reestruturação metodológica do Enem – vestibular tradicional versus prova única com validade nacional”.
30/06/2009	Brasília	“Duração da hora-aula e o prazo mínimo de integralização dos cursos de graduação: melhoria, retrocesso ou reserva de mercado?”.
04/08/2009	Brasília	“Lições de Educação a Distância – caracterização geral. Contexto mundial e latino-americano. Modelos. Regulação e avaliação no Brasil”.
01/09/2009	Brasília	“Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior – Programa IES”.
06/10/2009	Brasília	“Educação a distância: avaliação, modelos, base de dados e ferramentas interativas”.
10/11/2009	Brasília	“O enigma do CPC: decifra-me ou devoro-te!”.
10/11/2009	Brasília	Curso sobre os temas “Núcleo Docente Estruturante (NDE) e hora-aula”.

08/12/2009	Brasília	“A construção do Sistema Nacional de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação/Conae 2010”.
09/03/2010	Brasília	“Inteligência Competitiva (IC) por meio da utilização das redes sociais”.
06/04/2010	Brasília	“Passado, presente e futuro da gestão educacional”.
04/05/2010	Brasília	“Inovação: a criatividade na era digital”.
08/06/2010	Brasília	“Plano Nacional de Educação – subsídios para a elaboração de propostas”.
06/07/2010	Brasília	“Processos regulatórios das Instituições de Ensino Superior”.
03/08/2010	Brasília	“Alterações nos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa, Cursos de Graduação e de Tecnologia”.
30/08/2010	Brasília	“Da proposta à ação: estratégias para melhorar a imagem do ensino superior particular e atrair alunos”.
05/10/2010	Brasília	“Novo Fies – regulamentação e disponibilidade de certificados”.
09/11/2010	Brasília	“Gestão estratégica para as IES particulares – tomada de decisões sobre o futuro das IES”.
07/12/2010	Brasília	“Um olhar para o futuro: visões da educação brasileira para os próximos dez anos”.
01/03/2011	Brasília	“Políticas públicas para a expansão do Ensino Superior brasileiro”.
01/03/2011	Brasília	“Aspectos legais e gerenciais dos Programas de Educação a Distância”.
05/04/2011	Brasília	“A nova Portaria nº 40 e seus reflexos no Ensino Superior”.
31/05/2011	Brasília	“Expansão estratégica da educação superior brasileira”.
04/07/2011	Brasília	“Novos Instrumentos de avaliação: principais mudanças, aprimoramento dos indicadores, pontos polêmicos”.
29/08/2011	Brasília	Workshop ABMES: “O papel dos procuradores institucionais nas IES”.
04/10/2011	Brasília	“Evasão e retenção: problemas e soluções”.
08/11/2011	Brasília	“Lucro e qualidade acadêmica são compatíveis na Educação Superior?”
14/02/2012	Brasília	“Direitos trabalhistas na era digital: o que muda com a Lei nº 12.551/2011?”.
15 e 16/03/2012	Brasília	“Erros e acertos da avaliação educacional no Brasil”.
10/04/2012	Brasília	“Fies e ProUni: controvérsias na cobrança de mensalidades e descontos”.
08/05/2012	Brasília	Workshop ABMES/MEC: “Treinamento SisFIES para membros das CPSAs”.

03/07/2012	Brasília	Workshop “Normas e direitos das IES no processo avaliativo: os segredos de um resultado positivo”.
08/05/2012	Brasília	ABMES/MEC: Treinamento SisFIES para membros das CPSAs
03/07/2012	Brasília	Normas e direitos das IES no processo avaliativo: os segredos de um resultado positivo (workshop).
7/08/2012	Brasília	Proies – novas perspectivas para o fortalecimento das instituições de ensino superior.
2/10/2012	Brasília	Leitura crítica e discussão do Insaes – subsídios para o aperfeiçoamento
31/10/2012	Brasília	Normas e direitos das IES no processo avaliativo: os segredos de um resultado positivo.
06/11/2012	Brasília	Competências profissionais exigidas no Enade: como avaliar a aprendizagem do aluno?
04/12/2012	Brasília	Cerimônia de entrega do Prêmio Milton Santos. Conferência do Ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – Educação na Constituição”.
19/02/2012	Brasília	Processo regulatório: principais mudanças e suas repercussões nas IES
09/04/2012	Brasília	Pequenas e médias IES – tendências e oportunidades
02/07/2013	Brasília	Assembleia Geral de Prestação de Contas e de Eleição da Diretoria para a gestão 2013/2016
06/08/2013	Brasília	Seminário: Pronatec – concepção e prática, passo a passo para habilitação e adesão. O que as IES precisam saber para criar cursos no Pronatec.
06/08/2013	Brasília	Workshop: Treinamento do Procurador Institucional (PI) – perfil, papel e atuação nas IES. Atuação do PI no Sistema e-MEC – aspectos práticos.
13/08/2013	Brasília	I Reunião de trabalho sobre o “Programa Mais Médicos”.
20/08/2013	Brasília	II Reunião de trabalho sobre o “Programa Mais Médicos”.
01/10/2013	Brasília	Seminário: Acessibilidade na educação superior – impactos na avaliação.
01/10/2013	Brasília	Entrega de troféus e diplomas aos vencedores do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério - 20ª edição e do Concurso Silvio Tendler de Vídeos sobre Responsabilidade Social das IES - 6ª edição.
05/11/2013	Brasília	Seminário: Censo e Enade – o que dizem os “Sinaes”?
03/12/2013	Brasília	Seminário: Instrumento de avaliação institucional, externa e interna – visão integrada dos processos

		e o papel das CPAs. O papel estratégico das CPAs no processo de avaliação das IES.
11/02/2014	Brasília	Seminário: Fies & ProUni – mudanças nas normas e estratégias a seguir
11/03/2014	Brasília	Seminário: Pequenas e médias IES (PMIES) – indicações para a melhoria da competitividade.
12/03/2014	Brasília	Workshop: Treinamento de Procuradores Institucionais sobre o Censo da Educação Superior/2014. Promoção conjunta ABMES e Inep/MEC.
03 a 05/04/2014	Maceió	VII Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular – Ensino Superior e Novas Tecnologias: Caminhos e Desafios. Promoção: Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.
06/05/2014	Brasília	Seminário: Marketing digital para as IES – geração 3.0.
03/06/2014	Brasília	Talkshow: Pronatec – possibilidades, limites e perspectivas.
15/07/2014	Brasília	Workshop: Cadastro dos cursos de especialização no Sistema e-MEC.
04/08/2014	Brasília	Seminário: Diretrizes Curriculares do Curso de Medicina – uma nova agenda para os cursos.
02/09/2014	Brasília	Seminário: Eleições 2014 – debate sobre as políticas públicas para a educação superior.
07/10/2014	Brasília	Seminário: Eleições Presidenciais – análise e discussão dos programas de Educação dos candidatos.
04/11/2014	Brasília	Seminários: Cenários do mercado educacional. 10 anos do Programa Universidade para Todos – mudanças e perspectivas.
02/12/2014	Brasília	Entrega de troféus e diplomas aos vencedores dos prêmios Milton Santos de Educação Superior - 6ª edição e Top Educacional Professor Mário Palmério - 21ª edição e do Concurso Silvio Tendler de Vídeos sobre Responsabilidade Social das IES - 7ª edição.
02/12/2014	Brasília	Painel: Papel da Iniciativa Privada no Fortalecimento da Educação Brasileira.
10/02/2015	Brasília	Seminário: Alterações no Fies – impactos sociais e financeiros para alunos e instituições
10/03/2015	Brasília	Seminário: Avaliação dos cursos de direito no Brasil – atual conjuntura e questões prospectivas.
09/04/2015	Brasília	Workshop: Treinamento dos Procuradores Institucionais.
14 e 15/05/2015	Rio de Janeiro	VIII Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular – Brasil: Realidade e Tendências para a Educação Superior. Promoção: Fórum das

		Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.
08/06/2015	Brasília	Seminário: Análise crítica do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação.
07/07/2015	Brasília	Seminário: Novo Fies – reforma do programa para o segundo semestre de 2015
07/07/2015	Brasília	Seminário: 10 anos da Campanha de Responsabilidade Social – avanços e perspectivas.
01/09/2015	Brasília	Seminário: Processos regulatórios das IES em tramitação na Seres/MEC – limites e avanços.
01/09/2015	Brasília	Workshop: Processos regulatórios na Seres/MEC.
06/10/2015	Brasília	Seminário: Adequações dos indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação ao curso de medicina.
10/11/2015	Brasília	Seminário: Marco Regulatório do EaD – o que indicam as novas diretrizes?
08/12/2015	Brasília	Conferência: Retrospectiva do Ensino Superior em 2015 e caminhos futuros.
08/12/2015	Brasília	Entrega de placas e diplomas aos vencedores do Concurso Silvio Tendler de Vídeos sobre Responsabilidade Social das IES – 8ª edição.
08/03/2016	Brasília	Seminário: Censo 2014 x realidade 2015 – tendências e rumos para o ensino superior.
14 a 16/04/2016	Porto de Galinhas	IX Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular – Ensino Superior Brasileiro: soluções para um país que precisa avançar. Promoção: Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.

Fonte: Quadro elaborado com base no Memorial Comemorativo de 30 anos da ABMES (Eventos de 1982-2012) e relatório de ações realizadas (2013-2016).